

VLADIMIR ILITCH

LENINE



O IMPERIALISMO
Fase Superior do Capitalismo
(1916)

ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS 

O IMPERIALISMO¹

Fase Superior do Capitalismo

Vladimir Ilitch Lénine
1916

Escrito em fins de Janeiro-Junho de 1916

Presente tradução na versão das Obras Escolhidas de V. I. Lénine
Edição em Português da Editorial Avante, 1984, t. 2, pp. 291-404
Traduzido das Obras Completas de V. I. Lénine
5ª Ed. russo t. 27, pp. 299-426

1 O livro *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* foi escrito em Janeiro-Junho de 1916 em Zurique. Lénine assinalou os novos fenómenos no desenvolvimento do capitalismo muito antes do início da Primeira Guerra Mundial. Numa série de trabalhos escritos de 1895 a 1913, Lénine revelou e analisou certos traços característicos da época do imperialismo: a concentração da produção e o crescimento dos monopólios, a exportação do capital, a luta pela conquista de novos mercados e esferas de influência, a internacionalização das relações económicas, o parasitismo e a decomposição do capitalismo, o crescimento das contradições entre o trabalho e o capital e a agudização da luta de classes, a criação das premissas materiais para a passagem ao socialismo. Lénine dedicou uma atenção especial ao desmascaramento da política colonial de pilhagem, da luta pela partilha do mundo, da preparação de guerras imperialistas de conquista. Lénine ocupou-se do estudo aprofundado da fase monopolista de desenvolvimento do capitalismo desde o início da Primeira Guerra Mundial. Isso era exigido pelos interesses da luta revolucionária da classe operária da Rússia e de outros países capitalistas. Para a correcta direcção do movimento operário e para o êxito da luta contra a ideologia da reacção imperialista, contra a política reformista de conciliação com os imperialistas, era necessária a «compreensão de um problema económico fundamental, sem cujo estudo é impossível compreender seja o que for e formar um juízo sobre a guerra e a política actuais: refiro-me ao problema da essência económica do imperialismo». Lénine entregou-se inteiramente ao estudo da literatura sobre o imperialismo provavelmente a partir de meados de 1915, em Berna. Começou então a estabelecer a bibliografia, a elaborar planos, a tirar notas, a escrever resumos. Os materiais preparatórios (Cadernos sobre o Imperialismo) constituem cerca de 50 folhas impressas, contendo excertos de 148 livros (incluindo 106 alemães, 23 franceses, 17 ingleses e 2 em tradução russa) e de 232 artigos publicados em 49 publicações não periódicas diversas. O livro foi publicado em meados de 1917 com o título *O Imperialismo, a Etapa Mais Recente do Capitalismo (Ensaio Popular)*, com um prefácio de Lénine datado de 26 de Abril de 1917.

Prefácio

A brochura que apresentamos ao leitor foi escrita por mim em Zurique durante a Primavera de 1916. Dadas as condições em que ali tinha de trabalhar, deparei naturalmente com certa insuficiência de materiais franceses e ingleses e com uma grande carência de materiais russos. Contudo, utilizei a obra inglesa mais importante sobre o imperialismo, o livro de J. A. Hobson, com a atenção que em meu entender merece.

A brochura foi escrita tendo em conta a censura tsarista. Por isso, não só me vi forçado a limitar-me estritamente a uma análise exclusivamente teórica - sobretudo económica - como também tive de formular as indispensáveis e pouco numerosas observações políticas com a maior prudência, servindo-me de alusões, na língua de Esopo, nessa maldita língua que o tsarismo obrigava todos os revolucionários a utilizar quando pegavam na pena para escrever alguma coisa destinada a publicações de tipo «legal».

É doloroso reler agora, nos dias de liberdade, as passagens da brochura mutiladas, comprimidas, apertadas num tomo de ferro, com receio da censura tsarista. Para dizer que o imperialismo é a véspera da revolução socialista, que o social-chauvinismo (socialismo de palavra e chauvinismo de facto) é uma completa traição ao socialismo, a completa passagem para o lado da burguesia, que essa cisão do movimento operário está relacionada com as condições objectivas do imperialismo, etc., vi-me obrigado a recorrer a uma linguagem «servil», e por isso devo remeter os leitores que se interessem pelo problema para a colecção dos artigos que publiquei no estrangeiro entre 1914 e 1917, os quais serão em breve reeditados. Vale a pena, em particular, assinalar uma passagem das pp. 119-120²: para fazer compreender ao leitor, de maneira a ser aceite pela censura, a forma indecorosa de mentir que têm os capitalistas e os sociais-chauvinistas que se passaram para o lado daqueles (os quais Kautsky combate com tanta inconsequência) no que se refere às anexações, o descaramento com que encobrem as anexações dos seus capitalistas, vi-me obrigado a citar o exemplo... do Japão! O leitor atento substituirá facilmente o Japão pela Rússia, e a Coreia pela Finlândia, Polónia, Curlândia, Ucrânia, Khivá, Bukhará, Estlândia e outros territórios não povoados por grão-russos.

Atrevo-me a acalentar a esperança de que a minha brochura ajudará à compreensão de um problema económico fundamental, sem cujo estudo é impossível compreender seja o que for e formar um juízo sobre a guerra e a política actuais: refiro-me ao problema da essência económica do imperialismo.

Petrogrado, 26 de Abril de 1917

O Autor

2 Ver presente edição, páginas 73 e 74.

Prefácio às edições francesa e alemã

I

Este livrinho, como se disse no prefácio da edição russa, foi escrito em 1916 tendo em conta a censura tsarista. Actualmente é-me impossível refazer todo o texto, trabalho que, de resto, talvez fosse inútil, visto o principal objectivo do livro, hoje como ontem, consistir em mostrar, com a ajuda dos dados gerais, irrefutáveis, da estatística burguesa e das declarações dos homens de ciência burgueses de todos os países, um quadro de conjunto da economia mundial capitalista nas suas relações internacionais, nos princípios de século XX, em vésperas da primeira guerra imperialista mundial.

Até certo ponto será mesmo útil a muitos comunistas dos países capitalistas avançados persuadirem-se, com o exemplo deste livrinho, legal do ponto de vista da censura tsarista, de que é possível - e necessário - aproveitar mesmo os pequenos vestígios de legalidade que ainda lhes restam, por exemplo na América actual ou em França, depois das recentes prisões de quase todos os comunistas, para demonstrar toda a falsidade das concepções sociais-pacifistas e das suas esperanças numa «democracia mundial». Tentarei dar neste prefácio os complementos mais indispensáveis a este livro que em tempos passou pela censura.

II

No livrinho prova-se que a guerra de 1914-1918 foi, de ambos os lados, uma guerra imperialista (isto é, uma guerra de conquista, de pilhagem e de rapina), uma guerra pela partilha do mundo, pela divisão e redistribuição das colónias, das «esferas de influência» do capital financeiro, etc.

É que a prova do verdadeiro carácter social ou, melhor dizendo, do verdadeiro carácter de classe de uma guerra não se encontrará, naturalmente, na sua história diplomática, mas na análise da situação objectiva das classes dirigentes em todas as potências beligerantes. Para reflectir essa situação objectiva há que colher não exemplos e dados isolados (dada a infinita complexidade dos fenómenos da vida social, podem encontrar-se sempre os exemplos ou dados isolados que se queira susceptíveis de confirmar qualquer tese), mas sim, obrigatoriamente, todo o conjunto dos dados sobre os fundamentos da vida económica de todas as potências beligerantes e do mundo inteiro.

São precisamente dados sumários desse género, que não podem ser refutados, que utilizo ao descrever a maneira como o mundo estava repartido em 1876 e em 1914 (cap. VI) e a partilha dos caminhos-de-ferro em todo o globo em 1890 e em 1913 (cap. VII). Os caminhos-de-ferro constituem o balanço dos ramos mais importantes da indústria capitalista, da indústria hulheira e siderúrgica: o balanço e o índice mais evidente do desenvolvimento do comércio mundial e da civilização democrático-burguesa. Nos capítulos anteriores mostramos a ligação dos caminhos-de-ferro com a grande produção, com os monopólios, os sindicatos patronais, os cartéis, os trusts, os bancos, a oligarquia financeira. A distribuição da rede ferroviária, a desigualdade dessa distribuição e do seu desenvolvimento constituem um balanço do capitalismo moderno, monopolista, à escala mundial. E este balanço demonstra que, com esta base económica, as guerras imperialistas são absolutamente inevitáveis enquanto subsistir a propriedade privada dos meios de produção.

A construção de caminhos-de-ferro é aparentemente um empreendimento simples, natural, democrático, cultural, civilizador: assim a apresentam os professores burgueses, pagos para embelezar a escravidão capitalista, e os filisteus pequeno-burgueses. Na realidade, os múltiplos laços capitalistas, mediante os quais esses empreendimentos se encontram ligados à propriedade privada dos meios de produção em geral, transformaram essa construção num instrumento para oprimir mil milhões de pessoas (nas colónias e semicolónias), quer dizer, mais de metade da

população da Terra nos países dependentes e os escravos assalariados do capital nos países «civilizados».

A propriedade privada baseada no trabalho do pequeno patrão, a livre concorrência, a democracia, todas essas palavras de ordem por meio das quais os capitalistas e a sua imprensa enganam os operários e os camponeses, pertencem a um passado distante. O capitalismo transformou-se num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países «avançados». A partilha desse «saque» efectua-se entre duas ou três potências rapaces, armadas até aos dentes (América, Inglaterra, Japão), que dominam o mundo e arrastam todo o planeta para a sua guerra pela partilha do seu saque.

III

A paz de Brest-Litovsk³, ditada pela Alemanha monárquica, e depois a paz, muito mais brutal e infame, de Versalhes⁴, ditada pelas repúblicas «democráticas» da América e da França e pela «livre» Inglaterra, prestaram um serviço extremamente útil à humanidade, desmascarando os coolies da pena a soldo do imperialismo do mesmo modo que os filisteus reaccionários que, embora dizendo-se pacifistas e socialistas, entoavam louvores ao «wilsonismo»⁵ e procuravam mostrar que a paz e as reformas são possíveis sob o imperialismo.

Dezenas de milhões de cadáveres e de mutilados, vítimas da guerra - essa guerra feita para decidir que grupo de bandoleiros financeiros, o inglês ou o alemão, devia receber uma maior parte do saque - e, depois, estes dois «tratados de paz», abrem os olhos, com uma rapidez até agora desconhecida, a milhões e dezenas de milhões de homens atemorizados, oprimidos, iludidos e enganados pela burguesia. Em consequência da ruína mundial, fruto da guerra, cresce, pois, a crise revolucionária mundial, que, por mais longas e duras que sejam as vicissitudes que a atravessar, não poderá terminar senão com a revolução proletária e a sua vitória.

O manifesto de Basileia da II Internacional, que em 1912 fez uma caracterização precisamente da guerra que havia de ter início em 1914 e não da guerra em geral (nem todas as guerras são iguais, existem também guerras revolucionárias), ficou como um monumento que denuncia toda a vergonhosa bancarrota, toda a apostasia dos heróis da II Internacional.

3 **Paz de Brest-Litovsk** - Tratado de paz entre a Rússia soviética e os países do bloco alemão (Alemanha, Áustria-Hungria, Bulgária e Turquia), assinado em 3 de Março de 1918. As condições de paz eram extremamente pesadas para a Rússia soviética. Segundo o tratado, deveriam ficar sob controlo da Alemanha e da Áustria-Hungria a Polónia, a quase totalidade da região do Báltico e uma parte da Bielorrússia; a Ucrânia separava-se da Rússia soviética e tornava-se um Estado dependente da Alemanha. Uma parte de território iria para a Turquia. Em Agosto de 1918 a Alemanha impôs à Rússia soviética um tratado adicional e um acordo financeiro, nos quais eram apresentadas novas exigências espoliadoras. Depois da revolução de Novembro de 1918 na Alemanha, que derrubou o regime monárquico, o Comité Executivo Central declarou anulado o espoliador e injusto tratado de Brest-Litovsk.

4 **O Tratado de Paz de Versalhes**, que pôs termo à Primeira Guerra Mundial de 1914-1918, foi assinado em 28 de Junho de 1919 pelos EUA, o Império Britânico, a França, a Itália, o Japão e as potências a eles aliadas, por um lado, e a Alemanha, por outro. O tratado de paz de Versalhes tinha por objectivo consolidar a divisão do mundo capitalista a favor das potências vitoriosas e criar um sistema de relações entre os países dirigido para o estrangulamento da Rússia soviética e a derrota do movimento revolucionário em todo o mundo.

5 **Wilsonismo**: termo derivado do nome de W. Wilson, presidente dos EUA de 1913 a 1921. No primeiro ano da sua presidência, Wilson introduziu uma série de leis a que demagogicamente chamou era de «nova liberdade». A política externa de pilhagem do imperialismo americano era mascarada por Wilson e seus partidários com palavras de ordem e frases hipócritas sobre a «democracia» e a «união dos povos». Desde os primeiros dias do Poder soviético Wilson foi um dos inspiradores e organizadores da intervenção contra a Rússia soviética. A fim de contrariar a profunda influência exercida sobre as massas populares de todos os países pela política de paz do governo soviético, Wilson apresentou «um programa de paz» demagógico, formulado em «14 pontos», que deveria servir de disfarce à política agressiva dos EUA. A propaganda americana e a imprensa burguesa europeia criaram a Wilson uma falsa auréola de combatente pela paz. Contudo, a hipocrisia das frases pequeno-burguesas de Wilson e dos «wilsonistas» foi rapidamente desmascarada pela reaccionária política antioperária no interior do país e pela política externa agressiva dos EUA.

Por isso incluo esse manifesto como apêndice à presente edição⁶, chamando mais uma vez a atenção dos leitores para o facto de que os heróis da II Internacional escamoteiam todas as passagens do manifesto que falam com precisão, de maneira clara e directa, da relação entre esta precisa guerra que se avizinhava e a revolução proletária, com o mesmo empenho de que dá provas um ladrão ao evitar o lugar onde cometeu o roubo.

IV

Prestámos nesta brochura uma especial atenção à crítica do «kautskismo», essa corrente ideológica internacional que em todos os países do mundo era representada pelos «teóricos mais eminentes», chefes da II Internacional (Otto Bauer e C^a na Áustria, Ramsay MacDonald e outros na Inglaterra, Albert Thomas em França, etc., etc.) e um número infinito de socialistas, de reformistas, de pacifistas, de democratas burgueses e de clérigos.

Essa corrente ideológica é, por um lado, o produto da decomposição, da putrefacção, da II Internacional, e, por outro, o fruto inevitável da ideologia dos pequenos burgueses, que todo o ambiente mantém prisioneiros dos preconceitos burgueses e democráticos.

Em Kautsky e em toda a gente do seu género tais concepções são precisamente a abjuração completa dos fundamentos revolucionários do marxismo que esse autor defendeu durante dezenas de anos, sobretudo, diga-se de passagem, em luta contra o oportunismo socialista (de Bernstein, Millerand, Hyndman, Gompers, etc.). Por isso não é obra do acaso que os «kautskistas» de todo o mundo se tenham unido hoje, no terreno da política prática, aos oportunistas extremos (através da II Internacional, ou Internacional amarela⁷) e aos governos burgueses (através dos governos de coligação burgueses com participação de socialistas).

O movimento proletário revolucionário em geral e o movimento comunista em particular, que crescem em todo o mundo, não podem dispensar a análise e o desmascaramento dos erros teóricos do «kautskismo». Isto é tanto mais necessário quanto o pacifismo e o «democratismo» em geral - que não têm as mínimas pretensões de marxismo, mas que, exactamente como Kautsky e C^a, dissimulam a profundidade das contradições do imperialismo e a inelutabilidade da crise revolucionária que este gera - são correntes que ainda se encontram extraordinariamente espalhadas em todo o mundo. A luta contra tais tendências é obrigatória para o partido do proletariado, que deve arrancar à burguesia os pequenos proprietários que ela engana e os milhões de trabalhadores cujas condições de vida são mais ou menos pequeno-burguesas.

V

É necessário dizer algumas palavras a propósito do capítulo VIII: «O parasitismo e a decomposição do capitalismo». Como já dissemos no livro, Hilferding, antigo «marxista», actualmente companheiro de armas de Kautsky e um dos principais representantes da política burguesa, reformista, no seio do Partido Social-Democrata Independente da Alemanha⁸, deu neste ponto um

6 Na presente edição não se inclui o manifesto de Basileia. (N. Ed.)

7 Lénine refere-se à II Internacional (de Berna) fundada na conferência dos partidos socialistas realizada em Berna em Fevereiro de 1919 pelos dirigentes dos partidos socialistas da Europa ocidental em substituição da II Internacional, que deixara de existir desde o início da Primeira Guerra Mundial. A Internacional de Berna desempenhou de facto o papel de serventia da burguesia internacional. «É uma autêntica internacional amarela», assim se referiu Lénine a ela no artigo *A III Internacional e o Seu Lugar na História*.

8 **Partido Social-Democrata Independente da Alemanha:** partido centrista fundado em Abril de 1917. Os «independentes», mascarando-se com uma fraseologia centrista, pregavam a «unidade» com os sociais-chauvinistas e inclinavam-se para a renúncia à luta de classe. Em Outubro de 1920, no congresso do Partido Social-Democrata Independente realizado em Halle, verificou-se uma cisão; em Dezembro de 1920 uma parte significativa desse partido uniu-se com o Partido Comunista da Alemanha, e a direita constituiu um partido separado com o antigo nome de Partido Social-Democrata Independente da Alemanha, que existiu até 1922.

passo atrás relativamente ao inglês Hobson, pacifista e reformista declarado. A cisão internacional de todo o movimento operário mostra-se agora com inteira nitidez (II e III Internacionais). A luta armada e a guerra civil entre as duas tendências é também um facto evidente: na Rússia, apoio a Koltchak e Deníkine pelos mencheviques e pelos «socialistas-revolucionários» contra os bolcheviques; na Alemanha, os partidários de Scheidemann, Noske e C^a ao lado da burguesia contra os spartakistas⁹; e o mesmo na Finlândia, na Polónia, na Hungria, etc. Onde está a base económica deste fenómeno histórico universal?

Encontra-se precisamente no parasitismo e na decomposição do capitalismo, inerentes à sua fase histórica superior, quer dizer, ao imperialismo. Como demonstrámos neste livrinho, o capitalismo deu agora uma situação privilegiada a um punhado (menos da décima parte da população da Terra, ou, calculando de um modo muito «generoso» e muito acima, menos de um quinto) de países particularmente ricos e poderosos que, com o simples «corte de cupões», saqueiam todo o mundo. A exportação de capitais dá rendimentos de oito a dez mil milhões de francos por ano, de acordo com os preços de antes da guerra e segundo as estatísticas burguesas de então. Naturalmente, agora são muito maiores.

É evidente que tão gigantesco superlucro (visto ser obtido para além do lucro que os capitalistas extraem aos operários do seu «próprio» país) permite subornar os dirigentes operários e a camada superior da aristocracia operária. Os capitalistas dos países «avançados» subornam-nos efectivamente, e fazem-no de mil e uma maneiras, directas e indirectas, abertas e ocultas.

Essa camada de operários aburguesados ou de «aristocracia operária», inteiramente pequenos burgueses pelo seu género de vida, pelos seus vencimentos e por toda a sua concepção do mundo, constitui o principal apoio da II Internacional e, hoje em dia, o principal apoio social (não militar) da burguesia. Porque são verdadeiros agentes da burguesia no seio do movimento operário, lugar-tenentes operários da classe dos capitalistas (labor lieutenants of the capitalist class), verdadeiros veículos do reformismo e do chauvinismo. Na guerra civil entre o proletariado e a burguesia colocam-se inevitavelmente, em número considerável, ao lado da burguesia, ao lado dos «versalheses»¹⁰ contra os «communards».

Sem ter compreendido as raízes económicas desse fenómeno, sem ter conseguido ver a sua importância política e social, é impossível dar o menor passo para o cumprimento das tarefas práticas do movimento comunista e da revolução social que se avizinha.

O imperialismo é a véspera da revolução social do proletariado. Isto foi confirmado à escala mundial desde 1917.

6 de Julho de 1920, N. Lénine

9 **Spartakistas:** organização revolucionária dos sociais-democratas de esquerda alemães, fundada no princípio da Primeira Guerra Mundial por Karl Liebknecht, Rosa Luxemburg, Franz Mehring, Clara Zetkin, I. Marchlevski, Leo Jogiches (Tyszka) e Wilhelm Pieck. Em Abril de 1915, Rosa Luxemburg e F. Mehring fundaram a revista *Die Internationale*, em torno da qual se uniu o grupo fundamental dos sociais-democratas de esquerda da Alemanha. A partir de 1916 o grupo A Internacional começou a editar e a difundir ilegalmente Cartas Políticas assinadas Spartakus, e o grupo A Internacional passou a chamar-se Spartakus. Os spartakistas faziam propaganda revolucionária entre as massas, organizavam acções de massas contra a guerra, dirigiam greves, desmascaravam o carácter imperialista da guerra mundial e a traição dos dirigentes oportunistas da social-democracia. Contudo, cometiam erros sérios em relação a importantes questões teóricas e políticas. Em Abril de 1917 os spartakistas entraram para o Partido Social-Democrata Independente da Alemanha, centrista, conservando nele a sua autonomia organizativa. Em Novembro de 1918, durante a revolução na Alemanha, os spartakistas constituíram-se em Liga Spartakus e, depois de publicarem em 14 de Dezembro de 1918 o seu programa, romperam com os «independentes». No congresso constituinte realizado em 30 de Dezembro de 1918-1 de Janeiro de 1919 os spartakistas fundaram o Partido Comunista da Alemanha.

10 **Versalheses:** inimigos furiosos da Comuna de Paris de 1871, partidários do governo burguês contra-revolucionário francês dirigido por Thiers, constituído em Versalhes depois da vitória da Comuna. Durante a repressão da Comuna de Paris, os versalheses massacraram os communards com uma crueldade inaudita. Depois de 1871 a palavra «versalheses» tornou-se sinónimo de contra-revolução raivosa.

O IMPERIALISMO, FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO

Durante os últimos quinze ou vinte anos, sobretudo depois das guerras hispano-americana (1898)¹¹ e anglo-bóer (1899-1902)¹², as publicações económicas, bem como as políticas, do Velho e do Novo Mundo utilizam cada vez mais o conceito de «imperialismo» para caracterizar a época que atravessamos. Em 1902 apareceu em Londres e Nova Iorque a obra do economista inglês J. A. Hobson *O Imperialismo*. O autor, que defende o ponto de vista do social-reformismo e do pacifismo burgueses - ponto de vista que coincide, no fundo, com a posição actual do ex-marxista K. Kautsky -, faz uma descrição excelente e pormenorizada das particularidades económicas e políticas fundamentais do imperialismo. Em 1910 publicou-se em Viena a obra do marxista austríaco Rudolf Hilferding *O Capital Financeiro* (tradução russa: Moscovo, 1912). Apesar do erro do autor quanto à teoria do dinheiro e de certa tendência para conciliar o marxismo com o oportunismo, a obra mencionada constitui uma análise teórica extremamente valiosa da «fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo» (tal é o subtítulo do livro de Hilferding). No fundo, o que se disse acerca do imperialismo durante estes últimos anos - sobretudo no imenso número de artigos publicados em jornais e revistas, assim como nas resoluções tomadas, por exemplo, nos Congressos de Chemnitz¹³ e de Basileia, que se realizaram no Outono de 1912 - nunca saiu do círculo das ideias expostas, ou, melhor dizendo, resumidas, nos dois trabalhos mencionados...

Nas páginas que seguem procuraremos expor sumariamente, da forma mais popular possível, os laços e as relações recíprocas existentes entre as particularidades económicas **fundamentais** do imperialismo. Não nos deteremos, por muito que ele o mereça, no aspecto não económico do problema. Quanto às referências bibliográficas e outras notas que nem a todos os leitores interessariam, dá-las-emos no final da brochura¹⁴.

11 **Guerra hispano-americana de 1898:** primeira guerra imperialista da história; segundo a definição de Lênine, um dos principais marcos que assinalaram o início da época do imperialismo. A guerra começou numa situação de insurreição em Cuba (desde 1895) e nas Filipinas (desde 1896) contra a opressão colonial espanhola. Actuando pretensamente em apoio da luta desses povos, os EUA aproveitaram-se dela para os seus objectivos e para a conquista de Porto Rico, da ilha de Guam e das Filipinas, e ocuparam Cuba, formalmente declarada independente.

12 **Guerra anglo-bóer de 1899-1902:** guerra de conquista da Grã-Bretanha contra as repúblicas bóeres da África do Sul - Estado Livre de Orange (Orange Free State) e Transval; uma das primeiras guerras da época do imperialismo. Como resultado da guerra, ambas as repúblicas foram transformadas em colónias inglesas; a população nativa africana ficou sob um duplo jugo: dos bóeres e dos colonizadores ingleses.

13 Referência à resolução do congresso da social-democracia alemã realizado em Setembro de 1912 em Chemnitz. Na resolução condenava-se a política imperialista e assinalava-se a importância da luta pela paz.

14 Na presente edição as referências e notas do autor inserem-se em rodapé. (N. Ed.)

I

A concentração da produção e os monopólios

O enorme incremento da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção em empresas cada vez maiores constituem uma das particularidades mais características do capitalismo. Os censos industriais modernos fornecem os dados mais completos e exactos sobre o processo.

Na Alemanha, por exemplo, em cada 1000 empresas industriais, em 1882, 3 eram grandes empresas, quer dizer, empregavam mais de 50 operários assalariados; em 1895 eram 6, e 9 em 1907. De cada 100 operários correspondiam-lhes, respectivamente, 22, 30 e 37. Mas a concentração da produção é muito mais intensa do que a dos operários, pois o trabalho nas grandes empresas é muito mais produtivo, como indicam os dados relativos às máquinas a vapor e aos motores eléctricos. Se considerarmos aquilo a que na Alemanha se chama indústria no sentido lato desta palavra, quer dizer, incluindo o comércio, as vias de comunicação, etc., obteremos o seguinte quadro: grandes empresas, 30 588 num total de 3 265 623, isto é, apenas 0,9%. Nelas estão empregados 5 700 000 operários, num total de 14 400 000, isto é, 39,4%; cavalos-vapor, 6 600 000 para um total de 8 800 000, ou seja, 75,3%; energia eléctrica, 1 200 000 kilowatts para um total de 1 500 000, ou seja, 77,2%.

Menos da centésima parte das empresas tem **mais de** 3/4 da quantidade total da força motriz a vapor e eléctrica! Aos 2 970 000 pequenos estabelecimentos (até 5 operários assalariados), que constituem 91% de todas as empresas, correspondem unicamente 7% da energia eléctrica e a vapor! Algumas dezenas de milhares de grandes empresas são tudo, os milhões de pequenas empresas não são nada.

Em 1907 havia na Alemanha 586 estabelecimentos com 1000 ou mais operários. Esses estabelecimentos empregavam quase a décima parte (1 380 000) do número total de operários e **quase um terço** (32%) do total de energia eléctrica e a vapor¹⁵. O capital-dinheiro e os bancos, como veremos, tornam ainda mais esmagador esse predomínio de um punhado de grandes empresas, e dizemos esmagador no sentido mais literal da palavra, isto é, milhões de pequenos, médios, e até uma parte dos grandes «patrões», encontram-se de facto completamente submetidos a umas poucas centenas de financeiros milionários.

Noutro país avançado do capitalismo contemporâneo, os Estados Unidos da América do Norte, o aumento da concentração da produção é ainda mais intenso. Neste país, a estatística considera à parte a indústria, na acepção estrita da palavra, e agrupa os estabelecimentos de acordo com o valor da produção anual. Em 1904, havia 1900 grandes empresas (num total de 216 180, isto é, 0,9%), com uma produção de um milhão de dólares e mais; estas empresas empregavam 1 400 000 operários (num total de 5 500 000, ou seja, 25,6%), e o valor da produção ascendia a 5600 milhões (em 14 800 milhões, ou seja, 38%). Cinco anos depois, em 1909, os números correspondentes eram: 3060 empresas (num total de 268 491, isto é, 1,1%) com 2 milhões de operários (num total de 6 600 000, isto é, 30,5%) e 9000 milhões de produção anual (em 20 700 milhões, isto é, 43,8%)¹⁶.

Quase metade da produção global de todas as empresas do país nas mãos de uma **centésima parte** do total das empresas! E essas 3000 empresas gigantescas abarcam 258 ramos da indústria. Daqui se infere claramente que, ao chegar a um determinado grau do seu desenvolvimento, a concentração por si mesma, por assim dizer, conduz directamente ao monopólio, visto que, para umas quantas dezenas de empresas gigantescas, é muito fácil chegarem a acordo entre si e, por outro lado, as dificuldades da concorrência e a tendência para o monopólio nascem precisamente das grandes

15 Números dos *Annalen des deutschen Reichs*, 1911, Zahn.

16 *Statistical Abstract of the United States*, 1912, p. 202.

proporções das empresas. Esta transformação da concorrência em monopólio constitui um dos fenómenos mais importantes - para não dizer o mais importante - da economia do capitalismo dos últimos tempos. É necessário, portanto, que nos detenhamos e a estudemos mais em pormenor. Mas antes disso devemos eliminar um equívoco possível.

A estatística americana indica: 3000 empresas gigantes em 250 ramos industriais. Parece que correspondem apenas 12 grandes empresas a cada ramo da produção.

Mas não é assim. Nem em todos os ramos da indústria existem grandes empresas; por outro lado, uma particularidade extremamente importante do capitalismo chegado ao seu mais alto grau de desenvolvimento é a chamada **combinação**, ou seja, a reunião numa só empresa de diferentes ramos da indústria, que ou representam fases sucessivas da elaboração de uma matéria-prima (por exemplo, a fundição do minério de ferro, a transformação do ferro fundido em aço e, em certos casos, a produção de determinados artigos de aço) ou desempenham um papel auxiliar uns em relação aos outros (por exemplo, a utilização dos resíduos ou dos produtos secundários, a produção de embalagens, etc.).

«A combinação», diz Hilferding, «nivela as diferenças de conjuntura e garante portanto à empresa combinada uma taxa de lucro mais estável. Em segundo lugar, a combinação conduz à eliminação do comércio. Em terceiro lugar, permite o aperfeiçoamento técnico e, por conseguinte, a obtenção de lucros suplementares em comparação com as empresas "simples" (isto é, não combinadas). Em quarto lugar, fortalece a posição da empresa combinada relativamente à "simples", reforça-a na luta de concorrência durante as fortes depressões (dificuldades nos negócios, crise), quando os preços das matérias-primas descem menos do que os preços dos artigos manufacturados.»¹⁷

O economista burguês alemão Heymann, que consagrou uma obra às empresas «mistas», ou seja, combinadas, na indústria siderúrgica alemã, diz: «As empresas simples perecem, esmagadas pelo preço elevado das matérias-primas e pelo baixo preço dos artigos manufacturados.» Daí resulta o seguinte:

«Por um lado, ficaram as grandes companhias hulheiras com uma extracção de carvão que se cifra em vários milhões de toneladas, solidamente organizadas no seu sindicato hulheiro; seguidamente, estreitamente ligadas a elas, as grandes fundições de aço com o seu sindicato. Estas empresas gigantescas, com uma produção de aço de 400 000 toneladas por ano, com uma extracção enorme de minério de ferro e de hulha, com a sua produção de artigos de aço, com 10 000 operários alojados nos barracões dos bairros operários, que contam por vezes com caminhos-de-ferro e portos próprios, são os representantes típicos da indústria siderúrgica alemã. E a concentração continua avançando sem cessar. As diferentes empresas vão aumentando de importância cada dia; cada vez é maior o número de estabelecimentos de um ou vários ramos da indústria que se agrupam em empresas gigantescas, apoiadas e dirigidas por meia dúzia de grandes bancos berlinenses. No que se refere à indústria mineira alemã, foi demonstrada a exactidão da doutrina de Karl Marx sobre a concentração; é verdade que isto se refere a um país no qual a indústria se encontra defendida por direitos alfandegários proteccionistas e pelas tarifas de transporte. A indústria mineira da Alemanha está madura para a expropriação.»¹⁸

Tal é a conclusão a que teve de chegar um economista burguês consciencioso, o que é uma excepção. Há que observar que considera a Alemanha como um caso especial, em consequência da protecção da sua indústria por elevadas tarifas alfandegárias. Mas esta circunstância não fez mais do que acelerar a concentração e a constituição de associações monopolistas patronais, cartéis, sindicatos, etc. É de extraordinária importância notar que no país do livre-câmbio, a Inglaterra, a

¹⁷ *O Capital Financeiro*, pp. 286-287, ed. em russo.

¹⁸ Hans Gideon Heymann, *Die gemischten Werke im deutschen Grosseisengewerbe*, Stuttgart 1904, S. 256, 278-2798.

concentração conduz **também** ao monopólio, ainda que um pouco mais tarde e talvez com outra forma. Eis o que escreve o Prof. Hermann Levy, em *Monopólios, Cartéis e Trusts*, estudo especial feito com base nos dados relativos ao desenvolvimento económico da Grã-Bretanha:

«Na Grã-Bretanha são precisamente as grandes proporções das empresas e o seu elevado nível técnico que trazem consigo a tendência para o monopólio. Por um lado, a concentração determinou o emprego de enormes capitais nas empresas; por isso, as novas empresas encontram-se perante exigências cada vez mais elevadas no que respeita ao volume de capital necessário, e esta circunstância dificulta o seu aparecimento. Mas, por outro lado (e este ponto consideramo-lo mais importante), cada nova empresa que queira manter-se ao nível das empresas gigantes criadas pela concentração representa um aumento tão grande da oferta de mercadorias que a sua venda lucrativa só é possível com a condição de um aumento extraordinário da procura, pois, caso contrário, essa abundância de produtos faz baixar os preços a um nível desvantajoso para a nova fábrica e para as associações monopolistas.» Na Inglaterra, as associações monopolistas de patrões, cartéis e *trusts*, só surgem, na maior parte dos casos - diferentemente dos outros países, nos quais os impostos aduaneiros proteccionistas facilitam a cartelização -, quando o número das principais empresas concorrentes se reduz a «umas duas dúzias». «A influência da concentração na formação dos monopólios na grande indústria surge neste caso com uma clareza cristalina.»¹⁹

Há meio século, quando Marx escreveu *O Capital*, a livre concorrência era, para a maior parte dos economistas, uma «lei natural». A ciência oficial procurou aniquilar, por meio da conspiração do silêncio, a obra de Marx, que tinha demonstrado, com uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio. Agora o monopólio é um facto. Os economistas publicam montanhas de livros em que descrevem as diferentes manifestações do monopólio e continuam a declarar em coro que «o marxismo foi refutado». Mas os factos são teimosos - como afirma o provérbio inglês - e de bom ou mau grado há que tê-los em conta. Os factos demonstram que as diferenças entre os diversos países capitalistas, por exemplo no que se refere ao proteccionismo²⁰ ou ao livre-câmbio, trazem consigo apenas diferenças não essenciais quanto à forma dos monopólios ou ao momento do seu aparecimento, mas que o aparecimento do monopólio devido à concentração da produção é uma lei geral e fundamental da presente fase de desenvolvimento do capitalismo.

No que se refere à Europa, pode fixar-se com bastante exactidão o momento em que o novo capitalismo veio substituir **definitivamente** o velho: em princípios do século XX. Num dos trabalhos de compilação mais recentes sobre a história da «formação dos monopólios» lemos:

«Podem citar-se alguns exemplos de monopólios capitalistas da época anterior a 1860; podem descobrir-se aí os germes das formas que são tão correntes na actualidade; mas tudo isso constitui indiscutivelmente a época pré-histórica dos cartéis. O verdadeiro começo dos monopólios contemporâneos encontramos-lo, no máximo, na década de 1860. O primeiro grande período de desenvolvimento dos monopólios começa com a depressão internacional da indústria na década de 1870 e prolonga-se até princípios da última década do século.» «Se examinarmos a questão no que se refere à Europa, a livre concorrência alcança o ponto culminante de desenvolvimento nos anos de 60 a 70. Por essa altura, a Inglaterra acabava de erguer a sua organização capitalista do velho estilo. Na Alemanha, esta organização iniciava uma luta decidida contra a indústria artesanal e doméstica e começava a criar as suas próprias formas de existência.»

19 Hermann Levy, *Monopole, Kartelle und Trusts*, Jena 1909, S. 286, 290, 298.

20 **Proteccionismo:** política económica de um Estado destinada a proteger a economia nacional da concorrência estrangeira. Aplica-se através do estímulo financeiro à indústria nacional, dos incentivos à exportação, da limitação das importações. Nas condições do imperialismo, o proteccionismo tem um carácter «ofensivo». A sua principal tarefa é a defesa dos sectores mais desenvolvidos, altamente monopolizados, da indústria, a conquista de mercados externos através da exportação de capitais, do dumping, etc.

«Inicia-se uma transformação profunda com o craque de 1873, ou, mais exactamente, com a depressão que se lhe seguiu e que - com uma pausa quase imperceptível em princípios da década de 1880 e com um ascenso extraordinariamente vigoroso, mas breve, por volta de 1889 - abarca vinte e dois anos da história económica da Europa.» «Durante o breve período de ascenso de 1889 e 1890 foram utilizados em grande escala os cartéis para aproveitar a conjuntura. Uma política irreflectida elevava os preços ainda com maior rapidez e em maiores proporções do que teria acontecido sem os cartéis, e quase todos esses cartéis pereceram ingloriamente, enterrados "na fossa do craque". Decorreram outros cinco anos de maus negócios e preços baixos, mas já não reinava na indústria o estado de espírito anterior: a depressão não era já considerada uma coisa natural, mas, simplesmente, uma pausa antes de uma nova conjuntura favorável.

«E o movimento dos cartéis entrou na sua segunda época. Em vez de serem um fenómeno passageiro, os cartéis tornam-se uma das bases de toda a vida económica; conquistam, uma após outra, as esferas industriais e, em primeiro lugar, a da transformação de matérias-primas. Em princípios da década de 1890, os cartéis conseguiram já, na organização do sindicato do coque que serviu de modelo ao sindicato hulheiro, uma tal técnica dos cartéis que, em essência, não foi ultrapassada. O grande ascenso de fins do século XIX e a crise de 1900 a 1903 decorreram já inteiramente, pela primeira vez - pelo menos no que se refere às indústrias mineira e siderúrgica -, sob o signo dos cartéis. E se então isso parecia ainda algo de novo, agora é uma verdade evidente para a opinião pública que grandes sectores da vida económica são, regra geral, subtraídos à livre concorrência.»²¹

Assim, o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1) Décadas de 1860 e 1870, o grau superior, culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. 2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma excepção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenómeno passageiro. 3) Ascenso de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida económica. O capitalismo transformou-se em imperialismo.

Os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, os prazos de pagamento, etc. Repartem os mercados de venda. Fixam a quantidade de produtos a fabricar. Estabelecem os preços. Distribuem os lucros entre as diferentes empresas, etc.

O número de cartéis era na Alemanha de aproximadamente 250 em 1896 e de 385 em 1905, abrangendo cerca de 12 000 estabelecimentos²². Mas todos reconhecem que estes números são inferiores à realidade. Dos dados da estatística da indústria alemã de 1907 que citámos atrás deduz-se que mesmo esses 12 000 grandes estabelecimentos concentram seguramente mais de metade de toda a energia a vapor e eléctrica. Nos Estados Unidos da América do Norte o número de *trusts* era de 185 em 1900 e de 250 em 1907. A estatística americana divide todas as empresas industriais em empresas pertencentes a indivíduos, a sociedades e a corporações. A estas últimas pertenciam, em 1904, 23,6%, e, em 1909, 25,9%, isto é, mais da quarta parte do total das empresas. Nos referidos estabelecimentos trabalhavam 70,6% dos operários em 1904 e 75,6% em 1909, isto é, três quartas partes do total. O valor da produção era, respectivamente, de 10 900 e 16 300 milhões de dólares, ou seja, 73,7% e 79% do total.

21 Th. Vogelstein, *Die finanzielle Organisation der kapitalistischen Industrie und die Monopolbildungen*, em *Grundriss der Sozialökonomik*, VI Abt., Tübingen 1914. Ver do mesmo autor *Organisationsformen und der Eisenindustrie der Textilindustrie in England und Amerika*, Bd. I, Leipzig 1910.

22 Dr. Riesser, *Die deutschen Grossbanken und ihre Konzentration im Zusammenhange mit der Entwicklung der Gesamtwirtschaft in Deutschland*, 4. Aufl., 1912, S. 149; R. Liefmann, *Kartelle und Trusts und die Weiterbildung der volkswirtschaftlichen Organisation*, 1. Aufl., 1910, S. 25.

Nas mãos dos cartéis e *trusts* concentram-se frequentemente sete ou oito décimas partes de toda a produção de um determinado ramo industrial. O sindicato hulheiro da Renânia-Vestefália, no momento da sua constituição, em 1893, concentrava 86,7% de toda a produção de carvão daquela bacia, e em 1910 dispunha já de 95,4%²³. O monopólio assim constituído garante lucros enormes e conduz à criação de unidades técnicas de produção de proporções imensas. O famoso *trust* do petróleo dos Estados Unidos (Standard Oil Company) foi fundado em 1900. «O seu capital era de 150 milhões de dólares. Foram emitidas acções ordinárias no valor de 100 milhões de dólares e acções privilegiadas no valor de 106 milhões de dólares. Estas últimas auferiram os seguintes dividendos no período de 1900 a 1907: 48%, 48%, 45%, 44%, 36%, 40%, 40% e 40%, ou seja, um total de 367 milhões de dólares. De 1882 a 1907 foram obtidos 889 milhões de dólares de lucros líquidos, dos quais 606 milhões foram distribuídos a título de dividendos e o restante passou a capital de reserva.»²⁴ «No conjunto das empresas do *trust* do aço (United States Steel Corporation) trabalhavam, em 1907, pelo menos 210 180 operários e empregados. A empresa mais importante da indústria alemã, a Sociedade Mineira de Gelsenkirchen (Gelsenkirchener Bergwerksgesellschaft), dava trabalho, em 1908, a 46 048 operários e empregados.»²⁵ Em 1902, o *trust* do aço produzia já 9 milhões de toneladas²⁶. Em 1901 a sua produção constituía 66,3%, e 56,1% em 1908, de toda a produção de aço dos Estados Unidos²⁷. A sua extracção de minério de ferro constituía 43,9% e 46,3%, respectivamente.

O relatório de uma comissão governamental americana sobre os *trusts* diz: «A grande superioridade dos *trusts* sobre os seus concorrentes baseia-se nas grandes proporções das suas empresas e no seu excelente equipamento técnico. O *trust* do tabaco, desde o próprio momento da sua fundação, consagrou inteiramente os seus esforços a substituir em todo o lado, e em grande escala, o trabalho manual pelo trabalho mecânico. Com este objectivo adquiriu todas as patentes que tivessem qualquer relação com a elaboração do tabaco, investindo nisso somas enormes. Muitas patentes foram, a princípio, inutilizáveis, e tiveram de ser modificadas pelos engenheiros que se encontravam ao serviço do *trust*. Em fins de 1906 foram constituídas duas sociedades filiais com o único objectivo de adquirir patentes. Com este mesmo fim, o *trust* montou as suas próprias fundições, as suas fábricas de maquinaria e as suas oficinas de reparação. Um dos referidos estabelecimentos, o de Brooklyn, dá trabalho, em média, a 300 operários; nele se experimentam e se aperfeiçoam os inventos relacionados com a produção de cigarros, pequenos charutos, rapé, papel de estanho para as embalagens, caixas, etc.»²⁸ Há outros *trusts* que têm ao seu serviço os chamados *developping engineers* (engenheiros para o desenvolvimento da técnica), cuja missão consiste em inventar novos processos de produção e experimentar inovações técnicas. O *trust* do aço concede aos seus engenheiros e operários prémios importantes pelos inventos susceptíveis de elevar a técnica ou reduzir os custos.»²⁹

Está organizado do mesmo modo o aperfeiçoamento técnico na grande indústria alemã, por exemplo na indústria química, que se desenvolveu em proporções tão gigantescas durante estes últimos decénios. O processo de concentração da produção tinha dado origem, já em 1909, na referida indústria, a dois «grupos» principais, que, à sua maneira, foram evoluindo para o monopólio. A princípio, esses grupos constituíam «duplas alianças» de dois pares de grandes fábricas com um capital de 20 a 21 milhões de marcos cada uma: por um lado, a antiga fábrica

23 Dr. Fritz Kestner, *Der Organisationszwang. Eine Untersuchung über die Kämpfe zwischen Kartellen und Aussenseitern*, Berlin 1912, S. 11.

24 R. Liefmann, *Beteiligungs- und Finanzierungsgesellschaften. Eine Studie über den modernen Kapitalismus und das Effektenwesen*, 1. Aufl., Jena 1909, S. 212.

25 *Ibid.*, S. 218.

26 Dr. S. Tschierschky, *Kartell und Trust*, Göttingen, 1903, S. 13.

27 Th. Vogelstein, *Organisationsformen*, S. 275.

28 *Report of the Commissioner on the Tobacco Industry*, Washington, 1909, p. 266. Extraído do livro do Dr. Paul Tafel *Die nordamerikanischen Trusts und ihre Wirkungen auf den Fortschritt der Technik*, Stuttgart 1913, S. 48.

29 *Ibid.*, S. 48-49.

Meister, em Höchst, e a de Cassella, em Frankfurt am Main, por outro, a fábrica de anilina e soda de Ludwigshafen e a antiga fábrica Bayer, em Elberfeld. Um dos grupos em 1905 e o outro em 1908 concluíram acordos, cada um por seu lado, com outra grande fábrica. Daí resultaram duas «triplas alianças» com um capital de 40 a 50 milhões de marcos cada uma, entre as quais se iniciou já uma «aproximação», se estipularam «convénios» sobre os preços, etc.³⁰

A concorrência transforma-se em monopólio. Daí resulta um gigantesco progresso na socialização da produção. Socializa-se também, em particular, o processo dos inventos e aperfeiçoamentos técnicos.

Isto nada tem já que ver com a antiga livre concorrência entre patrões dispersos, que não se conheciam e que produziam para um mercado ignorado. A concentração chegou a tal ponto que se pode fazer um inventário aproximado de todas as fontes de matérias-primas (por exemplo, jazigos de minérios de ferro) de um país, e ainda, como veremos, de vários países e de todo o mundo. Não só se realiza este inventário, mas também associações monopolistas gigantescas se apoderam das referidas fontes. Efectua-se o cálculo aproximado da capacidade do mercado, que estes grupos «partilham» entre si por contrato. Monopoliza-se a mão-de-obra qualificada, contratam-se os melhores engenheiros; as vias e meios de comunicação - as linhas férreas na América e as companhias de navegação na Europa e na América - vão parar às mãos dos monopólios. O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa.

A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. Mantém-se o quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida, e o jugo de uns quantos monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais duro, mais sensível, mais insuportável.

O economista alemão Kestner consagrou uma obra especial à «luta entre os cartéis e os estranhos», quer dizer, os empresários que não fazem parte dos cartéis. Intitulou essa obra *Da Coacção à Organização*, quando devia ter falado, evidentemente para não embelezar o capitalismo, da coacção à subordinação às associações monopolistas. É esclarecedor lançar uma simples olhadela ainda que mais não seja à lista dos meios a que recorrem as referidas associações na luta moderna, actual, civilizada, pela «organização»: 1) privação de matérias-primas («... um dos processos mais importantes para obrigar a entrar no cartel»); 2) privação de mão-de-obra mediante «alianças» (quer dizer, mediante acordos entre os capitalistas e os sindicatos operários para que estes últimos só aceitem trabalho nas empresas cartelizadas); 3) privação de meios de transporte; 4) privação de possibilidades de venda; 5) acordo com os compradores para que estes mantenham relações comerciais unicamente com os cartéis; 6) diminuição sistemática dos preços (com o objectivo de arruinar os «estranhos», isto é, as empresas que não se submetem aos monopolistas, gastam-se durante um certo tempo milhões para vender a preços inferiores ao do custo: na indústria da gasolina deram-se casos de redução de preço de 40 para 22 marcos, quer dizer, quase metade!); 7) privação de créditos; 8) declaração do boicote.

Não nos encontramos já em presença da luta da concorrência entre pequenas e grandes empresas, entre estabelecimentos tecnicamente atrasados e estabelecimentos de técnica avançada. Encontramo-nos perante o estrangulamento, pelos monopolistas, de todos aqueles que não se submetem ao monopólio, ao seu jugo, à sua arbitrariedade. Eis como este processo se reflecte na consciência de um economista burguês:

30 Riesser, ob. cit., pp. 547 e segs. da 3ª edição. Os jornais dão conta (Junho de 1916) da constituição de um novo *trust* gigantesco da indústria química da Alemanha.

«Mesmo no terreno da actividade puramente económica», escreve Kestner, «produz-se uma certa deslocação da actividade comercial, no anterior sentido da palavra, para uma actividade organizadora e especulativa. Não é o comerciante que, valendo-se da sua experiência técnica e comercial, sabe determinar melhor as necessidades do comprador, encontrar e, por assim dizer, "descobrir" a procura que se encontra em estado latente, aquele que consegue os maiores êxitos, mas o génio(!) especulativo que antecipadamente sabe ter em conta ou, pelo menos, pressentir, o desenvolvimento no terreno da organização, a possibilidade de se estabelecerem determinados laços entre as diferentes empresas e os bancos...»

Traduzido em linguagem comum, isto significa: o desenvolvimento do capitalismo chegou a um ponto tal que, ainda que a produção mercantil continue «reinando» como antes, e seja considerada a base de toda a economia, na realidade encontra-se já minada e os lucros principais vão parar aos «génios» das maquinações financeiras. Estas maquinações e estas trapaças têm a sua base na socialização da produção, mas o imenso progresso da humanidade, que chegou a essa socialização, beneficia... os especuladores. Mais adiante veremos como, «baseando-se nisto», a crítica filistina reaccionária do imperialismo capitalista sonha com voltar atrás, à concorrência «livre», «pacífica» e «honest».

«Até agora, a subida duradoura dos preços como resultado da constituição dos cartéis», diz Kestner, «só se observou nos principais meios de produção, sobretudo na hulha, no ferro e na potassa; pelo contrário, não se verificou nunca nos artigos manufacturados. O aumento dos lucros motivado por esse fenómeno vê-se igualmente limitado à indústria dos meios de produção. Há que completar esta observação com a de que a indústria de transformação das matérias-primas (e não de produtos semimanufacturados) não só obtém da constituição de cartéis vantagens sob a forma de lucros elevados, em prejuízo das indústrias dedicadas à transformação ulterior dos produtos semimanufacturados, como adquiriu sobre esta última uma certa **relação de dominação** que não existia sob a livre concorrência.»³¹

A palavra que sublinhámos mostra o fundo da questão, que os economistas burgueses reconhecem de tão má vontade e só de vez em quando e que tanto se empenham em não ver e em silenciar os defensores actuais do oportunismo, com Kautsky à cabeça. As relações de dominação e a violência ligada a essa dominação, eis o que é típico da «fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo», eis o que inevitavelmente tinha de derivar, e derivou, da constituição de monopólios económicos todo-poderosos.

Citemos outro exemplo da dominação dos cartéis. Onde é possível apoderar-se de todas ou das mais importantes fontes de matérias-primas, o aparecimento de cartéis e a constituição de monopólios é particularmente fácil. Mas seria um erro pensar que os monopólios não surgem também noutros ramos industriais em que a conquista das fontes de matérias-primas é impossível. A indústria do cimento encontra matéria-prima em toda a parte. Não obstante, também esta indústria está muito cartelizada na Alemanha. As fábricas agruparam-se em sindicatos regionais: o da Alemanha do Sul, o da Renânia-Vestefália, etc. Vigoram preços de monopólio: de 230 a 280 marcos por vagão, quando o custo de produção é de 180 marcos! As empresas proporcionam dividendos de 12% a 16%; não esquecer também que os «génios» da especulação contemporânea sabem canalizar grandes lucros para os seus bolsos, além daqueles que repartem sob a forma de dividendos. Para eliminar a concorrência numa indústria tão lucrativa, os monopolistas valem-se, inclusivamente, de diversas artimanhas: fazem circular boatos sobre a má situação da indústria; publicam nos jornais anúncios anónimos: «Capitalistas: não coloquês os vossos capitais na indústria do cimento!»; por último, compram as empresas «estranhas» (quer dizer, dos que não fazem parte dos sindicatos)

31 Kestner, ob. cit., p. 254

pagando 60, 80 e 150 mil marcos de «indenização»³². O monopólio abre caminho em toda a parte, valendo-se de todos os meios, desde o pagamento de uma «modesta», indenização até ao «recurso» americano do emprego da dinamite contra o concorrente.

A supressão das crises pelos cartéis é uma fábula dos economistas burgueses, que põem todo o seu empenho em embelezar o capitalismo. Pelo contrário, o monopólio que se cria em **certos** ramos da indústria aumenta e agrava o caos próprio de **todo** o sistema da produção capitalista no seu conjunto. Acentua-se ainda mais a desproporção entre o desenvolvimento da agricultura e o da indústria, desproporção que é característica do capitalismo em geral. A situação de privilégio em que se encontra a indústria mais cartelizada, o que se chama indústria **pesada**, particularmente a hulha e o ferro, determina nos restantes ramos da indústria «a falta ainda maior de coordenação», como reconhece Jeidels, autor de um dos melhores trabalhos sobre «as relações entre os grandes bancos alemães e a indústria»³³.

«Quanto mais desenvolvida está uma economia nacional», escreve Liefmann, defensor descarado do capitalismo, «tanto mais se volta para empresas arriscadas ou no estrangeiro, para as que exigem longo tempo para o seu desenvolvimento ou finalmente as que apenas têm uma importância local.»³⁴ O aumento do risco vai de par, ao fim e ao cabo, com o aumento gigantesco de capital, o qual, por assim dizer, transborda e corre para o estrangeiro, etc. E juntamente com isso os progressos extremamente rápidos da técnica trazem consigo cada vez mais elementos de desproporção entre as diferentes partes da economia nacional, elementos de caos e de crise. «Provavelmente», vê-se obrigado a reconhecer o mesmo Liefmann, «a humanidade assistirá num futuro próximo a novas e grandes revoluções no campo da técnica, que farão sentir também os seus efeitos sobre a organização da economia nacional»... a electricidade, a aviação... «Habitualmente e regra geral nestes períodos de radicais transformações económicas desenvolve-se uma forte especulação...»³⁵

E as crises - as crises de toda a espécie, sobretudo as crises económicas, mas não só estas - aumentam por sua vez em proporções enormes a tendência para a concentração e para o monopólio. Eis algumas reflexões extraordinariamente elucidativas de Jeidels sobre o significado da crise de 1900, que, como sabemos, foi um ponto de viragem na história dos monopólios modernos:

«A crise de 1900 produziu-se num momento em que, ao lado de gigantescas empresas nos ramos principais da indústria, existiam ainda muitos estabelecimentos com uma organização antiquada segundo o critério actual, estabelecimentos "simples" (isto é, não combinados), que se tinham elevado sobre a onda do ascenso industrial. A baixa dos preços e a diminuição da procura levaram essas empresas "simples" a uma situação calamitosa que as gigantescas empresas combinadas ou não conheceram em absoluto ou apenas conheceram durante um brevíssimo período. Como consequência disto, a crise de 1900 determinou a concentração da indústria em proporções incomparavelmente maiores do que a de 1873, a qual tinha efectuado também uma certa selecção das melhores empresas, se bem que, dado o nível técnico de então, esta selecção não tivesse podido conduzir ao monopólio as empresas que tinham sabido sair vitoriosas da crise. É precisamente desse monopólio persistente e em alto grau que gozam as empresas gigantescas das indústrias siderúrgica e eléctrica actuais, graças ao seu equipamento técnico muito complexo, à sua extensa organização e ao poder do seu capital, e depois, em menor grau, também as empresas de construção de maquinaria, de determinados ramos da indústria metalúrgica, das vias de comunicação, etc.»³⁶

32 L. Eschwege, «Zement», *Die Bank* [Die Bank (O Banco): revista dos financeiros alemães; publicou-se em Berlim de 1908 a 1943], 1909, I, pp. 115 e segs.

33 Jeidels, *Das Verhältnis der deutschen Grossbanken zur Industrie mit besonderer Berücksichtigung der Eisenindustrie*, Leipzig 1905, S. 271.

34 Liefmann, *Beteiligungs- etc. Ges.*, S. 434

35 Md., S. 465-466

36 Jeidels, *ob. cit.*, S. 108.

O monopólio é a última palavra da «fase mais recente de desenvolvimento do capitalismo». Mas o nosso conceito da força efectiva e do significado dos monopólios actuais seria extremamente insuficiente, incompleto, reduzido, se não tomássemos em consideração o papel dos bancos.

II. Os bancos e o seu novo papel

A operação fundamental e inicial que os bancos realizam é a de intermediários nos pagamentos. É assim que eles convertem o capital-dinheiro inactivo em capital activo, isto é, em capital que rende lucro; reúnem toda a espécie de rendimentos em dinheiro e colocam-nos à disposição da classe capitalista.

À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, os bancos convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onnipotentes, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. Esta transformação dos numerosos modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista, e por isso devemos deter-nos, em primeiro lugar, na concentração bancária.

No exercício de 1907-1908, os depósitos de todas as sociedades anónimas bancárias da Alemanha que possuíam um capital de mais de um milhão de marcos eram de 7000 milhões de marcos; no exercício de 1912-1913 tinham subido para 9800 milhões. Um aumento de 40% em cinco anos, com a particularidade que, desses 2800 milhões de aumento, 2750 milhões correspondiam a 57 bancos com um capital de mais de 10 milhões de marcos. A distribuição dos depósitos entre os bancos grandes e pequenos era a seguinte³⁷:

Percentagem de todos os depósitos

	Nos 9 grandes bancos berlinenses	Nos 48 bancos restantes com capital superior a 10 milhões de marcos	Nos 115 bancos com capital de 1 a 10 milhões	Nos bancos pequenos (com menos de 1 milhão)
1907-1908	47	32,5	16,5	4
1912-1913	49	36	12	3

Os bancos pequenos vão sendo afastados pelos grandes, nove dos quais concentram quase metade de todos os depósitos. E aqui ainda não se têm em conta muitos elementos, por exemplo a transformação de numerosos bancos pequenos em simples sucursais dos grandes, etc., do que trataremos mais adiante.

Em fins de 1913, Schulze-Gaevernitz calculava os depósitos dos 9 grandes bancos berlinenses em 5100 milhões de marcos para um total de cerca de 10 000 milhões. Tomando em consideração não só os depósitos mas todo o capital bancário, esse mesmo autor escrevia: «Em fins de 1909, os nove grandes bancos berlinenses, **contando com os bancos a eles ligados**, controlavam 11 300 milhões de marcos, isto é, cerca de 83% de todo o capital bancário alemão. O Banco Alemão (Deutsche Bank), que controla, **contando com os bancos a ele ligados**, cerca de 3000 milhões de marcos, representa, ao lado da administração prussiana dos caminhos-de-ferro do Estado, a acumulação de capital mais considerável do Velho Mundo, com a particularidade de estar altamente descentralizada.»³⁸

37 Alfred Lansburgh, «Funf Jahre d. Bankwesen», *Die Bank*, 1913, N. 8, S. 728.

38 Schulze-Gaevernitz, «Die deutsche Kreditbank», em *Grundriss der Sozialökonomik*, Tub. 1915, S. 12 e 137.

Sublinhámos a indicação relativa aos bancos «ligados» porque se refere a uma das características mais importantes da concentração capitalista moderna, os grandes estabelecimentos, particularmente os bancos, não só absorvem directamente os pequenos como os «incorporam», subordinam, incluem-nos no «seu» grupo, no seu «consórcio» - segundo o termo técnico - por meio da «participação» no seu capital, da compra ou da troca de acções, do sistema de créditos, etc., etc. O Prof. Liefmann consagrou todo um volumoso «trabalho» de meio milhar de páginas à descrição das «sociedades de participação e financiamento» contemporâneas³⁹, mas, infelizmente, acrescentando raciocínios «teóricos» de qualidade mais que inferior a um material em bruto frequentemente mal digerido. Ao que conduz este sistema de «participação» do ponto de vista da concentração, mostra-o melhor do que qualquer outra obra do Sr. Riesser, «personalidade» do mundo das finanças, acerca dos grandes bancos alemães. Todavia, antes de examinarmos os seus dados, exporemos um exemplo concreto do sistema de «participação».

O «grupo» do Banco Alemão é um dos mais importantes, para não dizer o mais importante dos grupos de grandes bancos. Para nos apercebermos dos laços principais que ligam entre si todos os bancos do grupo mencionado é necessário distinguirmos as «participações» de primeiro, segundo e terceiro grau, ou, o que é o mesmo, a dependência (dos bancos mais pequenos em relação ao Banco Alemão) de primeiro, segundo e terceiro grau. Os resultados são os seguintes⁴⁰:

O Banco Alemão participa	Dependência de 1º Grau	Dependência de 2º Grau	Dependência de 3º Grau
Permanentemente	Em 17 bancos	Dos quais 9 participam noutros 34	Dos quais 4 participam noutros 7
Por tempo indeterminado	Em 5 bancos	-	-
Ocasionalmente	Em 8 bancos	Dos quais 5 participam noutros 14	Dos quais 2 participam noutros 2
Total	Em 30 bancos	Dos quais 14 participam noutros 48	Dos quais 6 participam noutros 9

Entre os oito bancos «dependentes de primeiro grau», subordinados ao Banco Alemão «ocasionalmente», figuram três bancos estrangeiros: um austríaco (a Sociedade Bancária - Bankverein - de Viena) e dois russos (o Banco Comercial Siberiano - Sibírski Torgóvli Bank - e o Banco Russo de Comércio Externo - Rússki Bank dliá Vnéchnei Torgóvli). No total, fazem parte do grupo do Banco Alemão, directa ou indirectamente, parcial ou totalmente, 87 bancos, e o capital total, próprio ou alheio, que o grupo controla calcula-se em 2 ou 3 mil milhões de marcos.

É evidente que um banco que se encontra à frente de um tal grupo e que se põe de acordo com meia dúzia de outros bancos, quase tão importantes como ele, para operações financeiras particularmente volumosas e lucrativas, tais como os empréstimos públicos, deixou já de ser um «intermediário» para se converter na aliança de um punhado de monopolistas.

Os dados seguintes de Riesser, que citamos de forma abreviada, mostram a rapidez com que, em fins do século XIX e princípios do século XX, se efectuou a concentração bancária na Alemanha:

39 R. Liefmann, *Beteiligungs- und Finanzierungsgesellschaften. Eine Studie über den modernen Kapitalismus und das Effektenwesen*, 1. Aufl., Jena 1909, S. 212.

40 Alfred Lansburgh, «Das Beteiligungssystem im deutschen Bankwesen», *Die Bank*, 1901, 1, S. 500.

Seis grandes bancos berlinenses tinham

Anos	Sucursais na Alemanha	Caixas de Depósito e casas de câmbio	Participações constantes em sociedades anónimas bancárias alemãs	Total dos Estabelecimentos
1895	16	14	1	42
1900	21	40	8	80
1911	104	276	63	450

Estes dados permitem ver a rapidez com que cresce a apertada rede de canais que abarca todo o país, centraliza todos os capitais e rendimentos em dinheiro, converte milhares e milhares de empresas dispersas numa empresa capitalista única, nacional a princípio e mundial depois. A «descentralização» de que, na passagem que referimos atrás, falava Schulze-Gaevernitz em nome da economia política burguesa dos nossos dias, consiste, na realidade, na subordinação a um centro único de um número cada vez maior de unidades económicas que antes eram relativamente «independentes», ou, para sermos mais exactos, eram localmente limitadas. Trata-se pois, com efeito, de uma **centralização**, de um reforço do papel, da importância e do poder dos gigantes monopolistas.

Nos países capitalistas mais velhos, a referida «rede bancária» é ainda mais apertada. Na Inglaterra, com a Irlanda, em 1910 o número de sucursais de todos os bancos era de 7151. Quatro grandes bancos tinham mais de 400 sucursais cada um (de 447 a 689); seguiam-se outros quatro, com mais de 200, e 11 com mais de 100.

Em França, os **três** bancos mais importantes, o Crédit Lyonnais, o Comptoir National e a Société Générale ampliaram as suas operações e a rede das suas sucursais do seguinte modo⁴¹:

	Número de sucursais e de caixas			Capitais (em milhões de francos)	
	Província	Paris	Total	Próprios	Alheios
1870	47	17	64	200	427
1890	192	66	258	265	1245
1909	1033	196	1229	887	4363

Para caracterizar as «relações» de um grande banco moderno, Riesser fornece dados sobre o número de cartas enviadas e recebidas pela Sociedade de Desconto (Disconto-Gesellschaft), um dos bancos mais importantes da Alemanha e de todo o mundo (o seu capital ascendia em 1914 a 300 milhões de marcos):

	Número de Cartas	
	Recebidas	Expedidas
1852	6135	6292
1870	85800	87513
1900	533102	626043

41 Eugen Kaufmann, *Das französische Bankwesen*, Tub. 1911, S. 356, 362.

No grande banco parisiense Crédit Lyonnais, o número de contas-correntes, que em 1875 era de 28535, passou em 1912⁴² para 633539.

Estes simples números mostram, talvez com maior evidência do que longos raciocínios, como a concentração do capital e o aumento do movimento dos bancos modificam radicalmente a importância destes últimos. Os capitalistas dispersos acabam por constituir um capitalista colectivo. Ao movimentar contas-correntes de vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições - por meio das suas relações bancárias, das contas-correntes e de outras operações financeiras -, primeiro, de **conhecer com exactidão** a situação dos diferentes capitalistas, depois, de **controlá-los**, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de **decidir inteiramente** sobre o seu destino, determinar a sua rendibilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em grandes proporções, etc.

Acabamos de mencionar o capital de 300 milhões de marcos da Sociedade de Desconto de Berlim. Este aumento de capital da referida sociedade foi um dos episódios da luta pela hegemonia entre os dois bancos berlinenses mais importantes: o Banco Alemão e a Sociedade de Desconto. Em 1870, o primeiro, que então acabava de aparecer em cena, tinha um capital de 15 milhões, enquanto o do segundo se elevava a 30 milhões. Em 1908, o primeiro tinha um capital de 200 milhões; o do segundo era de 170 milhões. Em 1914, o primeiro elevou o seu capital para 250 milhões; o segundo, mediante a fusão com outro banco importantíssimo, a Aliança Bancária Schaffhausen, passou o seu para 300 milhões. E, naturalmente, esta luta pela hegemonia decorre paralelamente aos «acordos», cada vez mais frequentes e mais sólidos, entre os dois bancos. Eis as conclusões a que este desenvolvimento dos bancos leva alguns especialistas em questões bancárias que examinam os problemas económicos de um ponto de vista que nunca ultrapassa os limites do reformismo burguês mais moderado e circunscripto:

«Os restantes bancos seguirão o mesmo caminho», dizia a revista alemã *Die Bank* a propósito da elevação do capital da Sociedade de Desconto para 300 milhões, «e as trezentas pessoas que no momento actual regem os destinos económicos da Alemanha ver-se-ão reduzidas, com o tempo, a 50, 25 ou menos ainda. Não há que esperar que o movimento moderno de concentração fique circunscripto aos bancos. As estreitas relações entre diferentes bancos conduzem também naturalmente à aproximação entre os sindicatos de industriais que estes bancos protegem... Um belo dia acordaremos e perante os nossos olhos espantados não haverá mais do que *trusts*, encontrar-nos-emos na necessidade de substituir os monopólios privados pelos monopólios de Estado. Contudo, na realidade, nada teremos de que censurar-nos, a não ser o facto de termos deixado que a marcha das coisas decorresse livremente, um pouco acelerada pelo uso das acções.»⁴³

Eis um exemplo da importância do jornalismo burguês, do qual a ciência burguesa se distingue apenas por uma menor franqueza e pela tendência para ocultar o fundo das coisas, para esconder o bosque atrás das árvores. «Espantar-se» com as consequências da «concentração», fazer censuras ao governo da Alemanha capitalista ou à «sociedade» capitalista («nós»), temer a «aceleração» da concentração provocada pela introdução das acções, do mesmo modo que um especialista alemão «em cartéis», Tschierschky, teme os *trusts* americanos e «prefere» os cartéis alemães, porque, segundo ele, não são tão susceptíveis «de acelerar, de forma tão excessiva como os *trusts*, o progresso técnico e económico»⁴⁴, não será tudo isto prova de impotência?

42 Jean Lescure, *L'épargne en France*, P., 1914, p. 52

43 Alfred Lansburgh, «Die Bank mit den 300 Millionen», *Die Bank*, 1914, 1. S. 426

44 S. Tschierschky, *ob. cit.*, S. 128.

Mas os factos são factos. Na Alemanha não há *trusts*, há «apenas» cartéis, mas o país é **dirigido** quando muito por 300 magnatas do capital, e o seu número diminui incessantemente. Os bancos, em todo o caso, em todos os países capitalistas, qualquer que seja a diferença entre as legislações bancárias, intensificam e tornam muitas vezes mais rápido o processo de concentração do capital e de constituição de monopólios.

Com os bancos é «dada a forma de uma contabilidade e de uma repartição gerais dos meios de produção à escala social, mas apenas a forma», escrevia Marx, há meio século, em *O Capital* (trad. rus., t. III, parte II, p. 144). Os dados que reproduzimos, referentes ao aumento do capital bancário, do número de escritórios e sucursais dos bancos mais importantes e suas contas-correntes, etc., mostram-nos concretamente essa «contabilidade geral» de toda a classe capitalista, e não só capitalista, pois os bancos recolhem, ainda que apenas temporariamente, os rendimentos em dinheiro de todo o género, tanto dos pequenos patrões como dos empregados, e de uma reduzida camada superior dos operários. A «distribuição geral dos meios de produção»; eis o que surge, do ponto de vista formal, dos bancos modernos, os mais importantes dos quais, 3 a 6 em França e 6 a 8 na Alemanha, dispõem de milhares e milhares de milhões. Mas, pelo seu conteúdo, essa distribuição dos meios de produção não é de modo nenhum «geral», mas privada, isto é, conforme aos interesses do grande capital, e em primeiro lugar do maior, do capital monopolista, que actua em condições tais que a massa da população passa fome e em que todo o desenvolvimento da agricultura se atrasa irremediavelmente em relação à indústria, uma parte da qual, a «indústria pesada», recebe um tributo de todos os restantes ramos industriais.

Quanto à socialização da economia capitalista, começam a competir com os bancos as caixas económicas e as estações de correios, que são mais «descentralizadas», isto é, que estendem a sua influência a um número maior de localidades, a um número maior de lugares distantes, a sectores mais vastos da população. Eis os dados recolhidos por uma comissão americana encarregada de investigar o aumento comparado dos depósitos nos bancos e nas caixas económicas⁴⁵:

Depósitos (em milhares de milhões de marcos)

Anos	Inglaterra		França		Alemanha		
	Nos bancos	Nas caixas económicas	Nos bancos	Nas caixas económicas	Nos bancos	Nas sociedades de crédito	Nas caixas económicas
1880	8,4	1,6	?	0,9	0,5	0,4	2,6
1888	12,4	2	1,5	2,1	1,1	0,4	4,5
1908	23,2	4,2	3,7	4,2	7,1	2,2	13,9

As caixas económicas, que pagam 4% e 4,25% aos depositantes, vêm-se obrigadas a procurar uma colocação «lucrativa» para os seus capitais, a lançar-se em operações de desconto de letras, de hipotecas e outras. As fronteiras existentes entre os bancos e as caixas económicas «vão desaparecendo cada vez mais». As Câmaras de Comércio de Bochum e de Erfurt, por exemplo, exigem que se «proibam» às caixas as operações «puramente» bancárias, tais como o desconto de letras; exigem a limitação da actividade «bancária» das estações de correios⁴⁶. Os magnatas bancários parecem temer que o monopólio de Estado os atinja por esse caminho, quando menos esperem. Mas, naturalmente, esse temor não ultrapassa os limites da concorrência entre dois chefes de serviço num mesmo escritório, porque por um lado são, ao fim e ao cabo, **esses mesmos**

45 Dados da National Monetary Commission, americana, em *Die Bank*, 1910, 2, S. 1200.

46 *Ibidem.*, 1913, S. 811, 1022; 1914, S. 713.

magnatas do capital bancário que dispõem de facto dos milhares de milhões concentrados nas caixas económicas; e, por outro lado, o monopólio de Estado na sociedade capitalista não é mais do que uma maneira de aumentar e assegurar os rendimentos dos milionários que correm o risco de falir num ou noutro ramo da indústria.

A substituição do velho capitalismo, no qual reina a livre concorrência, pelo novo capitalismo, no qual domina o monopólio, é expressa, entre outras coisas, pela diminuição da importância da Bolsa. «Há já algum tempo», diz a revista *Die Bank*, «que a Bolsa deixou de ser o intermediário indispensável da circulação que era dantes, quando os bancos não podiam ainda colocar a maior parte das emissões nos seus clientes.»⁴⁷

«"Todo o banco é uma Bolsa." Este aforismo moderno é tanto mais exacto quanto maior é o banco, quanto maiores são os êxitos da concentração nos negócios bancários.»⁴⁸ «Se anteriormente, nos anos 70, a Bolsa, com os seus excessos de juventude» (alusão «delicada» ao craque bolsista de 1873⁴⁹, aos escândalos grunderistas⁵⁰, etc.) «abriu a época da industrialização da Alemanha, no momento actual os bancos e a indústria "podem arranjar as coisas por si mesmos". A dominação dos nossos grandes bancos sobre a Bolsa... não é outra coisa senão a expressão do Estado industrial alemão completamente organizado. Se restringirmos deste modo o campo de acção das leis económicas, que funcionam automaticamente, e dilatarmos extraordinariamente o da regulação consciente através dos bancos, aumenta, em relação com isso, em proporções gigantescas a responsabilidade que, quanto à economia nacional, recai sobre umas poucas cabeças dirigentes», diz o Prof. alemão Schulze-Gaevernitz⁵¹, esse apologista do imperialismo alemão, que é uma autoridade entre os imperialistas de todos os países, e que se esforça por dissimular um «pequeno pormenor»: que essa «regulação consciente» através dos bancos consiste na espoliação do público por meia dúzia de monopolistas «completamente organizados». O que o professor burguês se propõe não é pôr a descoberto todo o mecanismo, não é desmascarar todas as artimanhas dos monopolistas bancários, mas embelezá-las.

Do mesmo modo, Riesser, economista ainda mais autorizado e «personalidade» do mundo da banca, evita a questão com frases que nada dizem, falando de factos que é impossível negar: «A Bolsa vai perdendo cada dia mais a qualidade, absolutamente indispensável para toda a economia e para a circulação dos valores, de ser não só o instrumento mais fiel de avaliação mas também um regulador quase automático dos movimentos económicos que convergem para ela.»⁵²

Por outras palavras: o velho capitalismo, o capitalismo da livre concorrência, com o seu regulador absolutamente indispensável, a Bolsa, passa à história. Em seu lugar apareceu o novo capitalismo, que tem os traços evidentes de um fenómeno de transição, que representa uma mistura da livre concorrência com o monopólio. Surge a pergunta: **em que** desemboca a «transição» do capitalismo moderno? Mas os homens de ciência burgueses têm medo de a formular.

47 *Die Bank*, 1914, I, S. 316

48 Dr. Oscar Stillich, *Geld- und Bankwesen*, Berlin 1907, S. 169.

49 **O craque da bolsa desencadeou-se em 1873**, primeiro na Áustria-Hungria e depois na Alemanha e noutros países. No princípio dos anos 70, a expansão dos créditos e a especulação bolsista adquiriram dimensões até então desconhecidas. A especulação bolsista continuou a crescer num período em que na indústria e no comércio se manifestavam já os sintomas de uma crise económica mundial crescente. A catástrofe desencadeou-se em 9 de Maio de 1873 na bolsa de Viena: num período de 24 horas, as acções desvalorizaram-se em centenas de milhões, o número de falências foi enorme. A catástrofe da bolsa estendeu-se à Alemanha.

50 **Escândalos grunderistas** (do alemão Grunder, fundador): fundação febril e maciça de sociedades por acções, bancos e companhias de seguros. O grunderismo é característico principalmente dos anos 50-70 do século XIX. O crescimento do grunderismo foi acompanhado por uma especulação desenfreada com os terrenos e com os valores da bolsa, pela criação de empresas fictícias, por manobras fraudulentas que enriqueciam os homens de negócios burgueses.

51 Schulze-Gaevernitz, «*Die deutsche Kreditbank*», em *Grundriss der Sozialökonomik*, Tub. 1915, S. 101.

52 Riesser, *ob. cit.*, 4ª ed., S. 629.

«Há trinta anos, os empresários que competiam livremente entre si realizavam 90% da actividade económica que não pertence à esfera do trabalho físico dos "operários". Na actualidade, são **os funcionários** que realizam os 90% desse trabalho intelectual na economia. Os bancos encontram-se à frente desta evolução.»⁵³ Esta confissão de Schulze-Gaevernitz conduz novamente ao problema de saber onde desemboca esta transição do capitalismo moderno, do capitalismo na sua fase imperialista.

Entre o reduzido número de bancos que, em consequência do processo de concentração, ficam à frente de toda a economia capitalista, verifica-se e acentua-se cada vez mais, como é natural, a tendência para chegar a um acordo monopolista, ao **trust dos bancos**. Nos Estados Unidos não são nove, mas **dois** grandes bancos, dos multimilionários Rockefeller e Morgan⁵⁴, que dominam um capital de 11 000 milhões de marcos⁵⁵. Na Alemanha, a absorção a que anteriormente aludimos da Aliança Bancária Schaffhausen pela Sociedade de Desconto levou o *Jornal de Frankfurt*⁵⁶, que defende os interesses bolsistas, a fazer as seguintes reflexões:

«O aumento da concentração dos bancos restringe o círculo de instituições a que nos podemos dirigir em busca de crédito, com o que aumenta a dependência da grande indústria relativamente a um reduzido número de grupos bancários. Como resultado da estreita relação entre a indústria e o mundo financeiro, a liberdade de movimentos das sociedades industriais que necessitam do capital bancário vê-se assim restringida. Por isso, a grande indústria assiste com certa perplexidade à trustificação (unificação ou transformação em *trusts*) dos bancos, cada vez mais intensa; com efeito, tem-se podido observar com frequência o germe de acordos realizados entre consórcios de grandes bancos, acordos cuja finalidade é limitar a concorrência.»⁵⁷

Verifica-se mais uma vez que a última palavra no desenvolvimento dos bancos é o monopólio.

Quanto à estreita relação existente entre os bancos e a indústria, é precisamente nesta esfera que se manifesta, talvez com mais evidência do que em qualquer outro lado, o novo papel dos bancos. Se o banco desconta as letras de um empresário, abre-lhe conta-corrente, etc., essas operações, consideradas isoladamente, não diminuem em nada a independência do referido empresário, e o banco não passa de um modesto intermediário. Mas se essas operações se tornam cada vez mais frequentes e mais firmes, se o banco «reúne» nas suas mãos capitais imensos, se as contas-correntes de uma empresa permitem ao banco - e é assim que acontece - conhecer, de modo cada vez mais pormenorizado e completo, a situação económica do seu cliente, o resultado é uma dependência cada vez mais completa do capitalista industrial em relação ao banco.

53 Schulze-Gaevernitz, «Die deutsche Kreditbank», em *Grundriss der Sozialökonomik*, Tub. 1915, S. 151.

54 No princípio dos anos 70 do século XIX o grupo financeiro monopolista Rockefeller controlava capitais superiores a 120 milhões de dólares e o grupo Morgan capitais superiores a 90 milhões de dólares. Entre o número das companhias industriais controladas pelos Morgan há grandes monopólios dos EUA como a United States Steel, a General Electric, a General Motors e muitas outras corporações da indústria transformadora, dos transportes ferroviários, da banca. O principal poderio do grupo Rockefeller é o controlo da indústria petrolífera; na esfera da sua influência encontram-se os maiores monopólios petrolíferos dos EUA, incluindo a Standard Oil Co. (New Jersey; desde 1972, Exxon). A esfera de influência do grupo Rockefeller abrange a indústria (electrónica, construção de máquinas), as instituições financeiras e de crédito, os seguros. Os grupos Rockefeller e Morgan têm uma enorme influência na vida política dos EUA. Muitos presidentes e ministros dos EUA foram protegidos dos Morgan; os Rockefeller, juntamente com outros magnatas, financiam o Partido Republicano dos EUA. Os monopólios da esfera de influência dos Morgan e dos Rockefeller obtêm enormes lucros das encomendas militares e dos fornecimentos ao governo.

55 *Die Bank*, 1912. I, S. 435.

56 **Jornal de Frankfurt** (Frankfurt Zeitung): jornal diário, órgão dos grandes bolsistas alemães; publicou-se em Frankfurt am Main de 1856 a 1943. Recomeçou a sua publicação em 1949 com o nome de Frankfurter Allgemeine Zeitung (Jornal Geral de Frankfurt).

57 Citado por Schulze-Gaevernitz em *Grdr. d. S.-Ok.*, S. 155.

Simultaneamente, desenvolve-se, por assim dizer, a união pessoal dos bancos com as maiores empresas industriais e comerciais, a fusão de uns com as outras mediante a posse das acções, mediante a participação dos directores dos bancos nos conselhos de supervisão (ou de administração) das empresas industriais e comerciais, e vice-versa. O economista alemão Jeidels reuniu dados extremamente minuciosos sobre esta forma de concentração dos capitais e das empresas. Os seis maiores bancos berlinenses estavam representados, através dos seus directores, em **344** sociedades industriais, e, através dos membros dos seus conselhos de administração, noutras **407**, ou seja, num total de **751** sociedades. Em **289** sociedades tinham dois dos seus membros nos conselhos de administração ou ocupavam a presidência dos mesmos. Entre essas sociedades comerciais e industriais encontramos os ramos industriais mais diversos: companhias de seguros, vias de comunicação, restaurantes, teatros, indústria de objectos artísticos, etc. Por outro lado, nos conselhos de administração desses seis bancos havia (em 1910) 51 grandes industriais, e entre eles o director da firma Krupp, o da gigantesca companhia de navegação Hapag (Hamburg-Amerika), etc., etc. Cada um dos seis bancos, de 1895 a 1910, participou na emissão de acções e obrigações de várias centenas de sociedades industriais, cujo número passou de 281 para 419⁵⁸.

A «união pessoal» dos bancos com a indústria completa-se com a «união pessoal» de umas e outras sociedades com o governo. «Lugares nos conselhos de administração», escreve Jeidels, «são confiados voluntariamente a personalidades de renome, bem como a antigos funcionários do Estado, os quais podem facilitar (!) em grau considerável as relações com as autoridades»... «No conselho de administração de um banco importante encontramos geralmente algum membro do Parlamento ou da vereação de Berlim.»

Por conseguinte, os grandes monopólios capitalistas vão surgindo e desenvolvendo-se, por assim dizer, aperfeiçoando-se a todo o vapor, seguindo todos os caminhos «naturais» e «sobrenaturais». Estabelece-se sistematicamente uma determinada divisão do trabalho entre várias centenas de reis financeiros da sociedade capitalista actual:

«Paralelamente a este alargamento do campo de acção dos diversos grandes industriais» (que entram nos conselhos de administração dos bancos, etc.) «e ao facto de se confiar aos directores dos bancos de província unicamente a administração de uma zona industrial determinada, produz-se um certo aumento da especialização dos dirigentes dos grandes bancos. Tal especialização, falando em geral, só é concebível no caso de toda a empresa bancária, e particularmente as suas relações industriais, serem de grandes proporções. Esta divisão do trabalho efectua-se em dois sentidos: por um lado, as relações com a indústria no seu conjunto confiam-se, como ocupação especial, a um dos directores; por outro lado, cada director encarrega-se do controlo de empresas separadas ou de grupos de empresas afins pela produção ou pelos interesses.»... (O capitalismo está já em condições de exercer o **controlo** organizado das empresas separadas)... «A especialidade de um é a indústria alemã, ou mesmo simplesmente a da Alemanha Ocidental» (que é a parte mais industrial do país), «a de outros, as relações com outros Estados e com as indústrias do estrangeiro, os relatórios sobre a personalidade dos industriais, etc., sobre as questões da Bolsa, etc. Além disso, cada um dos directores de banco fica frequentemente encarregado de uma zona ou de um ramo especial da indústria; um dedica-se principalmente aos conselhos de administração das sociedades eléctricas, outro às fábricas de produtos químicos, de cerveja ou de açúcar, um terceiro a um certo número de empresas separadas, figurando paralelamente no conselho de administração de sociedades de seguros... Numa palavra, é indubitável que, nos grandes bancos, à medida que aumenta o volume e a variedade das suas operações, estabelece-se uma divisão do trabalho cada vez maior entre os directores, com o fim (que conseguem) de os elevar um pouco, por assim dizer, acima dos negócios puramente bancários, de os tornar mais aptos para julgarem, mais competentes nos problemas gerais da indústria e nos problemas especiais dos seus diversos ramos, com o objectivo de os preparar para a sua actividade no sector industrial da esfera de influência do banco. Este sistema dos bancos é

58 Jeidels e Riesser, *ob. cit.*

completado pela tendência que neles se observa de serem eleitos para os seus conselhos de administração pessoas que conheçam bem a indústria, empresários, antigos funcionários, particularmente os que vêm dos departamentos de caminhos-de-ferro, minas», etc.⁵⁹

Na banca francesa encontramos instituições semelhantes, apenas sob uma forma um pouco diferente. Por exemplo, um dos três grandes bancos franceses, o Crédit Lyonnais, tem montada uma «secção especial destinada a recolher informações financeiras» (*service des études financières*). Na referida secção trabalham permanentemente mais de 50 engenheiros, especialistas de estatística, economistas, advogados, etc. Custa anualmente entre 600 000 e 700 000 francos. A secção encontra-se por sua vez dividida em oito subsecções: uma recolhe dados sobre empresas industriais, outra estuda a estatística geral, a terceira as companhias ferroviárias e de navegação, a quarta os fundos, a quinta os relatórios financeiros, etc.⁶⁰

Daqui resulta, por um lado, uma fusão cada vez maior ou, segundo a acertada expressão de N. I. Bukhárine, a junção dos capitais bancário e industrial, e, por outro, a transformação dos bancos em instituições com um verdadeiro «carácter universal». Julgamos necessário reproduzir os termos exactos que a este respeito emprega Jeidels, o escritor que melhor estudou o problema:

«Como resultado do exame das relações industriais no seu conjunto surge o **carácter universal** dos estabelecimentos financeiros que trabalham para a indústria. Contrariamente a outras formas de bancos, contrariamente às exigências formuladas por vezes na literatura, de que os bancos devem especializar-se numa esfera determinada de negócios ou num ramo industrial determinado a fim de pisarem terreno firme, os grandes bancos tendem para que as suas relações com os estabelecimentos industriais sejam o mais variadas possível, tanto do ponto de vista do lugar como do ponto de vista do género de produção: procuram eliminar a distribuição desigual do capital entre as diferentes zonas ou ramos da indústria, desigualdade que encontra a sua explicação na história de diferentes estabelecimentos.» «Uma tendência consiste em converter as relações com a indústria num fenómeno de ordem geral; outra em torná-las sólidas e intensivas; ambas se encontram realizadas nos seis grandes bancos não de forma completa, mas já em proporções consideráveis e num grau igual.»

Nos meios comerciais e industriais ouvem-se com frequência lamentações contra o «terrorismo» dos bancos. E nada tem de surpreendente que essas lamentações surjam quando os grandes bancos «mandam» da maneira que nos mostra o exemplo seguinte. Em 19 de Novembro de 1901, um dos bancos berlinenses chamados bancos **d** (o nome dos quatro bancos mais importantes começa pela letra **d**) dirigiu ao conselho de administração do Sindicato do Cimento da Alemanha do Noroeste e do Centro a seguinte carta: «Segundo a nota que tornaram pública em 18 do corrente no jornal tal, parece que devemos admitir a eventualidade de a assembleia geral do vosso sindicato, a celebrar em 30 do corrente, adoptar resoluções susceptíveis de determinarem na vossa empresa modificações que não podemos aceitar. Por isso, lamentamos profundamente ver-nos obrigados a retirar-vos o crédito de que até agora gozavam... Porém, se a referida assembleia geral não tomar resoluções inaceitáveis para nós, e se nos derem garantias a este respeito para o futuro, estamos dispostos a entabular negociações com vista a abrir um novo crédito.»⁶¹

Em essência, trata-se das mesmas lamentações do pequeno capital relativamente ao jugo do grande, com a diferença de, neste caso, a categoria de «pequeno» capital corresponder a todo um sindicato! A velha luta entre o pequeno e o grande capital reproduz-se num grau de desenvolvimento novo e incomensuravelmente mais elevado. É compreensível que, dispondo de milhares de milhões, os grandes bancos podem também apressar o progresso técnico utilizando meios incomparavelmente

59 Jeidels, *ob. cit.*, S. 156-157.

60 Artigo de Eugen Kaufmann sobre os bancos franceses, em *Die Bank*, 1909, 2, S. 851 e segs.

61 Dr. Oscar Stillich, *Geld- und Bankwesen*, Berlin 1907, S. 147.

superiores aos anteriores. Os bancos criam, por exemplo, sociedades especiais de investigação técnica, de cujos resultados só aproveitam, naturalmente, as empresas industriais «amigas». Entre elas figuram a Sociedade para o Estudo do Problema dos Caminhos-de-Ferro Eléctricos, o Gabinete Central de Investigações Científicas e Técnicas, etc.

Os próprios dirigentes dos grandes bancos não podem deixar de ver que estão a aparecer novas condições na economia nacional, mas são impotentes perante as mesmas:

«Quem tiver observado durante os últimos anos», diz Jeidels, «as mudanças de directores e membros dos conselhos de administração dos grandes bancos, não terá podido deixar de se aperceber de que o poder passa paulatinamente para as mãos dos que pensam que o objectivo necessário, e cada vez mais vital, dos grandes bancos consiste em intervir activamente no desenvolvimento geral da indústria; entre eles e os velhos directores dos bancos surgem, por tal motivo, divergências no campo profissional, e frequentemente no campo pessoal. Trata-se, no fundo, de saber se essa ingerência no processo industrial da produção não prejudica os bancos, na sua qualidade de instituições de crédito, se os princípios firmes e o lucro seguro não são sacrificados a uma actividade que não tem nada de comum com o papel de intermediário para a concessão de créditos, e que coloca os bancos num terreno em que se encontram ainda mais expostos do que antes ao domínio cego da conjuntura industrial. Assim afirmam muitos dos velhos directores de bancos, enquanto a maioria dos jovens considera a intervenção activa nos problemas da indústria como uma necessidade semelhante à que fez nascer, juntamente com a grande indústria moderna, os grandes bancos e a banca industrial moderna. A única coisa em que as duas partes estão de acordo é em que não existem princípios firmes nem fins concretos para a nova actividade dos grandes bancos.»⁶²

O velho capitalismo caducou. O novo constitui uma etapa de transição para algo diferente. Encontrar princípios firmes e fins concretos para a «conciliação» do monopólio com a livre concorrência é, naturalmente, uma tentativa votada ao fracasso. As confissões dos homens práticos ressoam de maneira muito diferente dos elogios do capitalismo «organizado»⁶³, entoados pelos seus apologistas oficiais, tais como Schulze-Gaevernitz, Liefmann e outros «teóricos» do mesmo estilo.

Jeidels dá-nos uma resposta bastante exacta ao importante problema de saber em que período se situam, com precisão, os começos da «nova actividade» dos grandes bancos:

«As relações entre as empresas industriais, com o seu novo conteúdo, as suas novas formas e os seus novos órgãos, quer dizer, os grandes bancos organizados de um modo ao mesmo tempo centralizado e descentralizado, não se estabelecem talvez, como fenómeno característico da economia nacional, antes do último decénio do século XIX; em certo sentido, pode mesmo tomar-se como ponto de partida o ano de 1897, com as suas grandes "fusões" de empresas, que implantaram pela primeira vez a nova forma de organização descentralizada, de acordo com a política industrial dos bancos. Este ponto de partida pode talvez remontar mesmo a um período mais recente, pois só a crise de 1900 acelerou em proporções gigantescas o processo de concentração, tanto da indústria como da banca, consolidou, converteu pela primeira vez as relações com a indústria num verdadeiro

62 Jeidels, *ob. cit.*, S. 183-184.

63 A teoria do «capitalismo organizado», cujo carácter burguês apologético Lênine desmascara no livro *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, apresenta o imperialismo como um capitalismo especial, reorganizado, em que pretensamente teriam sido eliminadas a concorrência e a anarquia da produção, as crises económicas, e se realizaria o desenvolvimento planificado da economia nacional. A teoria do «capitalismo organizado», apresentada pelos ideólogos do capitalismo monopolista - Sombart, Liefmann e outros -, foi adoptada pelos reformistas, Kautsky, Hilferding e outros teóricos da II Internacional. Os actuais defensores do imperialismo criam numerosas variantes da teoria do capitalismo «organizado» ou «planificado», destinadas a enganar as massas populares e a embelezar o capitalismo monopolista. A vida demonstrou convincentemente a justeza da caracterização leninista do imperialismo: o domínio dos monopólios não elimina, antes agudiza, a anarquia da produção, não livra a economia capitalista das crises.

monopólio dos grandes bancos e deu a essas relações um carácter incomparavelmente mais estreito e mais intenso.»⁶⁴

O século XX assinala, pois, o ponto de viragem do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro.

64 Jeidels, *ob. cit.*, S. 181.

III. O capital financeiro e a oligarquia financeira

«Uma parte cada vez maior do capital industrial», escreve Hilferding, «não pertence aos industriais que o utilizam. Podem dispor do capital unicamente por intermédio do banco, que representa, para eles, os proprietários desse capital. Por outro lado, o banco também se vê obrigado a fixar na indústria uma parte cada vez maior do seu capital. Graças a isto, converte-se, em proporções crescentes, em capitalista industrial. Este capital bancário - por conseguinte capital sob a forma de dinheiro -, que por esse processo se transforma de facto em capital industrial, é aquilo a que chamo capital financeiro.» «Capital financeiro é o capital que se encontra à disposição dos bancos e que os industriais utilizam.»⁶⁵

Esta definição não é completa porque não indica um dos aspectos mais importantes: o aumento da concentração da produção e do capital em grau tão elevado que conduz, e tem conduzido, ao monopólio. Mas em toda a exposição de Hilferding em geral, e em particular nos capítulos que precedem aquele de onde retirámos esta definição, sublinha-se o papel dos **monopólios capitalistas**.

Concentração da produção; monopólios que resultam da mesma; fusão ou junção dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e aquilo que este conceito encerra.

Descreveremos agora como a «gestão» dos monopólios capitalistas se transforma inevitavelmente, nas condições gerais da produção mercantil e da propriedade privada, na dominação da oligarquia financeira. Assinalemos que as figuras representativas da ciência burguesa alemã - e não só da alemã -, tais como Riesser, Schulze-Gaevernitz, Liefmann, etc., são todas apologistas do imperialismo e do capital financeiro. Não põem a descoberto, antes dissimulam e embelezam, o «mecanismo» da formação das oligarquias, os seus processos, a importância dos seus rendimentos «lícitos e ilícitos», as suas relações com os parlamentos, etc., etc. Fogem às questões malditas por meio de frases altissonantes e obscuras e de apelos ao «sentido da responsabilidade» dos directores dos bancos; por meio de elogios ao «sentimento do dever» dos funcionários prussianos; por meio da análise séria e pormenorizada de projectos de lei nada sérios sobre a «inspecção» e a «regulamentação»; por meio de infantis jogos teóricos, tais como a seguinte definição «científica» a que chegou o professor Liefmann: «... **o comércio é uma actividade profissional destinada a reunir bens, conservá-los e pô-los à disposição**»⁶⁶ (em itálico e em negro na obra do professor)... Daqui resulta que o comércio existia entre os homens primitivos, que não conheciam ainda a troca, e que também existirá na sociedade socialista!

Mas os monstruosos factos relativos à monstruosa dominação da oligarquia financeira são tão evidentes que em todos os países capitalistas - na América, na França, na Alemanha - surgiu uma literatura que, embora adoptando o ponto de vista **burguês**, traça um quadro aproximadamente exacto, e faz uma crítica - pequeno-burguesa, naturalmente - da oligarquia financeira.

Há que dedicar uma atenção primordial ao «sistema de participação», do qual já falámos atrás sucintamente. Eis como expõe a essência do assunto o economista alemão Heymann, que foi um dos primeiros, se não o primeiro, a prestar-lhe atenção:

«O dirigente controla a sociedade fundamental (literalmente, a "sociedade-mãe"); esta, por sua vez, exerce o domínio sobre as sociedades que dependem dela ("sociedades-filhas"); estas últimas, sobre as "sociedades-netas", etc. É possível, deste modo, sem possuir um capital muito grande, dominar ramos gigantescos da produção. Com efeito, se a posse de 50% do capital é sempre suficiente para controlar uma sociedade anónima, basta que o dirigente possua apenas 1 milhão para estar em

65 R. Hilferding, *O Capital Financeiro*, M., 1912, pp. 338-339.

66 R. Liefmann, *ob. cit.*, S. 476.

condições de controlar 8 milhões do capital das sociedades-netas. E se este entrelaçamento vai ainda mais longe, com 1 milhão podem controlar-se 16 milhões, 32 milhões, etc.»⁶⁷

Com efeito, a experiência demonstra que basta possuir 40% das acções para dirigir os negócios de uma sociedade anónima⁶⁸, pois uma certa parte dos pequenos accionistas, que se encontram dispersos, não tem na prática possibilidade alguma de assistir às assembleias gerais, etc. A «democratização» da posse das acções, de que os sofistas burgueses e os pretensos «sociais-democratas» oportunistas esperam (ou dizem que esperam) a «democratização do capital», o aumento do papel e importância da pequena produção, etc., é na realidade um dos meios de reforçar o poder da oligarquia financeira. Por isso, entre outras coisas, nos países capitalistas mais adiantados ou mais velhos e «experimentados», as leis autorizam a emissão de acções mais pequenas. Na Alemanha, a lei não permite acções de menos de 1000 marcos, e os magnatas financeiros do país lançam os olhos com inveja para a Inglaterra, onde a lei consente acções até 1 libra esterlina (quer dizer, 20 marcos, ou cerca de 10 rublos). Siemens, um dos industriais e «reis financeiros» mais poderosos da Alemanha, declarou em 7 de Junho de 1900, no Reichstag, que «a acção de 1 libra esterlina é a base do imperialismo britânico»⁶⁹. Este negociante tem uma concepção consideravelmente mais profunda, mais «marxista», do que é o imperialismo do que certo escritor indecoroso que se considera fundador do marxismo russo⁷⁰ e supõe que o imperialismo é um defeito próprio de um povo determinado...

Mas o «sistema de participação» não só serve para aumentar em proporções gigantescas o poderio dos monopolistas como, além disso, permite levar a cabo impunemente toda a espécie de negócios escuros e sujos e roubar o público, pois os dirigentes das «sociedades-mães» formalmente, segundo a lei, não respondem pela «sociedade-filha», que é considerada «independente» e **através** da qual se pode «fazer passar» **tudo**. Eis um exemplo tirado da revista alemã *Die Bank*, no seu número de Maio de 1914:

«A Sociedade Anónima de Aço para Molas, de Cassel, era considerada há uns anos como uma das empresas mais lucrativas da Alemanha. Em consequência da má administração, os dividendos desceram de 15% para 0%. Segundo se pôde comprovar depois, a administração, sem informar os accionistas, tinha feito um empréstimo de **6 milhões de marcos** a uma das suas "sociedades-filhas", a Hassia, cujo capital nominal era apenas de algumas centenas de milhar de marcos. Esse empréstimo, quase três vezes superior ao capital em acções da "sociedade-mãe", não figurava no balanço desta: juridicamente, tal silêncio estava perfeitamente de acordo com a lei e pôde durar dois anos inteiros, pois não infringia nem um único artigo da legislação comercial. O presidente do conselho de administração, a quem nessa qualidade incumbia a responsabilidade de assinar os balanços falsos, era e continua a ser presidente da Câmara de Comércio de Cassel. Os accionistas só se inteiraram desse empréstimo à Hassia muito tempo depois, quando se verificou que o mesmo tinha sido um erro...» (o autor deveria ter posto esta palavra entre aspas)... «e quando as acções do "aço para molas", por aqueles que tinham conhecimento disto se começaram a desfazer delas, diminuíram o seu valor em aproximadamente 100%...

«Este exemplo típico de malabarismo nos balanços, o mais comum nas sociedades anónimas, explica-nos por que motivo os seus conselhos de administração empreendem negócios arriscados com muito mais facilidade do que os particulares. A técnica moderna de elaboração dos balanços não só lhes oferece a possibilidade de ocultar a operação arriscada ao accionista médio como permite mesmo aos principais interessados livrarem-se da responsabilidade mediante a venda oportuna das suas acções no caso de a experiência fracassar, ao passo que o negociante particular arrisca a sua pele em tudo quanto faz...

67 Hans Gideon Heymann, *Die gemischten Werke im deutschen Grosseisengewerb*, St. 1904, S. 268-269.

68 Liefmann, *Beteiligungsges., etc.*, S. 258 (1.a ed.).

69 Schulze-Gaevernitz, em *Grdr. D. S.-Ok*, V, 2, S. 110.

70 Lênine refere-se a G. Plekhánov. As declarações de G. Plekhánov acerca da questão do imperialismo estão contidas numa colectânea de artigos seus, *Acerca da Guerra*, editada em Petrogrado durante a guerra.

«Os balanços de muitas sociedades anónimas parecem-se com os palimpsestos da Idade Média, dos quais era preciso apagar o que estava escrito para se descobrir sinais que tinham sido escritos por baixo e que representavam o conteúdo real do documento.» (O palimpsesto era um pergaminho do qual o texto primitivo tinha sido apagado para escrever de novo.)

«O meio mais simples e por isso mais vulgarmente utilizado para tornar um balanço indecifrável consiste em dividir uma empresa em várias partes por meio da criação de filiais ou a incorporação de estabelecimentos do mesmo género. As vantagens deste sistema, do ponto de vista dos diversos fins - legais e ilegais -, são tão evidentes que na actualidade as grandes sociedades que não o adoptaram constituem uma verdadeira excepção.»⁷¹

Como exemplo de empresa monopolista de grande importância que aplica, em grande escala, o referido sistema, o autor cita a famosa Sociedade Geral de Electricidade (AEG, da qual voltaremos a falar mais adiante). Em 1912 calculava-se que esta sociedade participava noutras **175 a 200**, dominando-as, é claro, e controlando assim um capital total de cerca de **1500 milhões de marcos**⁷².

Nenhuma regra de controlo, de publicação de balanços, de estabelecimento de esquemas precisos para os mesmos, de instituição de inspecção, etc., com que os professores e funcionários bem intencionados, isto é, que têm a boa intenção de defender e embelezar o capitalismo, distraem a atenção do público, pode ter, neste aspecto, a menor importância, pois que a propriedade privada é sagrada, e ninguém pode proibir de comprar, vender, permutar, hipotecar acções, etc.

Podem avaliar-se as proporções que o «sistema de participação» alcançou nos grandes bancos russos pelos dados fornecidos por E. Agahd, que durante quinze anos foi empregado do Banco Russo-Chinês e que em Maio de 1914 publicou uma obra com o título, não de todo exacto, *Os Grandes Bancos e o Mercado Mundial*⁷³. O autor divide os grandes bancos russos em dois grupos fundamentais: **a)** os que funcionam segundo o «sistema de participação» e **b)** os «independentes», entendendo, contudo, arbitrariamente por «independência» a independência em relação aos bancos **estrangeiros**. O autor divide o primeiro grupo em três subgrupos: 1) participação alemã, 2) inglesa e 3) francesa, referindo-se à «participação» e ao domínio dos grandes bancos estrangeiros da nação em causa. Divide os capitais dos bancos em capitais de investimento «produtivo» (no comércio e na indústria) e de investimento «especulativo» (nas operações bolsistas e financeiras), supondo, de acordo com o ponto de vista pequeno-burguês reformista que lhe é próprio, que é possível sob o capitalismo separar a primeira forma de investimento da segunda e suprimir esta última. Os dados do autor são os seguintes:

71 L. Eschwege, «Tochtergesellschaften», *Die Bank*, 1914, 1, S. 545.

72 Kurt Heinig, «Der Weg des Elektrotrusts», *Neue Zeit*, 1912, 30 Jahrg., 2, S. 484.

73 E. Agahd, *Grossbanken und Weltmarkt. Die wirtschaftliche und politische Bedeutung der Grossbanken im Weltmarkt unter Berücksichtigung ihres Einflusses auf Russlands Volkswirtschaft und die deutsch-russischen Beziehungen* («Os grandes bancos e o mercado mundial. Importância económica e política dos grandes bancos no mercado mundial e a sua influência na economia nacional da Rússia e nas relações germano-russas». - N. Ed.), Berlin 1914.

Activo dos bancos
(Segundo os balanços de Outubro-Novembro de 1913)
(em milhões de rublos)

	Capitais investidos		
	Produtivamente	Especulativamente	Total
a1) 4 bancos: Comercial Siberiano, Russo, Internacional de Desconto	413,7	859,1	1272,8
a2) 2 bancos: Comercial e Industrial, Russo-Ingês	239,3	169,1	408,4
a3) 5 bancos: Russo-Asiático, Privado de Sampetersburgo, Azov-Don, União de Moscovo, Russo-Francês de Comércio	711,8	661,2	1373
(11 bancos) Total	1364,8	1689,4	3054,2
b) 8 bancos: Comerciantes de Moscovo, Volga-Kama, Junker & C ^a , Comercial Sampetersburgo (ant. Wawelberg), de Moscovo (ant. Riabuchinski), de Desconto de Moscovo, Banco Comercial de Moscovo e Privado de Moscovo	504,2	391,1	895,3
(19 bancos) Total	1869	2080,5	3949,5

Estes dados mostram que, do total aproximado de 4000 milhões de rublos que constituem o capital «activo» dos grandes bancos, **mais de 3/4**, mais de 3000 milhões, correspondem a bancos que, no fundo, são filiais dos bancos estrangeiros, em primeiro lugar dos parisienses (o famoso trio bancário União Parisiense, Banco de Paris e Países Baixos e Sociedade Geral) e dos berlinenses (particularmente o Banco Alemão e a Sociedade de Desconto). Dois dos bancos russos mais importantes, o Russo (Banco Russo de Comércio Externo) e o Internacional (Banco Comercial Internacional de Sampetersburgo), aumentaram os seus capitais, no período compreendido entre 1906 e 1912, de 44 para 98 milhões de rublos, e os fundos de reserva de 15 para 39 milhões, «trabalhando em 3/4 com capitais alemães»; o primeiro banco pertence ao «consórcio» do Banco Alemão de Berlim; o segundo pertence à Sociedade de Desconto, da mesma capital. Ao bom Agahd indigna-o profundamente que os bancos berlinenses tenham nas suas mãos a maioria das acções e que, em consequência disso, os accionistas russos sejam impotentes. E, naturalmente, país que exporta capitais fica com a nata: por exemplo, o Banco Alemão de Berlim, encarregado de vender nesta cidade as acções do Banco Comercial Siberiano, guardou durante um ano as referidas acções em carteira, e depois vendeu-as a 193%, quer dizer, quase o dobro, «obtendo» deste modo um lucro de cerca de 6 milhões de rublos, que Hilferding qualifica de «lucro de constituição».

O autor calcula em 8235 milhões de rublos, isto é, quase 8,25 milhares de milhões, a «potência» total dos bancos petersburgueses mais importantes. Quanto à «participação» ou, melhor dizendo, ao domínio dos bancos estrangeiros, estabelece-o nas proporções seguintes: bancos franceses, 55%; ingleses, 10%; alemães, 35%. Deste total, isto é, dos 8235 milhões, 3687 milhões de capital activo, ou seja, mais de 40%, correspondem, segundo os cálculos do autor, aos sindicatos Prodúgol e Prodamet⁷⁴ e aos sindicatos do petróleo, da metalurgia e do cimento. Por conseguinte, a fusão do capital bancário e industrial, derivada da constituição dos monopólios capitalistas, deu também na Rússia passos gigantescos.

O capital financeiro, concentrado em muito poucas mãos e gozando do monopólio efectivo, obtém um lucro enorme, que aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do Estado, etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas. Eis um dos exemplos dos métodos de

74 **Prodúgol**: Sociedade Russa de Comércio do Combustível Mineral da Bacia do Donetz. Foi fundada em 1900.
Prodamet: Sociedade para a Venda de Artigos das Fábricas Metalúrgicas Russas. Foi fundada em 1901. (N. Ed.)

administração dos *trusts* americanos, citado por Hilferding: em 1887, Havemeyer constituiu o *trust* do açúcar mediante a fusão de 15 pequenas companhias, cujo capital total era de 6,5 milhões de dólares. Mas o capital do *trust*, «aguado», segundo a expressão americana, fixou-se em 50 milhões de dólares. A «recapitalização» tinha em conta de antemão os futuros lucros monopolistas, do mesmo modo que o *trust*, do aço - também na América - tem em conta os futuros lucros monopolistas ao adquirir cada vez mais jazigos de minério de ferro. E, com efeito, o *trust* do açúcar fixou preços de monopólio e recebeu lucros tais que pôde pagar um dividendo de 10% ao capital sete vezes «aguado», quer dizer, **quase 70% sobre o capital efectivamente investido no momento da constituição do *trust*!** Em 1909, o seu capital era de 90 milhões de dólares. Em vinte e dois anos o capital foi mais do que decuplicado.

Em França, a dominação da «oligarquia financeira» (*Contra a Oligarquia Financeira em França é o título do conhecido livro de Lysis, cuja quinta edição apareceu em 1908*) adoptou uma forma apenas um pouco diferente. Os quatro bancos mais importantes gozam não do monopólio relativo mas «do monopólio absoluto» na emissão de valores. De facto, trata-se de um «*trust* dos grandes bancos». E o monopólio garante lucros monopolistas das emissões. Ao fazerem-se os empréstimos, o país que os negoceia não recebe habitualmente mais de 90% do total: os restantes 10% vão parar aos bancos e demais intermediários. O lucro dos bancos no empréstimo russo-chinês de 400 milhões de francos foi de 8%; no russo (1904) de 800 milhões, foi de 10%; no marroquino (1904) de 62,5 milhões, foi de 18,75%. O capitalismo, que iniciou o seu desenvolvimento com o pequeno capital usurário, chega ao fim deste desenvolvimento com um capital usurário gigantesco. «Os franceses são os usurários da Europa», diz Lysis. Todas as condições da vida económica sofrem uma modificação profunda em consequência desta degeneração do capitalismo. Num estado de estagnação da população, da indústria, do comércio e dos transportes marítimos, o «país» pode enriquecer por meio das operações usurárias. «Cinquenta pessoas, que representam um capital de 8 milhões de francos, podem dispor de **dois mil milhões** colocados em quatro bancos.» O sistema de «participação» que já conhecemos conduz às mesmas consequências: um dos bancos mais importantes, a Sociedade Geral (Société Générale), emitiu 64 000 obrigações da sociedade-filha, as Refinarias de Açúcar do Egipto. O curso da emissão era de 150%, quer dizer, o banco embolsava um lucro de 50 cêntimos por cada franco. Os dividendos da referida sociedade revelaram-se fictícios, o «público» perdeu de 90 a 100 milhões de francos; «um dos directores da Sociedade Geral era membro do conselho de administração das Refinarias». Nada tem de surpreendente que o autor se veja obrigado a chegar à seguinte conclusão: «A República francesa é uma monarquia financeira»; «a onnipotência da oligarquia financeira é absoluta, domina a imprensa e o governo»⁷⁵.

Os lucros excepcionais proporcionados pela emissão de valores, como uma das operações principais do capital financeiro, contribuem muito para o desenvolvimento e consolidação da oligarquia financeira. «No interior do país não há nenhum negócio que dê, nem aproximadamente, um lucro tão elevado como servir de intermediário para a emissão de empréstimos estrangeiros», diz a revista alemã *Die Bank*⁷⁶.

«Não há nenhuma operação bancária que produza lucros tão elevados como as emissões.» Na emissão de valores das empresas industriais, segundo os dados de *O Economista Alemão*⁷⁷, o lucro médio anual foi o seguinte:

1895	38,6%	1898	67,7%
1896	36,1%	1899	66,9%
1897	66,7%	1900	55,2%

⁷⁵ Lysis, *Contre l'oligarchie financière en France*, 5.ª ed., P., 1908, pp. 11, 12, 26, 39, 40, 48.

⁷⁶ *Die Bank*, 1913, N. 7, S. 630.

⁷⁷ *Deutsche Okonomist* (Economista Alemão): revista publicada em Berlim de 1883 a 1935

«Em dez anos, de 1891 a 1900, a emissão de valores industriais alemães produziu um lucro de mais de **1000 milhões.**»⁷⁸

Se os lucros do capital financeiro são desmedidos durante os períodos de ascenso industrial, durante os períodos de depressão arruinam-se as pequenas empresas e as empresas pouco fortes, enquanto os grandes bancos «participam» na aquisição das mesmas a baixo preço, ou no seu lucrativo «saneamento» e «reorganização». Ao efectuar-se o «saneamento» das empresas deficitárias, «o capital em acções sofre uma baixa, isto é, os lucros são distribuídos sobre um capital menor, e calculam-se depois com base nesse capital. Ou, se a rentabilidade fica reduzida a zero, incorpora-se novo capital que, ao unir-se com o capital velho, menos lucrativo, produz já um lucro suficiente. «Convém dizer», acrescenta Hilferding, «que todos esses saneamentos e reorganizações têm uma dupla importância para os bancos: primeiro como operação lucrativa, e segundo como ocasião propícia para colocar sob a sua dependência essas sociedades necessitadas.»⁷⁹

Eis um exemplo: o da sociedade anónima mineira Union, de Dortmund, fundada em 1872. Foi emitido um capital em acções de cerca de 40 milhões de marcos, e, quando no primeiro ano se recebeu um dividendo de 12%, o curso elevou-se até 170%. O capital financeiro ficou com a nata, embolsando a bagatela de uns 28 milhões de marcos. O papel principal na fundação da referida sociedade foi desempenhado por esse mesmo grande banco alemão, a Sociedade de Desconto, que, sem contratemos, alcançou um capital de 300 milhões. Os dividendos da Union desceram depois até desaparecerem. Os accionistas tiveram de aceder a liquidar uma parte do capital, isto é, a sacrificar uma parte para não perderem tudo. Como resultado de uma série de «saneamentos», desapareceram dos livros da sociedade Union, no decurso de trinta anos, mais de 73 milhões de marcos. «Actualmente, os accionistas fundadores dessa sociedade têm nas suas mãos apenas 5% do valor nominal das suas acções»⁸⁰; e em cada novo «saneamento» os bancos continuaram a «ganhar alguma coisa».

Uma das operações particularmente lucrativas do capital financeiro é também a especulação com terrenos situados nos subúrbios das grandes cidades que crescem rapidamente. O monopólio dos bancos funde-se neste caso com o monopólio da renda da terra e com o monopólio das vias de comunicação, pois o aumento dos preços dos terrenos, a possibilidade de os vender vantajosamente por parcelas, etc., dependem principalmente das boas vias de comunicação com a parte central da cidade, as quais se encontram nas mãos de grandes companhias, ligadas a esses mesmos bancos mediante o sistema de participação e da distribuição dos cargos directivos. Resulta de tudo isso o que o autor alemão L. Eschwege, colaborador da revista *Die Bank*, que estudou especialmente as operações de venda e hipoteca de terrenos, qualifica de «pântano»: a desenfreada especulação com os terrenos dos subúrbios das cidades, as falências das empresas de construção, como, por exemplo, a firma berlinense Boswau & Knauer, que tinha embolsado uma quantia tão elevada como 100 milhões de marcos por intermédio do banco «mais importante e respeitável», o Banco Alemão (Deutsche Bank), que, naturalmente, actuava segundo o sistema de «participação», isto é, em segredo, na sombra, e livrou-se da situação perdendo «apenas» 12 milhões de marcos; depois, a ruína dos pequenos patrões e dos operários, que não recebem nem um centavo das fictícias empresas de construção; as negociatas fraudulentas com a «honrada» polícia berlinense e com a administração urbana para ganhar o controlo do serviço de informação sobre os terrenos e das autorizações do município para construir, etc., etc.⁸¹

78 Stillich, *ob. cit.*, S. 143; e W. Sombart, *Die deutsche Volkswirtschaft im 19. Jahrhundert*, 2. Aufl., 1909, S. 526, Anlage 8.

79 *O Capital Financeiro*, p. 172.

80 Stillich, *ob. cit.*, S. 138; Liefmann, S. 51.

81 *Die Bank*, 1913, S. 952; L. Eschwege, «Der Sumpf», *ibid.*, 1912, I, S. 223 e segs.

Os «costumes americanos», de que tão hipocritamente se lamentam os professores europeus e os burgueses bem intencionados, converteram-se, na época do capital financeiro, em costumes de literalmente toda a cidade importante de qualquer país.

Em Berlim, em princípios de 1914, falava-se da fundação de um «*trust* dos transportes», isto é, de uma «comunidade de interesses» das três empresas berlinenses de transportes: os caminhos-de-ferro eléctricos urbanos, a sociedade de carros eléctricos e a de autocarros. «Que este propósito existe», diz a revista *Die Bank*, «já o sabíamos desde que se tornou do domínio público que a maioria das acções da sociedade de autocarros tinha sido adquirida pelas outras duas sociedades de transportes... Podemos acreditar inteiramente nos que visam esse objectivo quando afirmam que, mediante a regulação uniforme dos transportes, têm a esperança de obter economias, de uma parte das quais, no fim de contas, o público poderia beneficiar. Mas a questão complica-se em virtude de, por detrás desse *trust* dos transportes em formação, estarem os bancos, que, se quiserem, podem subordinar as vias de comunicação que monopolizam aos interesses do seu tráfico de terrenos. Para nos convenceremos do bom fundamento desta suposição basta recordar que, ao ser fundada a sociedade dos caminhos-de-ferro eléctricos urbanos, já se encontravam ligados a ela os interesses do grande banco que patrocinou esse empreendimento. Isto é: os interesses da referida empresa de transportes entrelaçavam-se com os do tráfico de terrenos. O cerne da questão era que a linha oriental da referida via-férrea devia passar por terrenos que mais tarde, quando a construção da via-férrea já estava assegurada, o banco vendeu com enorme lucro para si e para algumas pessoas que intervieram no negócio...»⁸²

O monopólio, uma vez que foi constituído e controla milhares de milhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em **todos** os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra «particularidade». Nas publicações alemãs sobre economia são habituais os elogios servis à honradez dos funcionários prussianos e as alusões ao Panamá francês⁸³ ou à venalidade política americana. Mas o facto é que até as publicações burguesas consagradas aos assuntos bancários da Alemanha se vêm constantemente obrigadas a sair dos limites das operações puramente bancárias e a escrever, por exemplo, sobre a «aspiração para entrar nos bancos», a propósito dos casos, cada vez mais frequentes, de funcionários que passam para o serviço destes. «Que se pode dizer da incorruptibilidade do funcionário do Estado cuja secreta aspiração consiste em encontrar uma sinecura na Behrenstrasse?»⁸⁴ (rua de Berlim onde se encontra a sede do Banco Alemão). Alfred Lansburgh, director da revista *Die Bank*, escreveu em 1909 um artigo intitulado «A significação económica do bizantinismo», a propósito, entre outras coisas, da viagem de Guilherme II à Palestina e do «resultado directo dessa viagem, a construção do caminho-de-ferro de Bagdade, essa fatal "grande obra do espírito empreendedor alemão", que é mais culpado do nosso "cerco" do que todos os nossos pecados políticos juntos»⁸⁵ (por «cerco» entende-se a política de Eduardo VII, que visava isolar a Alemanha e rodeá-la de uma aliança imperialista antialemã). Eschwege, colaborador dessa mesma revista e referido mais atrás, escreveu em 1911 um artigo intitulado «A plutocracia e os funcionários», no qual denunciava, por exemplo, o caso do funcionário alemão Völker, que era membro da comissão de cartéis e se distinguia pela sua energia, mas pouco tempo depois ocupou um cargo lucrativo no cartel mais importante, o sindicato do aço. Os casos desse género, que não são de modo nenhum excepcionais, obrigaram esse mesmo escritor burguês a reconhecer que «a liberdade económica garantida pela Constituição alemã se converteu, em muitas esferas da vida económica, numa frase sem sentido», e que, com a dominação a que chegou a plutocracia, «nem a liberdade política mais ampla nos pode salvar de nos convertermos

82 «Verkehrstrust», *Die Bank*, 1914, 1, S. 99.

83 **Panamá francês**: expressão surgida a propósito da revelação em França, em 1892-1893, dos enormes abusos e da corrupção de políticos e estadistas, de funcionários e de jornais, subornados pela companhia francesa criada para a construção do Canal do Panamá.

84 «Der Zug zur Bank», *Die Bank*, 1909, 1, S. 79.

85 *Ibidem*, S. 301.

num povo de homens privados de liberdade»⁸⁶.

No que se refere à Rússia, limitar-nos-emos a um só exemplo: há alguns anos, todos os jornais deram a notícia de que Davídov, director do Departamento de Crédito, abandonava o seu lugar nesse organismo do Estado para entrar ao serviço de um banco importante, com um vencimento que, ao fim de alguns anos, deveria representar, segundo o contrato, uma soma de mais de 1 milhão de rublos. O Departamento de Crédito é uma instituição destinada a «unificar a actividade de todos os estabelecimentos de crédito do Estado» e que fornece subsídios aos bancos da capital no valor de 800 a 1000 milhões de rublos⁸⁷.

É próprio do capitalismo em geral separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção, separar o capital dinheiro do industrial ou produtivo, separar o *rentier*, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do empresário e de todas as pessoas que participam directamente na gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do *rentier* e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de «poder» financeiro em relação a todos os restantes. O volume deste processo dão-no-lo a conhecer os dados estatísticos das emissões de toda a espécie de valores.

No *Boletim do Instituto Internacional de Estatística*, A. Neymarck⁸⁸ publicou os dados mais pormenorizados, completos e susceptíveis de comparação sobre as emissões em todo o mundo, dados que depois foram reproduzidos muitas vezes parcialmente nas publicações económicas. Eis os dados correspondentes a quatro decénios:

Total das emissões em milhares de milhões de francos em cada dez anos

1871-1880	76,1
1881-1890	64,5
1891-1900	100,4
1901-1910	197,8

Na década de 1870 o total das emissões aparece elevado em todo o mundo, particularmente pelos empréstimos, em relação com a guerra franco-prussiana e com a *Grunderzeit* que se lhe seguiu na Alemanha. Em geral, o aumento é relativamente lento, durante os três últimos decénios do século XIX, e só no primeiro decénio do século XX atinge grandes proporções, quase duplicando em dez anos. Os começos do século XX constituem pois uma época de viragem, não só do ponto de vista do crescimento dos monopólios (cartéis, sindicatos, *trusts*), de que já falámos, mas também do ponto de vista do crescimento do capital financeiro.

O total de valores emitidos no mundo era em 1910, segundo os cálculos de Neymarck, de uns 815 mil milhões de francos. Deduzindo aproximativamente as duplicações, o número desce para 575 ou 600 mil milhões. Eis a distribuição por países (com base no número de 600 mil milhões):

86 «Der Zug zur Bank», *Die Bank*, 1911, 2, S. 825; 1913, 2, S. 962.

87 E. Agahd, p. 202.

88 *Bulletin de l'institut international de statistique*, t. XIX, livr. II, La Haye, 1912. Os dados sobre os Estados pequenos, segunda coluna, foram tomados aproximadamente segundo as normas de 1902 e aumentados cerca de 20%.

Total dos valores em 1910
(em milhares de milhões de francos)

Inglaterra	142	479	Holanda	12,5
Estados Unidos	132		Bélgica	7,5
França	110		Espanha	7,5
Alemanha	95		Suíça	6,25
Rússia	31		Dinamarca	3,75
Áustria-Hungria	24		Suécia, Noruega, Roménia, etc	2,5
Itália	14			
Japão	12			
			Total	600

Destes dados vê-se imediatamente com que força se destacam os quatro países capitalistas mais ricos, que dispõem aproximadamente de 100 a 150 mil milhões de francos em valores. Desses quatro, dois - Inglaterra e França - são os países capitalistas mais velhos e, como veremos, os mais ricos em colónias; os outros dois - os Estados Unidos e a Alemanha - são países capitalistas avançados pela rapidez de desenvolvimento e pelo grau de difusão dos monopólios capitalistas na produção. Os quatro juntos têm 479 mil milhões de francos, isto é, cerca de 80% do capital financeiro mundial. Quase todo o resto do mundo exerce, de uma forma ou de outra, funções de devedor e tributário desses países, banqueiros internacionais, desses quatro «pilares» do capital financeiro mundial.

Convém determo-nos particularmente no papel que desempenha a exportação de capital na criação da rede internacional de dependências e de relações do capital financeiro.

IV. A exportação de capital

O que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de **mercadorias**. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de **capital**.

O capitalismo é a produção de mercadorias no grau superior do seu desenvolvimento, quando até a força de trabalho se transforma em mercadoria. O desenvolvimento da troca, tanto no interior como, em especial, no campo internacional, é um traço distintivo e característico do capitalismo. O desenvolvimento desigual, por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria e dos diferentes países é inevitável sob o capitalismo. A Inglaterra é a primeira que se transforma em país capitalista, e em meados do século XIX, ao implantar o livre-câmbio, pretendeu ser a «oficina de todo o mundo», o fornecedor de artigos manufacturados para todos os países, os quais deviam fornecer-lhe, em contrapartida, matérias-primas. Mas **este** monopólio da Inglaterra enfraqueceu já no último quartel do século XIX, pois alguns outros países, defendendo-se por meio de direitos alfandegários «proteccionistas», tinham-se transformado em Estados capitalistas independentes. No limiar do século XX assistimos à formação de monopólios de outro género: primeiro, uniões monopolistas de capitalistas em todos os países de capitalismo desenvolvido; segundo, situação monopolista de uns poucos países riquíssimos, nos quais a acumulação do capital tinha alcançado proporções gigantescas. Constituiu-se um enorme «excedente de capital» nos países avançados.

Naturalmente, se o capitalismo tivesse podido desenvolver a agricultura, que hoje em dia se encontra em toda a parte enormemente atrasada em relação à indústria; se tivesse podido elevar o nível de vida das massas da população, a qual continua a arrastar, apesar do vertiginoso progresso da técnica, uma vida de subalimentação e de miséria, não haveria motivo para falar de um excedente de capital. Este «argumento» é constantemente avançado pelos críticos pequeno-burgueses do capitalismo. Mas então o capitalismo deixaria de ser capitalismo, pois o desenvolvimento desigual e a subalimentação das massas são as condições e as premissas básicas, inevitáveis, deste modo de produção. Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. Nestes países atrasados o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas. A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo facto de uma série de países atrasados terem sido já incorporados na circulação do capitalismo mundial, terem sido construídas as principais vias-férrreas ou iniciada a sua construção, terem sido asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria, etc. A necessidade da exportação de capitais obedece ao facto de que em alguns países o capitalismo «amadureceu excessivamente» e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para a sua colocação «lucrativa». Eis dados aproximados sobre o volume dos capitais investidos no estrangeiro pelos três países mais importantes⁸⁹:

89 Hobson, *Imperialism*, L., 1902, p. 58; Riesser, *ob. cit.*, pp. 395 e 404; P. Amdt, em *Weltwirtschaftliches Archiv* [Arquivo da Economia Mundial: revista publicada desde 1913 pelo Instituto da Economia Mundial da Universidade de Kiel (hoje, Jena).], Bd. 7, 1916, S. 35; Neymarck em *Bulletin* [O Bulletin de l'Institut International de Statistique (Boletim do Instituto Nacional de Estatística) publicou-se em Haia de 1885 a 1912.]; Hilferding, *O Capital Financeiro*, p. 492; Lloyd George, discurso na Câmara dos Comuns de 4 de Maio de 1915, *Daily Telegraph* [O Telégrafo Diário: jornal liberal, conservador a partir dos anos 80 do século XIX. Publicou-se de 1855 até 1937, inicialmente em Londres e posteriormente em Manchester.] de 5 de Maio de 1915; B. Harms, *Probleme der Weltwirtschaft*, Jena 1912, S. 235 e segs.; Dr. Siegmund Schilder, *Entwicklungstendenzen der Weltwirtschaft*, Berlin 1912, Bd. I, S. 150; George Paish, «Great Britain's Capital Investments, etc.», em *Journal of the Royal Statistical Society* [Revista da Real Sociedade Estatística: publica-se em Londres desde 1838], vol. LXXIV, 1910-1911, p. 167 e seg.; Georges Diouritch, *L'Expansion des banques allemandes à l'étranger, ses rapports avec le développement économique de l'Allemagne*, P., 1909, p. 84.

Capital investido no estrangeiro
(em milhares de milhões de francos)

Anos	Inglaterra	França	Alemanha
1862	3,6	-	-
1872	15	10 (1869)	-
1882	22	15 (1880)	?
1893	42	20 (1890)	?
1902	62	27 a 37	12,5
1914	75 a 100	60	44

Estes dados mostram-nos que a exportação de capitais só adquire um desenvolvimento gigantesco em princípios do século XX. Antes da guerra, o capital investido no estrangeiro pelos três países principais era de 175 a 200 mil milhões de francos. O rendimento desta soma, tomando como base a modesta taxa de 5%, deve ascender a 8 ou 10 mil milhões de francos anuais. Uma sólida base para o jugo e exploração imperialista da maioria dos países e nações do mundo, para o parasitismo capitalista de um punhado de Estados riquíssimos!

Como se distribui entre os diferentes países esse capital investido no estrangeiro? **Onde** está colocado? A estas perguntas apenas se pode dar uma resposta aproximada, a qual, no entanto, pode esclarecer algumas relações e laços gerais do imperialismo moderno:

**Partes do mundo entre as quais estão distribuídos (aproximadamente)
os capitais investidos no estrangeiro (por volta de 1910)**
(em milhares de milhões de marcos)

	Inglaterra	França	Alemanha	Total
Europa	4	23	18	45
América	37	4	10	51
Ásia África e Austrália	29	8	7	44
Total	70	35	35	140

No que se refere à Inglaterra, aparecem em primeiro plano as suas possessões coloniais, que são muito grandes também na América (por exemplo o Canadá), sem falar já da Ásia, etc. A gigantesca exportação de capitais encontra-se, no caso da Inglaterra, estreitamente relacionada com as colónias gigantescas, de cuja significação para o imperialismo voltaremos a falar mais adiante. Diferente é o caso da França, cujo capital colocado no estrangeiro se encontra investido principalmente na Europa, e em primeiro lugar na Rússia (10 mil milhões de francos pelo menos), com a particularidade de que se trata sobretudo de capital de **empréstimo**, de empréstimos públicos e não de capital investido em empresas industriais. Diferentemente do imperialismo inglês, que é colonial, o imperialismo francês pode ser qualificado de usurário. A Alemanha oferece uma terceira variedade: as suas colónias não são grandes, e o capital colocado no estrangeiro está investido em proporções mais iguais entre a Europa e a América.

A exportação de capitais repercute-se no desenvolvimento do capitalismo dentro dos países em que são investidos, acelerando-o extraordinariamente. Se, em consequência disso, a referida exportação pode, até certo ponto, ocasionar uma estagnação do desenvolvimento nos países exportadores, isso

só pode ter lugar em troca de um alargamento e de um aprofundamento maiores do desenvolvimento do capitalismo em todo o mundo.

Os países que exportam capitais podem quase sempre obter certas «vantagens», cujo carácter lança luz sobre as particularidades da época do capital financeiro e do monopólio. Eis, por exemplo, o que dizia em Outubro de 1913 a revista berlinense *Die Bank*:

«No mercado internacional de capitais está a representar-se desde há pouco tempo uma comédia digna de um Aristófanes. Um bom número de Estados, desde a Espanha até aos Balcãs, desde a Rússia até à Argentina, ao Brasil e à China, apresentam-se, aberta ou veladamente, perante os grandes mercados de dinheiro, exigindo, por vezes com extraordinária insistência, a concessão de empréstimos. Os mercados de dinheiro não se encontram actualmente numa situação muito brilhante, e as perspectivas políticas não são animadoras. Mas nenhum dos mercados monetários se decide a negar um empréstimo com receio de que o vizinho se adiante, o conceda e, ao mesmo tempo, obtenha certos serviços em troca do serviço que presta. Nas transacções internacionais deste género o credor obtém quase sempre algo em proveito próprio: um favor no tratado de comércio, uma base hulheira, a construção de um porto, uma concessão lucrativa ou uma encomenda de canhões.»⁹⁰

O capital financeiro criou a época dos monopólios. E os monopólios trazem sempre consigo os princípios monopolistas: a utilização das «relações» para as transacções proveitosas substitui a concorrência no mercado aberto. É muito corrente que entre as cláusulas do empréstimo se imponha o gasto de uma parte do mesmo na compra de produtos ao país credor, em especial de armamentos, barcos, etc. A França tem recorrido frequentemente a este processo no decurso das duas últimas décadas (1890-1910). A exportação de capitais passa a ser um meio de estimular a exportação de mercadorias. As transacções têm um carácter tal que, segundo diz Schilder «delicadamente»⁹¹, «confinam com o suborno». Krupp na Alemanha, Schneider em França e Armstrong em Inglaterra constituem outros tantos modelos de firmas intimamente ligadas com os bancos gigantescos e com os governos, das quais é difícil «prescindir» ao negociar um empréstimo.

A França, ao mesmo tempo que concedia empréstimos à Rússia, «impôs-lhe», no tratado de comércio de 16 de Setembro de 1905, certas concessões válidas até 1917; o mesmo se pode dizer do tratado comercial subscrito em 19 de Agosto de 1911 com o Japão. A guerra alfandegária entre a Áustria e a Sérvia, que se prolongou, com um intervalo de sete meses, de 1906 a 1911, foi devida em parte à concorrência entre a Áustria e a França no fornecimento de material de guerra à Sérvia. Paul Deschanel declarou no Parlamento, em Janeiro de 1912, que entre 1908 e 1911 as firmas francesas tinham fornecido material de guerra à Sérvia no valor de 45 milhões de francos.

Num relatório do cônsul austro-húngaro em São Paulo (Brasil) diz--se: «A construção dos caminhos-de-ferro brasileiros realiza-se, na sua maior parte, com capitais franceses, belgas, britânicos e alemães; os referidos países, ao se efectuarem as operações financeiras relacionadas com a construção de caminhos-de-ferro, reservam-se as encomendas de materiais de construção ferroviária.»

O capital financeiro estende assim as suas redes, no sentido literal da palavra, em todos os países do mundo. Neste aspecto desempenham um papel importante os bancos fundados nas colónias, bem como as suas sucursais. Os imperialistas alemães olham com inveja os «velhos» países coloniais que gozam, neste aspecto, de condições particularmente «vantajosas». A Inglaterra tinha em 1904 um total de 50 bancos coloniais com 2279 sucursais (em 1910 eram 72 bancos com 5449 sucursais); a França tinha 20 com 136 sucursais; a Holanda possuía 16 com 68; enquanto a Alemanha tinha

⁹⁰ *Die Bank*, 1913, 2, S. 1024-1025.

⁹¹ Schilder, *ob. cit.*, pp. 346, 350 e 371.

«apenas» 13 com 70 sucursais⁹². Os capitalistas americanos invejam por sua vez os ingleses e os alemães: «Na América do Sul», lamentavam-se em 1915, «5 bancos alemães têm 40 sucursais, 5 ingleses 70 sucursais... A Inglaterra e a Alemanha, no decurso dos últimos vinte e cinco anos, investiram na Argentina, no Brasil e no Uruguai mil milhões de dólares aproximadamente; como resultado disso beneficiam de 46% de todo o comércio desses três países.»⁹³

Os países exportadores de capitais dividiram o mundo entre si, no sentido figurado do termo. Mas o capital financeiro também conduziu à partilha **directa** do mundo.

92 Riesser, *ob. cit.*, p. 375 (4ª ed.), e Diouritch, p. 283.

93 *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. LIX, May 1915, p. 301. Nesta mesma publicação, na p. 331, lemos que no último número da revista financeira *Statist* o conhecido especialista em estatística Paish calculava em 40 mil milhões de dólares, isto é, 200 mil milhões de francos, os capitais exportados pela Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica e Holanda.

V. A partilha do mundo entre as associações de capitalistas

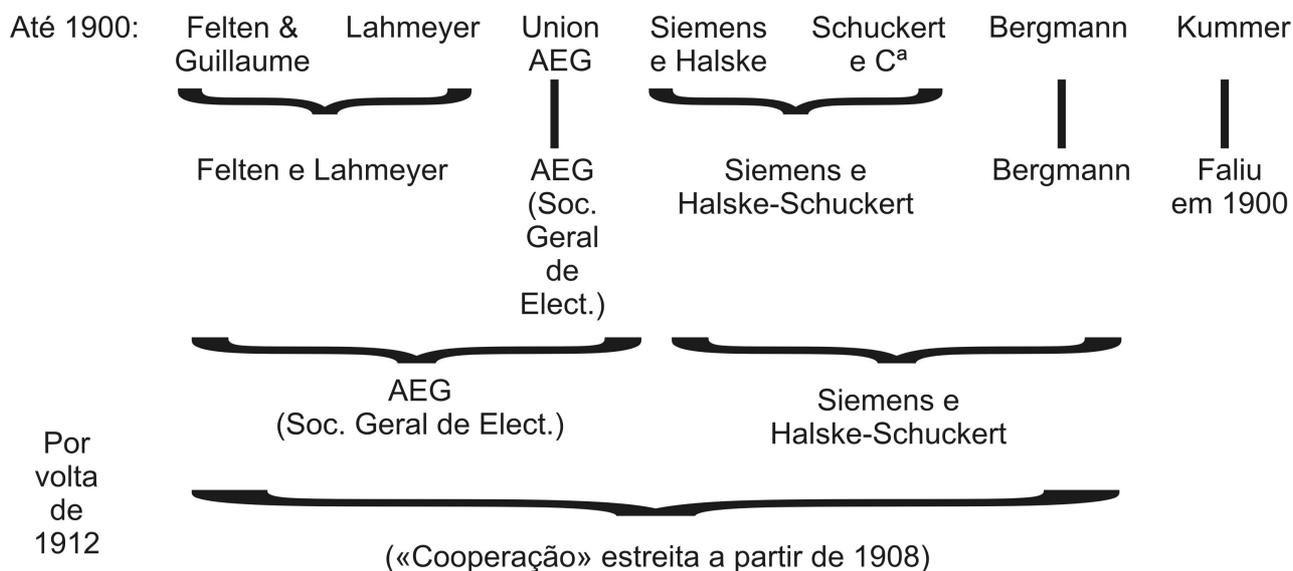
As associações de monopolistas capitalistas - cartéis, sindicatos, trusts - partilham entre si, em primeiro lugar, o mercado interno, apoderando-se mais ou menos completamente da produção do país. Mas sob o capitalismo o mercado interno está inevitavelmente entrelaçado com o externo. Há já muito que o capitalismo criou um mercado mundial. E à medida que foi aumentando a exportação de capitais e se foram alargando, sob todas as formas, as relações com o estrangeiro e com as colónias e as «esferas de influência» das maiores associações monopolistas, a marcha «natural» das coisas levou a um acordo universal entre elas, à constituição de cartéis internacionais.

É um novo grau da concentração mundial do capital e da produção, um grau incomparavelmente mais elevado do que os anteriores. Vejamos como surge este supermonopólio.

A indústria eléctrica é a mais típica, do ponto de vista dos últimos progressos da técnica, do capitalismo de fins do século XIX e princípios do século XX. E, entre os novos países capitalistas, adquiriu maior impulso nos dois mais avançados, os Unidos e a Alemanha. Na Alemanha, a crise de 1900 contribuiu particularmente para a concentração deste ramo da indústria. Os bancos, que nessa época se encontravam já bastante ligados à indústria, aceleraram e aprofundaram ao mais alto grau, durante essa crise, a ruína das empresas relativamente pequenas, a sua absorção pelas grandes. «Os bancos», diz Jeidels, «negaram apoio precisamente às empresas que mais necessidade tinham dele, provocando com isso, a princípio, um ascenso vertiginoso, e depois o craque irremediável das sociedades que não estavam suficientemente ligadas a eles.»⁹⁴

Como resultado, a concentração avançou, depois de 1900, a passos de gigante. Até 1900 tinham existido 7 ou 8 «grupos» na indústria eléctrica; cada um era composto por várias sociedades (no total havia 28) e por detrás de cada um havia 2 a 11 bancos. Por volta de 1908-1912 todos esses grupos se fundiram em um ou dois. Eis como se produziu o referido processo:

Grupos na Indústria eléctrica



A famosa AEG (Sociedade Geral de Electricidade), assim desenvolvida, exerce o seu domínio sobre 175 ou 200 sociedades (através do sistema de «participação») e dispõe de um capital total de cerca de 1500 milhões de marcos. Só no estrangeiro conta com 34 representações directas, 12 das quais são sociedades anónimas estabelecidas em mais de dez países. Já em 1904 calculava-se que os capitais investidos pela indústria eléctrica alemã no estrangeiro ascendiam a 233 milhões de marcos,

94 Jeidels, *ob. cit.*, p. 232.

dos quais 62 milhões na Rússia. Escusado será dizer que a Sociedade Geral de Electricidade constitui uma gigantesca empresa «combinada» - só o número das suas sociedades fabris é de 16 - que produz os mais variados artigos, desde cabos e isoladores até automóveis e aparelhos de aviação.

Mas a concentração na Europa foi também um elemento integrante no processo de concentração nos Estados Unidos. Eis como ele se produziu:

América	Companhia Geral de Electricidade (General Electric Co.)	
	A C ^a Thompson-Houston funda uma firma para a Europa	A C ^a Edison funda para a Europa a C ^a Francesa Edison, que cede as suas patentes a uma firma alemã
Alemanha	C ^a Union de Electricidade	Sociedade Geral de Electricidade (AEG)
	Sociedade Geral de Electricidade (AEG)	

Deste modo se formaram **duas** «potências» eléctricas. «É impossível encontrar no mundo uma única sociedade eléctrica que seja **completamente** independente delas», diz Heinig no seu artigo *Os Caminhos do Trust da Electricidade*. Os números seguintes dão uma ideia, que está muito longe de ser completa, das proporções do volume de negócios e da dimensão das empresas de ambos os trusts.

	Anos	Volume de negócios (em milhões de marcos)	Número de empregados	Lucro líquido (em milhões de marcos)
América:				
Companhia Geral de Electricidade (GEC)	1907	252	28000	35,4
	1910	298	32000	45,6
Alemanha:				
Sociedade Geral de Electricidade (AEG)	1907	216	30700	14,5
	1911	362	60800	21,7

E eis que em 1907, entre o *trust* americano e o *trust* alemão se estabeleceu um acordo para a partilha do mundo. Foi suprimida a concorrência: a GEC «recebeu», os Estados Unidos e o Canadá; à AEG «couberam» a Alemanha, a Áustria, a Rússia, a Holanda, a Dinamarca, a Suíça, a Turquia e os Balcãs. Firmaram-se acordos especiais, naturalmente secretos, em relação às filiais, que penetram em novos ramos da indústria e em países «novos» ainda não incluídos formalmente na partilha. Estabeleceu-se o intercâmbio de invenções e experiências⁹⁵.

Compreende-se perfeitamente até que ponto é difícil a concorrência com este *trust*, realmente único, mundial, que dispõe de um capital de milhares de milhões, e tem as suas «sucursais», representações, agências, relações, etc., em todos os cantos do mundo. Mas a partilha do mundo entre dois trusts fortes não exclui, naturalmente, **uma nova partilha**, no caso de se modificar a correlação de forças em consequência da desigualdade do desenvolvimento, das guerras, dos craques, etc.

95 Riesser, *ob. cit.*; Diouritch, *ob. cit.*, p. 239; Kurt Heinig, *art. cit.*

A indústria do petróleo oferece-nos um exemplo elucidativo de uma tentativa de nova partilha deste género, da luta para o conseguir.

«O mercado mundial do petróleo», escrevia Jeidels em 1905, «encontra-se ainda actualmente dividido entre dois grandes grupos financeiros: o trust americano Standard Oil Co., de Rockefeller, e os donos do petróleo russo de Baku, isto é, Rothschild e Nobel. Ambos os grupos estão intimamente ligados entre si, mas a sua situação de monopólio encontra-se ameaçada há alguns anos por cinco inimigos»⁹⁶: 1) o esgotamento dos jazigos norte-americanos de petróleo; 2) a concorrência da firma Mantáshev em Baku; 3) os jazigos da Áustria; 4) os da Roménia; 5) os jazigos de petróleo transoceânicos, particularmente nas colónias holandesas (as riquíssimas firmas Samuel e Shell, também ligadas ao capital inglês). Os três últimos grupos de empresas estão relacionados com os grandes bancos alemães, e em primeiro lugar com o Banco Alemão, o mais importante deles. Estes bancos impulsionaram de uma forma sistemática e independente a indústria petrolífera, por exemplo na Roménia, a fim de terem o «seu» ponto de apoio. Em 1907 calculava-se que na indústria romena do petróleo havia capitais estrangeiros no valor de 185 milhões de francos, dos quais 74 milhões eram alemães⁹⁷.

Começou o que nas publicações económicas se chama luta pela «partilha do mundo». Por um lado, a Standard Oil, de Rockefeller, desejosa de se apoderar de **tudo**, fundou uma filial na **própria** Holanda, adquirindo os jazigos da Índia Holandesa e procurando assestar assim um golpe no seu inimigo principal: o *trust* anglo-holandês Shell. Por outro lado, o Banco Alemão e outros bancos berlinenses procuravam «conservar» a Roménia e uni-la à Rússia contra Rockefeller. Este último possuía um capital incomparavelmente mais volumoso e uma magnífica organização de transportes e abastecimento aos consumidores. A luta devia terminar, e terminou, em 1907, com a derrota completa do Banco Alemão, diante do qual se abriam dois caminhos: ou liquidar, com perdas de milhões, os seus «interesses petrolíferos», ou submeter-se. Escolheu o segundo e concluiu um acordo muito pouco vantajoso com a Standard Oil. No referido acordo comprometia-se «a não fazer nada em prejuízo dos interesses norte-americanos», com a ressalva, no entanto, de que o convénio perderia a sua vigência no caso de a Alemanha vir a aprovar uma lei implantando o monopólio do Estado sobre o petróleo.

Começa então a «comédia do petróleo». Von Gwinner, director do Banco Alemão e um dos reis financeiros da Alemanha, organiza, por intermédio do seu secretário particular, Stauss, uma campanha **a favor** do monopólio do petróleo. Põe-se em acção todo o gigantesco aparelho do mais importante banco berlinense, todas as vastas «relações», de que dispõe, a imprensa enche-se de clamores «patrióticos» contra o «jugo» do *trust* americano, e o Reichstag decide, quase por unanimidade, em 15 de Março de 1911, convidar o governo a preparar um projecto de monopólio do petróleo. O governo aceitou esta ideia «popular», e o Banco Alemão, desejoso de enganar o seu rival americano e de pôr em ordem os seus negócios mediante o monopólio de Estado, parecia ter ganho a partida. Os reis alemães do petróleo esfregavam já as mãos de prazer pensando nos seus lucros fabulosos, que não seriam inferiores aos dos fabricantes de açúcar russos... Mas, em primeiro lugar, os grandes bancos alemães zangaram-se entre si por causa da partilha do saque, e a Sociedade de Desconto pôs a descoberto os objectivos interessados do Banco Alemão; em segundo lugar, o governo assustou-se com a ideia de uma luta com Rockefeller, pois era muito duvidoso que a Alemanha conseguisse obter petróleo sem contar com ele (o rendimento da Roménia não é muito considerável); em terceiro lugar, quase ao mesmo tempo, em 1913, votava-se um crédito de 1000 milhões para os preparativos de guerra da Alemanha. O projecto de monopólio foi adiado. De momento, a Standard Oil de Rockefeller saiu vitoriosa da luta.

96 Jeidels, *ob. cit.*, pp. 192-193.

97 Diouritch, pp. 245-246.

A revista berlinense *Die Bank* escreveu a este respeito que a Alemanha não poderia lutar com a Standard Oil a não ser implantando o monopólio da electricidade e convertendo a força hidráulica em energia eléctrica barata. Mas - acrescentava - «o monopólio da electricidade virá quando dele necessitarem os produtores; quando nos encontrarmos em vésperas de outro grande craque, desta vez na indústria eléctrica, e quando já não puderem funcionar com lucro as gigantescas e caras centrais eléctricas que os "consórcios" privados da indústria eléctrica estão agora construindo em toda a parte e para as quais estão a obter já diversos monopólios dos municípios, dos Estados, etc. Será necessário então pôr em marcha as forças hidráulicas; mas não será possível convertê-las em electricidade barata por conta do Estado, tornando-se necessário entregá-las também a um "monopólio privado submetido ao controlo do Estado", pois a indústria privada já concluiu bastantes transacções e estipulou grandes indemnizações... Assim aconteceu com o monopólio do petróleo e assim será com o monopólio da electricidade. Já é tempo de os nossos socialistas de Estado, que se deixam deslumbrar por princípios brilhantes, compreenderem finalmente que, na Alemanha, os monopólios nunca tiveram a intenção de proporcionar benefícios aos consumidores ou, pelo menos, de pôr à disposição do Estado uma parte dos lucros patronais, tendo servido unicamente para sanear, à custa do Estado, a indústria privada, colocada quase à beira da falência»⁹⁸.

Tais são as valiosas confissões que se vêem obrigados a fazer os economistas burgueses da Alemanha. Por aqui vemos claramente como, na época do capital financeiro, os monopólios de Estado e os privados se entrelaçam, formando um todo, e como tanto uns como outros não são na realidade mais do que diferentes elos da luta imperialista travada pelos maiores monopolistas pela partilha do mundo.

Na marinha mercante, o gigantesco processo de concentração conduziu também à partilha do mundo. Na Alemanha destacaram-se duas grandes sociedades: Hamburg-Amerika e a Lloyd da Alemanha do Norte, com um capital de 200 milhões de marcos (acções e obrigações) cada uma, e possuindo barcos num valor de 185 a 189 milhões de marcos. Por outro lado, foi fundado na América, em 1 de Janeiro de 1903, o chamado *trust* Morgan, a Companhia Internacional de Comércio Marítimo, que agrupa nove companhias de navegação americanas e inglesas, e dispõe de um capital de 120 milhões de dólares (480 milhões de marcos). Já em 1903 foi assinado um contrato sobre a partilha do mundo entre os colossos alemães e esse *trust* anglo-americano no que se refere à partilha dos lucros. As sociedades alemãs renunciaram a entrar em concorrência nos transportes entre a Inglaterra e a América. Fixaram-se taxativamente os portos «reservados» a cada um, criou-se um comité de controlo comum, etc. O contrato foi concluído para vinte anos, com a prudente reserva de que perderia a validade em caso de guerra⁹⁹.

É também extraordinariamente elucidativa a história da constituição do cartel internacional dos carris de ferro. A primeira vez que as fábricas de carris inglesas, belgas e alemãs tentaram constituir o referido cartel foi em 1884, num período de depressão industrial muito grave. Estabeleceram um acordo para os subscritores do pacto não competirem nos mercados internos dos respectivos países, e os mercados externos foram distribuídos na proporção seguinte: Inglaterra 66%, Alemanha 27% e Bélgica 7%. A Índia ficou inteiramente à disposição da Inglaterra. Fez-se a guerra em comum a uma companhia inglesa que tinha ficado à margem do acordo. Os gastos dessa guerra foram cobertos com uma percentagem das vendas gerais. Mas em 1886, quando duas firmas inglesas se retiraram do cartel, este desmoronou-se. É eloquente o facto de o acordo não ter sido possível durante os períodos de prosperidade industrial que se seguiram.

Em princípios de 1904 foi fundado o sindicato do aço da Alemanha. Em Novembro do mesmo ano voltou a formar-se o cartel internacional dos carris de ferro, com a seguinte proporção: Inglaterra

⁹⁸ *Die Bank*, 1912, 2, S. 629, 1036; 1913, 1, S. 388

⁹⁹ Riesser, *ob. cit.*, p. 125.

53,5%, Alemanha 28,83% e Bélgica 17,67%. Mais tarde foi incorporada a França com 4,8%, 5,8% e 6,4% no primeiro, segundo e terceiro anos respectivamente, além dos 100%, quer dizer, calculando sobre um total de 104,8%, e assim sucessivamente. Em 1905 aderiu o *trust* do aço dos Estados Unidos (Corporação do Aço); depois juntaram-se-lhe a Áustria e a Espanha. «No momento actual», dizia Vogelstein em 1910, «a partilha do mundo está concluída, e os grandes consumidores, em primeiro lugar os caminhos-de-ferro do Estado, podem viver - visto que o mundo está já repartido, sem ter em conta os seus interesses -, como o poeta, nos céus de Júpiter.»¹⁰⁰

Recordemos também o sindicato internacional do zinco, fundado em 1909, que fez uma distribuição exacta do volume da produção entre cinco grupos de fábricas; alemãs, belgas, francesas, espanholas e inglesas; depois, o *trust* internacional da pólvora, essa «estreita aliança, perfeitamente moderna», segundo palavras de Liefmann, «de todas as fábricas alemãs de explosivos, que, reunidas mais tarde às fábricas de dinamite francesas e americanas, organizadas de maneira análoga, partilharam, por assim dizer, o mundo inteiro»¹⁰¹.

Segundo Liefmann, em 1897 havia cerca de 40 cartéis internacionais com a participação da Alemanha, em 1910 aproximavam-se já da centena.

Alguns escritores burgueses (aos quais se juntou agora Kautsky que traiçooou completamente a sua posição marxista de 1909, por exemplo) exprimiram a opinião de que os cartéis internacionais, sendo como são uma das expressões de maior relevo da internacionalização do capital, permitem acalentar a esperança de que a paz entre os povos virá a imperar sob o capitalismo. Esta opinião é, do ponto de vista teórico, completamente absurda, e do ponto de vista prático um sofisma, um meio de defesa pouco honesto do oportunismo da pior espécie. Os cartéis internacionais mostram até que ponto cresceram os monopólios, e **quais são os objectivos** da luta que se desenrola entre os grupos capitalistas. Esta última circunstância é a mais importante, só ela nos esclarece sobre o sentido histórico-económico dos acontecimentos, pois **a forma** de luta pode mudar, e muda constantemente, de acordo com diversas causas, relativamente particulares e temporais, enquanto a **essência** da luta, o seu **conteúdo** de classe, **não pode** mudar enquanto subsistirem as classes. Compreende-se que os interesses da burguesia alemã, por exemplo, para a qual Kautsky se passou na realidade nos seus raciocínios teóricos (como veremos mais adiante), ditem a conveniência de ocultar o **conteúdo** da luta económica actual (pela partilha do mundo), de sublinhar ora uma ora outra **forma** dessa luta. Kautsky incorre neste mesmo erro. E não se trata apenas, naturalmente, da burguesia alemã, mas da burguesia mundial. Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e repartem-no «segundo o capital», «segundo a força»; qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema da produção mercantil e no capitalismo. A força varia, por sua vez, de acordo com o desenvolvimento económico e político; para compreender o que está a acontecer é necessário saber que problemas são solucionados pelas mudanças da força, mas saber se essas mudanças são «puramente» económicas ou **extra-económicas** (por exemplo, militares) é secundário e em nada pode fazer variar a concepção fundamental sobre a época actual do capitalismo. Substituir o **conteúdo** da luta e das transacções entre os grupos capitalistas pela forma desta luta e destas transacções (hoje pacífica, amanhã não pacífica, depois de amanhã outra vez não pacífica) significa descer ao papel de sofista.

A época do capitalismo contemporâneo mostra-nos que se estão a estabelecer determinadas relações entre os grupos capitalistas **com base** na partilha económica do mundo, e que, ao mesmo tempo, em ligação com isto, se estão a estabelecer entre os grupos políticos, entre os Estados, determinadas relações com base na partilha territorial do mundo, na luta pelas colónias, na «luta pelo território económico».

100Vogelstein, *Organisationsformen*, S. 100.

101 Liefmann, *Kartelle und Trusts*, 1. A., S. 161.

VI. A partilha do mundo entre as grandes potências

No seu livro sobre o «desenvolvimento territorial das colónias europeias»¹⁰², o geógrafo A. Supan dá o seguinte resumo desse desenvolvimento nos fins do século XIX:

Percentagem de território pertencente às potências coloniais europeias e aos Estados Unidos

	1876	1900	Diferença
Na África	10,8%	90,4%	79,6%
Na Polinésia	56,8%	98,9%	42,1%
Na Ásia	51,5%	56,6%	5,1%
Na Austrália	100,0%	100,0%	-
Na América	27,5%	27,2%	-0,3%

«O traço característico deste período», conclui o autor, «é, por conseguinte, a partilha da África e da Polinésia.» Como nem na Ásia nem na América existem terras desocupadas, isto é, que não pertençam a nenhum Estado, há que ampliar a conclusão de Supan e dizer que o traço característico do período que nos ocupa é a partilha definitiva do planeta, definitiva não no sentido de ser impossível **reparti-lo de novo** - pelo contrário, novas partilhas são possíveis e inevitáveis -, mas no sentido de que a política colonial dos países capitalistas **já completou** a conquista de todas as terras não ocupadas que havia no nosso planeta. Pela primeira vez, o mundo encontra-se já repartido, de tal modo que, no futuro, **só** se poderão efectuar novas partilhas, ou seja, a passagem de territórios de um proprietário para outro, e não a passagem de um território sem proprietário para um «dono».

Vivemos, por conseguinte, numa época peculiar da política colonial mundial, que se encontra intimamente relacionada com a «fase mais recente de desenvolvimento do capitalismo», com o capital financeiro. Por isso é necessário determo-nos mais pormenorizadamente acima de tudo nos dados concretos, para formarmos uma ideia o mais precisa possível da diferença existente entre esta época e as anteriores, assim como da situação actual. Em primeiro lugar surgem duas questões concretas: verifica-se uma acentuação da política colonial, uma exacerbação da luta pelas colónias, precisamente na época do capital financeiro? Como precisamente se encontra repartido o mundo, na actualidade, deste ponto de vista?

O escritor americano Morris, no seu livro sobre a história da colonização¹⁰³, procura reunir os dados sobre a extensão das possessões coloniais da Inglaterra, França e Alemanha nos diferentes períodos do século XIX. Eis, brevemente expostos, os resultados obtidos:

Dimensão das possessões coloniais

Anos	Inglaterra		França		Alemanha	
	Superfície (em milhões de milhas quadradas)	População (em milhões)	Superfície (em milhões de milhas quadradas)	População (em milhões)	Superfície (em milhões de milhas quadradas)	População (em milhões)
1815-1830	?	126,4	0,02	0,5	-	-
1860	2,5	145,1	0,2	3,4	-	-
1880	7,7	267,9	0,7	7,5	-	-
1899	9,3	309	3,7	56,4	1	14,7

102 A. Supan, *Die territoriale Entwicklung der europäischen Kolonien*, 1906, S. 254.

103 Henry C. Morris, *The History of Colonization*, N. Y., 1900, vol. II, p. 88; I, 419; II, 304.

Para a Inglaterra, o período de enorme intensificação das conquistas coloniais corresponde aos anos de 1860 a 1890 e é muito considerável durante os últimos vinte anos do século XIX. Para a França e para a Alemanha corresponde exactamente a esses vinte anos. Vimos atrás que o período de desenvolvimento máximo do capitalismo pré-monopolista, o capitalismo em que predomina a livre concorrência, vai de 1860 a 1870. Agora vemos que é **exactamente depois desse período** que começa o enorme «ascenso» de conquistas coloniais, que se exacerba até um grau extraordinário a luta pela partilha territorial do mundo. É indubitável, por conseguinte, que a passagem do capitalismo à fase do capitalismo monopolista, ao capital financeiro, **se encontra relacionada** com a exacerbação da luta pela partilha do mundo.

Hobson destaca no seu livro sobre o imperialismo os anos que vão de 1884 a 1900 como um período de intensa «expansão» (aumento territorial) dos principais Estados europeus. Segundo os seus cálculos, a Inglaterra adquiriu durante esse período 3 700 000 milhas quadradas com uma população de 57 milhões de habitantes; a França, 3 600 000 milhas quadradas com 36,5 milhões de habitantes; a Alemanha, 1 000 000 de milhas quadradas com 14,7 milhões de habitantes; a Bélgica, 900 000 milhas quadradas com 30 milhões de habitantes; Portugal, 800 000 milhas quadradas com 9 milhões de habitantes. Em fins do século XIX, sobretudo a partir da década de 1880, todos os Estados capitalistas se esforçaram por adquirir colónias, o que constitui um facto universalmente conhecido da história da diplomacia e da política externa.

Na época de maior florescimento da livre concorrência na Inglaterra, entre 1840 e 1860, os dirigentes políticos burgueses deste país eram **adversários** da política colonial, e consideravam útil e inevitável a emancipação das colónias e a sua separação completa da Inglaterra. M. Beer diz, num artigo publicado em 1898 sobre o «imperialismo inglês contemporâneo»¹⁰⁴, que em 1852 um estadista britânico como Disraeli, tão favorável em geral ao imperialismo, declarava que «as colónias são uma mó que trazemos atada ao pescoço». Em contrapartida, em fins do século XIX, os heróis do dia na Inglaterra eram Cecil Rhodes e Joseph Chamberlain, que preconizavam abertamente o imperialismo e aplicavam uma política imperialista com o maior cinismo!

Não deixa de ter interesse assinalar que esses dirigentes políticos da burguesia inglesa viam já então claramente a ligação existente entre as raízes puramente económicas, por assim dizer, do imperialismo moderno e as suas raízes sociais e políticas. Chamberlain preconizava o imperialismo como uma «política justa, prudente e económica», assinalando sobretudo a concorrência com que choca agora a Inglaterra no mercado mundial por parte da Alemanha, da América e da Bélgica. A salvação está no monopólio, diziam os capitalistas, ao fundar cartéis, sindicatos, *trusts*. A salvação está no monopólio, repetiam os chefes políticos da burguesia, apressando-se a apoderar-se das partes do mundo ainda não repartidas. E Cecil Rhodes, segundo conta um seu amigo íntimo, o jornalista Stead, dizia-lhe em 1895, a propósito das suas ideias imperialistas: «Ontem estive no East-End londrino (bairro operário) e assisti a uma assembleia de desempregados. Ao ouvir ali discursos exaltados cuja nota dominante era: pão!, pão!, e ao reflectir, de regresso a casa, sobre o que tinha ouvido, convenci-me, mais do que nunca, da importância do imperialismo... A ideia que acalento representa a solução do problema social: para salvar os 40 milhões de habitantes do Reino Unido de uma mortífera guerra civil, nós, os políticos coloniais, devemos apoderar-nos de novos territórios; para eles enviaremos o excedente de população e neles encontraremos novos mercados para os produtos das nossas fábricas e das nossas minas. O império, sempre o tenho dito, é uma questão de estômago. Se quereis evitar a guerra civil, deveis tornar-vos imperialistas.»¹⁰⁵

Assim falava em 1895 Cecil Rhodes, milionário, rei da finança e principal responsável da guerra anglo-bóer. Esta defesa do imperialismo é simplesmente um pouco grosseira, cínica mas, no fundo,

104 *Die Neue Zeit*, XVI, I, 1898, S. 302.

105 *Die Neue Zeit*, XVI, I, 1898, S. 304.

não se diferencia da «teoria» dos senhores Maslov, Sudekum, Potressov, David, do fundador do marxismo russo¹⁰⁶, etc., etc. Cecil Rhodes era um social-chauvinista um pouco mais honesto...

Para dar um panorama o mais exacto possível da partilha territorial do globo e das mudanças havidas, sob este aspecto, durante os últimos decénios, utilizaremos os resumos que Supan fornece na obra mencionada sobre as possessões coloniais de todas as potências do mundo. O autor compara os anos de 1876 e de 1900; nós tomaremos o ano de 1876 - ponto de referência muito acertadamente escolhido, já que se pode considerar, em termos gerais, ser precisamente então que termina o desenvolvimento do capitalismo da Europa ocidental na sua fase pré-monopolista - e o ano de 1914, substituindo os números de Supan pelos mais recentes de Hubner, que extraímos das suas *Tabelas Geográfico-Estatísticas*. Supan estuda só as colónias; nós consideramos útil (para que o quadro da partilha do mundo seja completo) acrescentar uns breves dados sobre os países não coloniais e as semicolónias, entre as quais incluímos a Pérsia, a China e a Turquia: o primeiro destes países transformou-se já quase completamente em colónia; o segundo e o terceiro estão a caminho de se converterem.

Como resultado, obteremos o seguinte:

Possessões coloniais das grandes potências
(em milhões de quilómetros quadrados e em milhões de habitantes)

	Colónias				Metrópoles		Total	
	1876		1914		1914		1914	
	m2	Hab.	m2	Hab.	m2	Hab.	m2	Hab.
Inglaterra	22,5	251,9	33,5	393,5	0,3	46,5	33,8	440,0
Rússia	17,0	15,9	17,4	33,2	5,4	136,2	22,8	169,4
França	0,9	6,0	10,6	55,5	0,5	39,6	11,1	95,1
Alemanha	-	-	2,9	12,3	0,5	64,9	3,4	77,2
Estados Unidos	-	-	0,3	9,7	9,4	97,0	9,7	106,7
Japão	-	-	0,3	19,2	0,4	53,0	0,7	72,2
Total para as 6 grandes potências	40,4	273,8	65,0	523,4	16,5	437,2	81,5	960,6
Colónias das Outras potências (Bélgica, Holanda, etc.)							9,9	45,3
Semicolónias (Pérsia, China, Turquia)							14,5	361,2
Outros Países							28,0	289,9
Toda a Terra							133,9	1657,0

Vê-se claramente como em fins do século XIX e princípios do século XX tinha já «terminado» a partilha do mundo. As possessões coloniais aumentaram em proporções gigantescas depois de 1876: em mais de uma vez e meia, de 40 para 65 milhões de quilómetros quadrados, para as seis potências mais importantes; o aumento é de 25 milhões de quilómetros quadrados, uma vez e meia mais do que a superfície das metrópoles (16,5 milhões). Três potências não possuíam colónias em 1876 e uma quarta, a França, quase não as tinha. No ano de 1914 essas quatro potências tinham adquirido colónias com uma superfície de 14,1 milhões de quilómetros quadrados, isto é, cerca de uma vez e meia mais do que a superfície da Europa, com uma população de quase 100 milhões de habitantes.

106 G. V. Plekhánov. (N. Ed.)

A desigualdade na expansão colonial é muito grande. Se compararmos, por exemplo, a França, a Alemanha e o Japão, que não são muito diferentes quanto à superfície e ao número de habitantes, verificamos que o primeiro desses países adquiriu quase três vezes mais colónias (do ponto de vista da superfície) que o segundo e o terceiro juntos. Mas pela importância do capital financeiro a França, em princípio do período considerado, era talvez também várias vezes mais rica do que a Alemanha e o Japão juntos. A extensão das possessões coloniais não depende só das condições puramente económicas, mas também, na base destas, das condições geográficas, etc., etc. Por vigoroso que tenha sido, durante os últimos decénios, o nivelamento do mundo, a igualização das condições económicas e de vida dos diferentes países sob a pressão da grande indústria, da troca e do capital financeiro, a diferença continua a ser, no entanto, respeitável e entre os seis países indicados encontramos, por um lado, países capitalistas jovens, que progrediram com uma rapidez extraordinária (a América, a Alemanha e o Japão); por outro lado, há países capitalistas velhos que, durante os últimos anos, progrediram muito mais lentamente do que os anteriores (a França e a Inglaterra); em terceiro lugar figura um país, o mais atrasado do ponto de vista económico (a Rússia), no qual o imperialismo capitalista moderno se encontra envolvido, por assim dizer, numa rede particularmente densa de relações pré-capitalistas.

Ao lado das possessões coloniais das grandes potências colocámos as colónias menos importantes dos Estados pequenos, que são, por assim dizer, o objectivo imediato da «nova partilha» das colónias, partilha possível e provável. A maior parte desses Estados pequenos conserva as suas colónias unicamente graças ao facto de existirem interesses opostos, fricções, etc., entre as grandes potências que dificultam um acordo para a partilha do saque. Quanto aos Estados «semicoloniais», dão-nos um exemplo das formas de transição que encontramos em todas as esferas da natureza e da sociedade. O capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações económicas e internacionais que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa, como veremos seguidamente. Mas, compreende-se, a subordinação mais lucrativa e «cómoda» para o capital financeiro é uma subordinação **tal** que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos. Os países semicoloniais são típicos, neste sentido, como «caso intermédio». Compreende-se, pois, que a luta por esses países semidependentes se tenha forçosamente exacerbado, principalmente na época do capital financeiro, quando o resto do mundo se encontrava já repartido.

A política colonial e o imperialismo existiam já antes da fase mais recente do capitalismo e até antes do capitalismo. Roma, baseada na escravatura, manteve uma política colonial e exerceu o imperialismo. Mas as considerações «gerais» sobre o imperialismo, que esquecem ou relegam para segundo plano as diferenças radicais entre as formações económico-sociais, degeneram inevitavelmente em trivialidades ocas ou em jactâncias, tais como a de comparar «a grande Roma com a Grã-Bretanha»¹⁰⁷. Mesmo a política colonial capitalista das fases **anteriores** do capitalismo é essencialmente diferente da política colonial do capital financeiro.

A particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões. Estes monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem nas suas mãos **todas** as fontes de matérias-primas, e já vimos com que ardor as associações internacionais de capitalistas se esforçam por retirar ao adversário toda a possibilidade de concorrência, por adquirir, por exemplo, as terras que contêm minério de ferro, os jazigos de petróleo, etc. A posse de colónias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é

107 C. P. Lucas, *Greater Rome and Greater Britain*, Oxf., 1912; ou Earl of Cromer, *Ancient and Modern Imperialism*, L., 1910.

a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colónias.

«Pode arriscar-se a afirmação», escreve Schilder, «que a alguns parecerá paradoxal, de que o crescimento da população urbana e industrial, num futuro mais ou menos próximo, pode encontrar mais obstáculos na insuficiência de matérias-primas para a indústria do que na de produtos alimentares.» É assim que, por exemplo, se acentua a escassez de madeira, que vai encarecendo cada vez mais, de peles e de matérias-primas para a indústria têxtil. «As associações de industriais tentam estabelecer o equilíbrio entre a agricultura e a indústria no quadro de toda a economia mundial; como exemplo pode citar-se a união internacional das associações de fabricantes de tecidos de algodão, que reúne alguns dos países industriais mais importantes, fundada em 1904, e a união europeia de associações de fabricantes de tecidos de linho, constituída em 1910 à imagem da anterior.»¹⁰⁸

Claro que os reformistas burgueses, e entre eles sobretudo os kautskistas actuais, procuram atenuar a importância desses factos, afirmando que as matérias-primas «poderiam ser» adquiridas no mercado livre sem uma política colonial «cara e perigosa», que a oferta de matérias-primas «poderia ser» aumentada em proporções gigantescas com o «simples» melhoramento das condições da agricultura em geral. Mas essas afirmações convertem-se numa apologia do imperialismo, no seu embelezamento, pois baseiam-se no esquecimento da particularidade principal do capitalismo contemporâneo: os monopólios. O mercado livre passa cada vez mais para o domínio da história, os sindicatos e *trusts* monopolistas vão-no reduzindo de dia para dia, e o «simples» melhoramento das condições da agricultura traduz-se no melhoramento da situação das massas, na elevação dos salários e na diminuição dos lucros. Onde existem, a não ser na fantasia dos reformistas melífluos, *trusts* capazes de se preocuparem com a situação das massas e não com a conquista de colónias?

Para o capital financeiro não são apenas as fontes de matérias-primas já descobertas que têm importância, mas também as possíveis, pois a técnica avança, nos nossos dias, com uma rapidez incrível, e as terras hoje não aproveitáveis podem tornar-se amanhã terras úteis, se forem descobertos novos métodos (para cujo efeito um banco importante pode enviar uma expedição especial de engenheiros, agrónomos, etc.), se forem investidos grandes capitais. O mesmo acontece com a exploração de riquezas minerais, com os novos métodos de elaboração e utilização de tais ou tais matérias-primas, etc., etc. Daí a tendência inevitável do capital financeiro para ampliar o seu território económico e até o seu território em geral. Do mesmo modo que os *trusts* capitalizam os seus bens, atribuindo-lhes o dobro ou o triplo do seu valor, tomando em consideração os lucros «possíveis» no futuro (e não os lucros presentes) e tendo em conta os resultados ulteriores do monopólio, o capital financeiro manifesta a tendência geral para se apoderar das maiores extensões possíveis de território, seja ele qual for, encontre-se onde se encontrar, por qualquer meio, pensando nas fontes possíveis de matérias-primas e temendo ficar para trás na luta furiosa para alcançar as últimas parcelas do mundo ainda não repartidas ou por conseguir uma nova partilha das já repartidas.

Os capitalistas ingleses procuram por todos os meios ampliar a produção de algodão na **sua** colónia, o Egipto (em 1904, dos 2 300 000 hectares de terra cultivada no Egipto, 600 000, isto é, mais da quarta parte, eram já destinados a algodão); os russos fazem o mesmo no Turquestão, que é uma colónia **sua**. Deste modo, é-lhes mais fácil vencer os seus concorrentes estrangeiros, é-lhes mais fácil monopolizar as fontes de matérias-primas, criar um *trust* têxtil mais económico e mais lucrativo, com produção «combinada», que concentre numa só mão **todas** as fases da produção e da transformação do algodão.

108 Schilder, *ob. cit.*, pp. 38-42.

Os interesses da exportação de capitais levam do mesmo modo à conquista de colónias, pois no mercado colonial é mais fácil (e por vezes só nele é possível), utilizando meios monopolistas, suprimir o concorrente, garantir encomendas, consolidar as «relações» necessárias, etc.

A superestrutura extra-económica que se ergue sobre a base do capital financeiro, a política e a ideologia deste, reforçam a tendência para as conquistas coloniais. «O capital financeiro não quer a liberdade, mas a dominação», diz com razão Hilferding. E um escritor burguês da França, como se ampliasse e completasse as ideias de Cecil Rhodes que citámos atrás, afirma que é necessário juntar as causas de ordem social às causas económicas da política colonial contemporânea: «em consequência das crescentes dificuldades da vida, que não atingem só as multidões operárias, mas também as classes médias, em todos os países de velha civilização estão a acumular-se "impaciências, rancores e ódios que ameaçam a paz pública; energias desviadas do seu meio social, que é preciso captar para as empregar fora do país, se não quisermos que expludam no interior"». ¹⁰⁹

Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha económica e política do mundo, originam abundantes formas **transitórias** de dependência estatal. Desta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países - os que possuem colónias e as colónias -, mas também as formas variadas de países dependentes que, de um ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática. Uma destas formas, a semicolónia, indicámo-la já anteriormente. Modelo de outra forma é, por exemplo, a Argentina.

«A América do Sul, e sobretudo a Argentina», diz Schulze-Gaevernitz no seu livro sobre o imperialismo britânico, «encontra-se em tal dependência financeira relativamente a Londres que quase a devemos qualificar de colónia comercial inglesa.» ¹¹⁰ Segundo Schilder, os capitais investidos pela Inglaterra na Argentina, de acordo com os dados fornecidos em 1909 pelo cônsul austro-húngaro em Buenos Aires, ascendiam a 8750 milhões de francos. Não é difícil imaginar as fortes relações que isto assegura ao capital financeiro - e à sua fiel «amiga», a diplomacia - da Inglaterra com a burguesia da Argentina, com os círculos dirigentes de toda a sua vida económica e política.

O exemplo de Portugal mostra-nos uma forma um pouco diferente de dependência financeira e diplomática, ainda que conservando a independência política. Portugal é um Estado independente, soberano, mas na realidade há mais de duzentos anos, desde a Guerra da Sucessão de Espanha (1701-1714), que está sob o protectorado da Inglaterra. A Inglaterra defendeu-o, e defendeu as possessões coloniais portuguesas, para reforçar as suas próprias posições na luta contra os seus adversários: a Espanha e a França. A Inglaterra obteve em troca vantagens comerciais, melhores condições para a exportação de mercadorias e, sobretudo, para a exportação de capitais para Portugal e suas colónias, pôde utilizar os portos e as ilhas de Portugal, os seus cabos telegráficos, etc., etc. ¹¹¹ Este género de relações entre grandes e pequenos Estados sempre existiu, mas na época do imperialismo capitalista tornam-se sistema geral, entram, como um elemento entre tantos outros, na formação do conjunto de relações que regem a «partilha do mundo», passam a ser elos da cadeia de operações do capital financeiro mundial.

Para terminar com o que diz respeito à partilha do mundo devemos notar ainda o seguinte. Não só as publicações americanas depois da guerra hispano-americana, e as inglesas depois da guerra anglo-bóer, apresentaram o assunto de um modo completamente aberto e definido em fins do século

109 Wahl, *La France aux colonies*, cit. por Henri Russier, *Le Partage de l'Océanie*, P., 1905, p. 165.

110 Schulze-Gaevernitz, *Britischer Imperialismus und englischer Freihandel zu Beginn des 20-ten Jahrhunderts*, Lpz. 1906, S. 318. O mesmo diz Sartorius von Waltershausen, *Das volkswirtschaftliche System der Kapitalanlage im Auslande*, Berlin 1907, S. 46.

111 Schilder, *ob. cit.*, t. I, pp. 160-161.

XIX e princípios do século XX; não só as publicações alemãs, que seguiam «de maneira mais zelosa» o desenvolvimento do «imperialismo britânico», têm vindo a apreciar sistematicamente este facto. Também as publicações burguesas de França apresentaram a questão de modo suficientemente claro e amplo, na medida em que isso é possível de um ponto de vista burguês. Referimo-nos ao historiador Driault, autor de *Problemas Políticos e Sociais de Fins do Século XIX*, que diz o seguinte, no capítulo sobre «As grandes potências e a partilha do mundo»: «Nestes últimos anos, todos os territórios livres do globo, com excepção da China, foram ocupados pelas potências da Europa ou pela América do Norte. Produziram-se já, com base nisto, alguns conflitos e deslocamentos de influência, precursoras de transformações mais terríveis num futuro próximo. Porque é preciso andar depressa: as nações que não se abasteceram correm o risco de não o estarem nunca e de não tomarem parte na exploração gigantesca do globo, que será um dos factos mais essenciais do próximo século (isto é, do século XX). Eis por que toda a Europa e a América se viram recentemente presas da febre de expansão colonial, do "imperialismo", que é a característica mais notável dos fins do século XIX.» E o autor acrescenta: «Com essa partilha do mundo, com essa corrida furiosa atrás das riquezas e dos grandes mercados da Terra, a força relativa dos impérios criados neste século XIX não tem já qualquer proporção com o lugar que ocupam na Europa as nações que os criaram. As potências predominantes na Europa, que são os árbitros dos seus destinos, **não** predominam igualmente no mundo. E como o poderio colonial, esperança de riquezas ainda não calculadas, se repercutirá evidentemente na força relativa dos Estados europeus, a questão colonial - o "imperialismo", se assim preferirmos chamar-lhe -, que modificou já as condições políticas da própria Europa, modificá-las-á cada vez mais.»¹¹²

112 J. E. Driault, *Problèmes politiques et sociaux*, P., 1900, p. 299.

VII. O imperialismo, fase particular do capitalismo

Precisamos agora de tentar fazer um balanço, resumir o que dissemos atrás sobre o imperialismo. O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação directa das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura económica e social mais elevada. O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista económico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral, o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os *trusts* e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam milhares de milhões. Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos. O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior.

Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido.

Mas as definições excessivamente breves, se bem que cómodas, pois contêm o principal, são insuficientes, já que é necessário extrair delas especialmente traços muito importantes do que é preciso definir. Por isso, sem esquecer o carácter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas relações de um fenómeno no seu completo desenvolvimento, convém dar uma definição do imperialismo que inclua os cinco traços fundamentais seguintes: 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida económica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse «capital financeiro», da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a Terra entre os países capitalistas mais importantes.

Mais adiante veremos como se pode e deve definir de outro modo o imperialismo, se tivermos em conta não só os conceitos fundamentais puramente económicos (aos quais se limita a definição que demos), mas também o lugar histórico que esta fase do capitalismo ocupa relativamente ao capitalismo em geral, ou a relação entre o imperialismo e as duas tendências fundamentais do movimento operário. O que agora há a considerar é que, interpretado no sentido referido, o imperialismo representa, indubitavelmente, uma fase particular de desenvolvimento do capitalismo.

Para dar ao leitor uma ideia o mais fundamentada possível do imperialismo, procurámos deliberadamente reproduzir o maior número de opiniões de economistas **burgueses** que se viram obrigados a reconhecer os factos da economia capitalista moderna, estabelecidos de maneira particularmente incontrovertida. Com o mesmo fim, reproduzimos dados estatísticos minuciosos que permitem ver até que ponto cresceu o capital bancário, etc., que expressão concreta teve a transformação da quantidade em qualidade, a transição do capitalismo desenvolvido para o imperialismo. Escusado é dizer, evidentemente, que na natureza e na sociedade todos os limites são convencionais e mutáveis, que seria absurdo discutir, por exemplo, sobre o ano ou a década precisos em que se instaurou «definitivamente» o imperialismo.

Mas sobre a definição do imperialismo vemo-nos obrigados a discutir sobretudo com K. Kautsky, o principal teórico marxista da época da chamada II Internacional, isto é, dos vinte e cinco anos compreendidos entre 1889 e 1914. Kautsky pronunciou-se decididamente em 1915, e mesmo em Novembro de 1914, contra as ideias fundamentais expressas na nossa definição do imperialismo, declarando que por imperialismo se deve entender não uma «fase» ou um grau da economia, mas uma política, e uma política determinada, a política «preferida» pelo capital financeiro; que não se pode «identificar» o imperialismo com o «capitalismo contemporâneo», que, se a noção de imperialismo abarca «todos os fenómenos do capitalismo contemporâneo» - cartéis, protecção, dominação dos financeiros, política colonial - então o problema da necessidade do imperialismo para o capitalismo transforma-se na «tautologia mais trivial», pois nesse caso, «naturalmente, o imperialismo é uma necessidade vital para o capitalismo», etc. Expressaremos com a máxima exactidão o pensamento de Kautsky se reproduzirmos a sua definição do imperialismo, diametralmente oposta à essência das ideias que nós expomos (pois as objecções procedentes do campo dos marxistas alemães, que defenderam ideias semelhantes durante longos anos, são já conhecidas desde há muito por Kautsky como objecções de uma corrente determinada do marxismo).

A definição de Kautsky é a seguinte:

«O imperialismo é um produto do capitalismo industrial altamente desenvolvido. Consiste na tendência de toda a nação capitalista industrial para submeter ou anexar cada vez mais regiões **agrárias** (o sublinhado é de Kautsky), quaisquer que sejam as nações que as povoam.»¹¹³

Esta definição não serve absolutamente para nada, visto que destaca de um modo unilateral, isto é, arbitrário, apenas o problema nacional (se bem que seja da maior importância, tanto em si como na sua relação com o imperialismo), relacionando-o arbitrariamente e **erradamente só** com o capital industrial dos países que anexam outras nações, e colocando em primeiro plano, da mesma forma arbitrariamente e errada, a anexação das regiões agrárias.

O imperialismo é uma tendência para as anexações; eis a que se reduz a parte **política** da definição de Kautsky. É justa, mas extremamente incompleta, pois no aspecto político o imperialismo é, em geral, uma tendência para a violência e para a reacção. Mas o que neste caso nos interessa é o aspecto **económico**, que o **próprio** Kautsky introduziu na **sua** definição. As inexactidões da definição de Kautsky saltam à vista. O que é característico do imperialismo **não** é precisamente o capital industrial **mas** o capital financeiro. Não é um fenómeno casual o facto de, em França, precisamente o desenvolvimento particularmente rápido do capital **financeiro**, que coincidiu com um enfraquecimento do capital industrial, ter provocado, a partir da década de 80 do século passado, uma intensificação extrema da política anexacionista (colonial). O que é característico do imperialismo é precisamente a tendência para a anexação **não só** das regiões agrárias mas também das mais industriais (apetites alemães a respeito da Bélgica, dos franceses quanto à Lorena), pois, em primeiro lugar, estando já concluída a divisão do globo, isso obriga, para fazer uma **nova**

113 *Die Neue Zeit*, 1914, 2 (Bd. 32), S. 909, 11 de Setembro de 1914; cf. 1915, 2, S. 107 e segs.

partilha, a estender a mão sobre todo o tipo de territórios; em segundo lugar, faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações à hegemonia, isto é, a apoderarem-se de territórios não tanto directamente para si, como para enfraquecer o adversário e minar a sua hegemonia (para a Alemanha, a Bélgica tem uma importância especial como ponto de apoio contra a Inglaterra; para a Inglaterra, tem-na Bagdade como ponto de apoio contra a Alemanha, etc.).

Kautsky remete-se particularmente - e repetidas vezes - aos ingleses, que, diz ele, formularam a significação puramente política da palavra «imperialismo» no sentido em que ele a entende. Tomamos o inglês Hobson e lemos no seu livro *O Imperialismo*, publicado em 1902:

«O novo imperialismo distingue-se do velho, primeiro porque, em vez da aspiração de um só império crescente, segue a teoria e a prática de impérios rivais, cada um deles guiando-se por idênticos apetites de expansão política e de lucro comercial; segundo, porque os interesses financeiros, ou relativos ao investimento de capital, predominam sobre os interesses comerciais.»¹¹⁴

Como vemos, Kautsky não tem de facto razão alguma ao remeter-se aos ingleses em geral (os únicos a que poderia remeter-se seriam os imperialistas ingleses vulgares ou os apologistas declarados do imperialismo). Vemos que Kautsky, que pretende continuar a defender o marxismo, na realidade dá um passo atrás em relação ao **social-liberal** Hobson, o qual tem em conta, com **mais acerto** do que ele, as duas particularidades «históricas concretas» (Kautsky, com a sua definição, troça precisamente do carácter histórico concreto!) do imperialismo contemporâneo: 1) concorrência de **vários** imperialismos; 2) domínio do financeiro sobre o comerciante. Se o essencial consiste em que um país industrial anexa um país agrário, então atribui-se o papel principal ao comerciante.

A definição de Kautsky, além de ser errada e de não ser marxista, serve de base a todo um sistema de concepções que rompem em toda a linha com a teoria marxista e com a actuação prática marxista de que falaremos mais adiante. Carece absolutamente de seriedade a discussão de palavras promovida por Kautsky: como se deve qualificar a fase actual do capitalismo: de imperialismo ou de fase do capital financeiro? Chame-se-lhe como se queira, isso é indiferente. O essencial é que Kautsky separa a política do imperialismo da sua economia, falando das anexações como da política «preferida» pelo capital financeiro, e opondo a ela outra política burguesa possível, segundo ele, sobre a mesma base do capital financeiro. Conclui-se que os monopólios, na economia, são compatíveis com o modo de actuar não monopolista, não violento, não anexacionista, em política. Conclui-se que a partilha territorial do mundo, terminada precisamente na época do capital financeiro, e que é a base da peculiaridade das formas actuais de rivalidade entre os maiores Estados capitalistas, é compatível com uma política não imperialista. Daqui resulta que, deste modo, se dissimulam, se ocultam as contradições mais fundamentais da fase actual do capitalismo, em vez de as pôr a descoberto em toda a sua profundidade; daqui resulta reformismo burguês em vez de marxismo.

Kautsky discute com Cunow, apologista alemão do imperialismo e das anexações, que discorre de uma maneira grosseira e cínica: o imperialismo é o capitalismo contemporâneo; o desenvolvimento do capitalismo é inevitável e progressivo; por conseguinte, o imperialismo é progressivo; por conseguinte devemos prosternar-nos diante do imperialismo e glorificá-lo! Este raciocínio parece-se, de certo modo, com a caricatura dos marxistas russos que os populistas faziam nos anos de 1894 e 1895; se os marxistas consideram que o capitalismo é inevitável e progressivo na Rússia, diziam os populistas, devem dedicar-se a abrir tabernas e a fomentar o capitalismo. Kautsky objecta a Cunow: não, o imperialismo não é o capitalismo contemporâneo, mas apenas uma das formas da sua política: podemos e devemos lutar contra essa política, lutar contra o imperialismo, contra as anexações, etc.

114 Hobson, *Imperialism*, L., 1902, p. 324.

A objecção, completamente plausível na aparência, equivale, na realidade, a uma defesa mais subtil, mais velada (e por isso mesmo mais perigosa), da conciliação com o imperialismo, pois uma «luta» contra a política dos *trusts* e dos bancos que deixe intactas as bases da economia de uns e outros não passa de reformismo e pacifismo burgueses, não vai além das boas e inofensivas intenções. Voltar as costas às contradições existentes e esquecer as mais importantes, em vez de as descobrir em toda a sua profundidade: é isso a teoria de Kautsky, o que nada tem a ver com o marxismo. E, naturalmente, semelhante «teoria» não procura outro fim que não seja defender a ideia da unidade com os Cunow!

«Do ponto de vista puramente económico», escreve Kautsky, «não está excluído que o capitalismo passe ainda por uma nova fase: a aplicação da política dos cartéis à política externa, a fase do ultra-imperialismo»¹¹⁵, isto é, o superimperialismo, a união dos imperialismos de todo o mundo, e não a luta entre eles, a fase da cessação das guerras sob o capitalismo, a fase da «exploração geral do mundo pelo capital financeiro, unido internacionalmente»¹¹⁶.

Será preciso que nos detenhamos mais adiante nesta «teoria do ultra-imperialismo», com o fim de demonstrar em pormenor até que ponto ela rompe irremediável e decididamente com o marxismo. O que aqui devemos fazer, de acordo com o plano geral do nosso trabalho, é passar uma vista de olhos pelos dados económicos precisos relativos a este problema. Será possível o «ultra-imperialismo» «do ponto de vista puramente económico», ou será isto um ultradisparate?

Se por ponto de vista puramente económico se entende a «pura» abstracção, tudo o que se pode dizer reduz-se à tese seguinte: o desenvolvimento vai na direcção do monopólio; portanto vai na direcção do monopólio mundial único, de um *trust* mundial único. Isto é indiscutível, mas ao mesmo tempo é uma perfeita vacuidade, como seria o dizer-se que «o desenvolvimento vai» no sentido da produção dos artigos alimentares em laboratórios. Neste sentido, a «teoria» do ultra-imperialismo é tão absurda como seria a «teoria da ultra-agricultura».

Mas se falamos das condições «puramente económicas» da época do capital financeiro como de uma época historicamente concreta, localizada nos princípios do século XX, a melhor resposta às abstracções mortas do «ultra-imperialismo» (que servem exclusivamente um propósito dos mais reaccionários: desviar a atenção das profundas contradições **existentes**) é contrapor-lhes a realidade económica concreta da economia mundial moderna. As ocas divagações de Kautsky sobre o ultra-imperialismo estimulam, entre outras coisas, a ideia profundamente errada, que leva a água ao moinho dos apologistas do imperialismo, de que a dominação do capital financeiro **atenua** a desigualdade e as contradições da economia mundial, quando, na realidade, o que faz é **acentuá-las**.

R. Calwer, no opúsculo *Introdução à Economia Mundial*¹¹⁷, procurou resumir os principais dados puramente económicos que permitem ter uma ideia concreta das relações dentro da economia mundial em fins do século XIX e princípios do século XX. Calwer divide o mundo em cinco «regiões económicas principais»: 1) a da Europa Central (toda a Europa, com excepção da Rússia e da Inglaterra); 2) a britânica; 3) a da Rússia; 4) a oriental asiática, e 5) a americana, incluindo as colónias nas «regiões» dos Estados a que pertencem e «deixando de lado» alguns países não incluídos nas regiões, por exemplo: a Pérsia, o Afeganistão e a Arábia, na Ásia; Marrocos e a Abissínia, na África, etc.

O seguinte quadro reflecte, de forma resumida, os dados económicos sobre as regiões citadas fornecidos pelo referido autor.

115 *Die Neue Zeit*, 1914, 2 (Bd. 32), S. 921, 11 de Setembro de 1914; cf. 1915, 2, S. 107 e segs.

116 *Ibidem*, 1915, 1, S. 144, 30 de Abril de 1915.

117 R. Calwer, *Einführung in die Weltwirtschaft*, Berlin 1906.

Principais regiões económicas do mundo	Superfície (Milhões de Km)	População (Milhões de habitantes)	Meios de comunicação		Comércio Importações e Exportações (Em Milhares de Milhões de Marcs)	Indústria		
			Vias-Férreas (Milhares de Km)	Marinha Mercante (Milhões Toneladas)		Hulha (Em Milhões de Toneladas)	Gusa (Em Milhões de Toneladas)	Fusos na Indústria algodocira (milhões)
1) da Europa Central	27,6 (23,6)*	388 (146)*	204	8	41	251	15	26
2) Britânica	28,9 (28,6)*	398 (355)*	140	11	25	249	9	51
3) da Rússia	22	131	63	1	3	16	3	7
4) Orient asiática	12	389	8	1	2	8	0,02	2
5) Americana	30	148	379	6	14	245	14	19

*Os números entre parênteses indicam a extensão e população das colónias.

Vemos três regiões com um capitalismo altamente desenvolvido (alto desenvolvimento dos meios de comunicação, do comércio e da indústria): a da Europa Central, a britânica e a americana. Entre elas, três Estados que exercem o domínio do mundo: a Alemanha, a Inglaterra e os Estados Unidos. A rivalidade imperialista e a luta entre esses Estados encontram-se extremamente exacerbadas em virtude de a Alemanha dispor de uma região insignificante e de poucas colónias; a criação de uma «Europa Central» é ainda coisa do futuro e nasce por meio de uma luta desesperada. De momento, o traço característico de toda a Europa é o fraccionamento político. Nas regiões britânica e americana, pelo contrário, é muito elevada a concentração política, mas há uma desproporção enorme entre a imensidão das colónias da primeira e a insignificância das que a segunda possui. E nas colónias o capitalismo apenas começa a desenvolver-se. A luta pela América do Sul vai-se exacerbando cada dia mais.

Há duas regiões nas quais o capitalismo está fracamente desenvolvido: a da Rússia e a asiática oriental. Na primeira, a densidade da população é extremamente fraca; na segunda, é elevadíssima; na primeira, a concentração política é grande; na segunda não existe. A partilha da China mal começou, e a luta entre o Japão, os Estados Unidos, etc., para se apoderarem dela é cada vez mais intensa.

Comparai esta realidade - a variedade gigantesca de condições económicas e políticas, a desproporção extrema na rapidez de desenvolvimento dos diferentes países, etc., a luta furiosa entre os Estados imperialistas - com a ingénua fábula de Kautsky sobre o ultra-imperialismo «pacífico». Não será isto a tentativa reaccionária de um filisteu assustado que quer esconder-se da terrível realidade? Será que os cartéis internacionais, nos quais Kautsky vê os germes do «ultra-imperialismo» (do mesmo modo que a produção de comprimidos nos laboratórios «podéria» qualificar-se de embrião da ultra-agricultura), não nos mostram o exemplo da divisão e de uma **nova partilha** do mundo, a transição da partilha pacífica para a não pacífica, e inversamente? Será que o capital financeiro americano e o de outros países, que dividiram pacificamente entre eles todo o mundo, com a participação da Alemanha, por exemplo, no sindicato internacional dos carris de ferro ou no *trust* internacional da marinha mercante, não **redividem** hoje em dia o mundo com base na nova correlação de forças, correlação que se modifica de uma maneira que **nada** tem de

pacífico?

O capital financeiro e os *trusts* não atenuam, antes acentuam, a diferença entre o ritmo de crescimento dos diferentes elementos da economia mundial. E se a correlação de forças mudou, como podem resolver-se as contradições, **sob o capitalismo**, a não ser pela **força**? A estatística das vias-férreas¹¹⁸ proporciona dados extraordinariamente exactos sobre a diferença de ritmo quanto ao crescimento do capitalismo e do capital financeiro em toda a economia mundial. Durante as últimas décadas de desenvolvimento imperialista, a extensão das vias-férreas alterou-se do modo seguinte:

Vias-férreas
(em milhares de quilómetros)

	1890		1913		Aumento	
Europa		224		346		122
Estados Unidos da América		268		411		143
Conjunto das colónias	82		210		128	
Estados independentes ou semi-independentes da Ásia e América	43	125	137	347	94	222
Total		617		1104		

As vias-férreas desenvolveram-se, pois, com a maior rapidez nas colónias e nos Estados independentes (e semi-independentes) da Ásia e da América. É sabido que o capital financeiro dos quatro ou cinco Estados capitalistas mais importantes ordena e manda ali de modo absoluto. Duzentos mil quilómetros de novas vias-férreas nas colónias e noutros países da Ásia e América significam mais de 40 000 milhões de marcos de novos investimentos de capital em condições particularmente vantajosas, com garantias especiais de rendimento, com encomendas lucrativas para as fundições de aço, etc., etc.

Onde o capitalismo cresce mais rapidamente é nas colónias e nos países do ultramar. Entre eles aparecem **novas** potências imperialistas (o Japão). A luta entre os imperialistas mundiais agudiza-se. Aumenta o tributo que o capital financeiro recebe das empresas coloniais e do ultramar, particularmente lucrativas. Na partilha deste «saque», uma parte excepcionalmente grande vai parar a países que nem sempre ocupam um dos primeiros lugares do ponto de vista do ritmo de desenvolvimento das forças produtivas. Nas potências mais importantes, consideradas juntamente com as suas colónias, a extensão das vias-férreas era a seguinte:

(em milhares de quilómetros)

	1890	1913	Aumento
Estados Unidos	268	413	145
Império Britânico	107	208	101
Rússia	32	78	40
Alemanha	43	68	25
França	41	63	22
Total para as 5 potências	491	830	339

¹¹⁸ *Statistisches Jahrbuch für das deutsche Reich*, 1915; *Archiv für Eisenbahnwesen*, 1892. No que se refere a 1890, foi preciso determinar aproximadamente algumas pequenas particularidades sobre a distribuição das vias-férreas entre as colónias dos diferentes países.

Portanto, cerca de 80% de todas as vias-férreas encontram-se concentradas nas cinco potências mais importantes. Mas a concentração da **propriedade** das referidas vias, a concentração do capital financeiro, é ainda incomparavelmente maior, porque, por exemplo, a imensa maioria das acções e obrigações dos caminhos-de-ferro americanos, russos e de outros países pertence aos milionários ingleses e franceses.

Graças às suas colónias, a Inglaterra aumentou a «sua» rede ferroviária em 100 000 quilómetros, quatro vezes mais do que a Alemanha. Contudo, toda a gente sabe que o desenvolvimento das forças produtivas da Alemanha neste mesmo período, e sobretudo o desenvolvimento da produção hulheira e siderúrgica, foi incomparavelmente mais rápido do que na Inglaterra, sem falar já na França e na Rússia. Em 1892, a Alemanha produziu 4,9 milhões de toneladas de gusa, contra 6,8 da Inglaterra, enquanto em 1912 produzia já 17,6 contra 9,0, isto é, uma superioridade gigantesca sobre a Inglaterra!¹¹⁹ Perante isto, é de perguntar: **no terreno do capitalismo**, que outro meio poderia haver, a não ser a guerra, para eliminar a desproporção existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital, por um lado, e, por outro lado, a partilha das colónias e das «esferas de influência» do capital financeiro?

VIII. O parasitismo e a decomposição do capitalismo

119 Compare-se também com Edgar Crammond, «The economic relations of the british and german empires», em *Journal of the Royal Statistical Society*, 1914, July, pp. 777 e segs.

Convém agora determo-nos noutro aspecto muito importante do imperialismo, ao qual, ao fazerem-se considerações sobre este tema, não se concede, na maior parte dos casos, a atenção devida. Um dos defeitos do marxista Hilferding consiste em ter dado, neste campo, um passo atrás em relação ao não-marxista Hobson. Referimo-nos ao parasitismo característico do imperialismo.

Como vimos, a base económica mais profunda do imperialismo é o monopólio. Trata-se do monopólio capitalista, isto é, que nasceu do capitalismo e que se encontra no ambiente geral do capitalismo, da produção mercantil, da concorrência, numa contradição constante e insolúvel com esse ambiente geral. Mas, não obstante, como todo o monopólio, o monopólio capitalista gera inevitavelmente uma tendência para a estagnação e para a decomposição. Na medida em que se fixam preços monopolistas, ainda que temporariamente, desaparecem até certo ponto as causas estimulantes do progresso técnico e, por conseguinte, de todo o progresso, de todo o avanço, surgindo assim, além disso, a possibilidade **económica** de conter artificialmente o progresso técnico. Exemplo: nos Estados Unidos, um certo Owens inventou uma máquina que provocava uma revolução no fabrico de garrafas. O cartel alemão de fabricantes de garrafas comprou-lhe as patentes e guardou-as à chave, atrasando a sua aplicação. Naturalmente que, sob o capitalismo, o monopólio não pode nunca eliminar do mercado mundial, completamente e por um período muito prolongado, a concorrência (esta é, diga-se de passagem, uma das razões pelas quais a teoria do ultra-imperialismo é um absurdo). Naturalmente, a possibilidade de diminuir os gastos de produção e aumentar os lucros, implantando aperfeiçoamentos técnicos, actua a favor das modificações. Mas a **tendência** para a estagnação e para a decomposição, inerente ao monopólio, continua por sua vez a operar e em certos ramos da indústria e em certos países há períodos em que consegue impor-se.

O monopólio da posse de colónias particularmente vastas, ricas ou favoravelmente situadas actua no mesmo sentido.

Continuemos. O imperialismo é uma enorme acumulação num pequeno número de países de um capital-dinheiro que, como vimos, atinge a soma de 100 a 150 mil milhões de francos em valores. Daí o incremento extraordinário da classe ou, melhor dizendo, da camada dos *rentiers*, ou seja, de indivíduos que vivem do «corte de cupões», que não participam em nada em nenhuma empresa, e cuja profissão é a ociosidade. A exportação de capitais, uma das bases económicas mais essenciais do imperialismo, acentua ainda mais este divórcio completo entre o sector dos *rentiers* e a produção, imprime uma marca de parasitismo a todo o país, que vive da exploração do trabalho de uns quantos países e colónias do ultramar.

«Em 1893», diz Hobson, «o capital britânico investido no estrangeiro representava cerca de 15% de toda a riqueza do Reino Unido.»¹²⁰ Recordemos que, no ano de 1915, esse capital tinha aumentado aproximadamente duas vezes e meia. «O imperialismo agressivo», acrescenta mais adiante Hobson, «que tão caro custa aos contribuintes e tão pouca importância tem para o industrial e para o comerciante..., é fonte de grandes lucros para o capitalista que procura a maneira de investir o seu capital»... (em inglês, esta noção exprime-se numa só palavra: *investor* - «investidor», *rentier*)... «Giffen, especialista em problemas de estatística, estima em 18 milhões de libras esterlinas (uns 170 milhões de rublos), calculando à razão de uns 2,5% sobre um movimento total de 800 milhões de libras, o rendimento anual que a Grã-Bretanha recebeu em 1899 do seu comércio externo e colonial.» Por muito grande que seja esta soma, não chega para explicar o imperialismo agressivo da Grã-Bretanha. O que o explica são os 90 ou 100 milhões de libras esterlinas que representam o rendimento do capital «investido», o rendimento da camada dos *rentiers*.

O rendimento dos *rentiers* é **cinco vezes** maior do que o rendimento do comércio externo do país

120 Hobson, *ob. cit.*, pp. 59 e 62.

mais «comercial» do mundo! Eis a essência do imperialismo e do parasitismo imperialista.

Por este motivo, a noção de «**Estado-rentier**» (*Rentnerstaat*), ou Estado usurário, está a tornar-se de uso geral nas publicações económicas sobre o imperialismo. O mundo ficou dividido num punhado de Estados usurários e numa maioria gigantesca de Estados devedores. «Entre o capital investido no estrangeiro», escreve Schulze-Gaevernitz, «encontra-se, em primeiro lugar, o capital colocado nos países politicamente dependentes ou aliados: a Inglaterra faz empréstimos ao Egipto, ao Japão, à China e à América do Sul. Em casos extremos, a sua esquadra desempenha as funções de oficial de diligências. A força política da Inglaterra coloca-a a coberto da indignação dos seus devedores.»¹²¹ Sartorius von Waltershausen, no seu livro *O Sistema Económico de Investimentos de Capital no Estrangeiro*, apresenta a Holanda como modelo de «Estado-rentier» e indica que a Inglaterra e a França vão tomando também esse carácter¹²². Na opinião de Schilder, existem cinco países industriais que são «Estados credores bem definidos»: Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica e Suíça. Se não inclui a Holanda nesse grupo é unicamente por ser «pouco industrial»¹²³. Os Estados Unidos são credores apenas em relação à América.

«A Inglaterra», diz Schulze-Gaevernitz, «converte-se paulatinamente de Estado industrial em Estado credor. Apesar do aumento absoluto da produção e da exportação industriais cresce a importância relativa para toda a economia nacional das receitas procedentes dos juros e dividendos, das emissões, das comissões e da especulação. Em minha opinião é precisamente isto que constitui a base económica do ascenso imperialista. O credor está mais solidamente ligado ao devedor do que o vendedor ao comprador.»¹²⁴ Em relação à Alemanha, A. Lansburgh, director da revista berlinense *Die Bank*, escrevia o seguinte, em 1911, no artigo «A Alemanha, Estado-rentier»: «Na Alemanha, as pessoas riem-se facilmente da tendência verificada em França para se transformar em *rentier*. Mas esquecem-se que, no que se refere à burguesia, as condições da Alemanha parecem-se cada vez mais com as da França.»¹²⁵

O Estado-rentier é o Estado do capitalismo parasitário e em decomposição, e esta circunstância não pode deixar de se reflectir tanto em todas as condições políticas e sociais dos países respectivos em geral como nas duas tendências fundamentais do movimento operário em particular. Para o mostrar da maneira mais palpável possível, dêmos a palavra a Hobson, a testemunha mais «segura», já que não pode ser suspeito de parcialidade pela «ortodoxia marxista»; por outro lado, sendo inglês, conhece bem a situação do país mais rico em colónias, em capital financeiro e em experiência imperialista.

Ao descrever, sob a impressão viva da guerra anglo-bóer, os laços que unem o imperialismo aos interesses dos financeiros, o aumento dos lucros resultantes dos contratos, dos fornecimentos, etc., Hobson dizia: «Os orientadores desta política nitidamente parasitária são os capitalistas; mas os mesmos motivos actuam também sobre categorias especiais de operários. Em muitas cidades, os ramos mais importantes da indústria dependem das encomendas do governo; o imperialismo dos centros da indústria metalúrgica e da construção naval depende em grande parte deste facto.» Circunstâncias de duas ordens, na opinião do autor, reduziram a força dos velhos impérios: 1) o «parasitismo económico» e 2) a formação de exércitos com soldados dos povos dependentes. «A primeira é o costume do parasitismo económico, pelo qual o Estado dominante utiliza as suas províncias, colónias e países dependentes para enriquecer a sua classe dirigente e subornar as classes inferiores para conseguir a sua aquiescência.» Para que esse suborno se torne economicamente possível, seja qual for a forma pela qual se realize, é necessário - acrescentaremos por nossa conta - um elevado lucro monopolista.

121 Schulze-Gaevernitz, *Britischer Imperialismus*, S. 320 e outras.

122 Sartorius von Waltershausen, *Das Volkswirtschaftliche System, etc.*, Berlin 1907, Buch IV.

123 Schilder, p. 393.

124 Schulze-Gaevernitz, *Britischer Imperialismus*, S. 122.

125 *Die Bank*, 1911, I, S. 10-11.

No que se refere à segunda circunstância, Hobson diz: «Um dos sintomas mais estranhos da cegueira do imperialismo é a despreocupação com que a Grã-Bretanha, a França e outras nações imperialistas tomam este caminho. A Grã-Bretanha foi mais longe do que ninguém. A maior parte das batalhas com que conquistámos o nosso império indiano foram travadas por tropas indígenas; na Índia, como ultimamente no Egipto, grandes exércitos permanentes encontram-se sob o comando de britânicos; quase todas as nossas guerras de conquista na África, com excepção do Sul, foram feitas para nós pelos indígenas.»

A perspectiva da partilha da China suscita em Hobson a seguinte apreciação económica: «A maior parte da Europa ocidental poderia adquirir então o aspecto e o carácter que têm actualmente certas partes dos países que a compõem: o Sul da Inglaterra, a Riviera e as regiões da Itália e da Suíça mais frequentadas pelos turistas e que são residência de gente rica, isto é: um punhado de ricos aristocratas que recebem dividendos e pensões do Extremo Oriente, com um grupo um pouco mais numeroso de empregados profissionais e comerciantes, e um número maior de serventes e de operários ocupados nos transportes e na indústria voltada para o acabamento de artigos manufacturados. Em contrapartida, os principais ramos da indústria desapareceriam, e os produtos alimentares de grande consumo e os artigos semiacabados correntes afluíam como um tributo da Ásia e da África.» «Eis as possibilidades que abre diante de nós uma aliança mais vasta dos Estados ocidentais, uma federação europeia das grandes potências: tal federação, longe de impulsionar a civilização mundial, poderia implicar um perigo gigantesco de parasitismo ocidental: formar um grupo de nações industriais avançadas, cujas classes superiores receberiam enormes tributos da Ásia e da África; isto permitir-lhes-ia manter grandes massas de empregados e criados submissos, ocupados não já na produção agrícola e industrial de artigos de grande consumo, mas no serviço pessoal ou no trabalho industrial secundário, sob o controlo de uma nova aristocracia financeira. Que os que estão dispostos a menosprezar esta teoria» (deveria dizer-se perspectiva) «como indigna de ser examinada reflectam sobre as condições económicas e sociais das regiões do Sul da Inglaterra actual, que se encontram já nessa situação. Que pensem nas proporções enormes que poderia adquirir esse sistema se a China fosse submetida ao controlo económico de tais grupos financeiros, dos "investidores de capital", dos seus agentes políticos e empregados comerciais e industriais, que retirariam lucros do maior depósito potencial que o mundo jamais conheceu com o fim de os consumirem na Europa. Naturalmente, a situação é excessivamente complexa, o jogo das forças mundiais é demasiado difícil de calcular para que seja muito verosímil essa ou outra previsão do futuro numa única direcção. Mas as influências que governam o imperialismo da Europa ocidental na actualidade orientam-se nesse sentido, e se não chocarem com uma resistência, se não forem desviadas para outra direcção, avançarão precisamente para este modo de culminar este processo.»¹²⁶

O autor tem toda a razão: se as forças do imperialismo não deparassem com resistência, conduziriam inevitavelmente a isso mesmo. A significação dos «Estados Unidos da Europa», na situação actual, imperialista, compreende-a Hobson acertadamente. Conviria apenas acrescentar que **também dentro** do movimento operário, os oportunistas, de momento vencedores na maioria dos países, «trabalham» de uma maneira sistemática e firme nesta direcção. O imperialismo, que significa a partilha do mundo e a exploração não apenas da China, e implica lucros monopolistas elevados para um punhado de países muito ricos, gera a possibilidade económica de subornar as camadas superiores do proletariado, e alimenta assim o oportunismo, dá-lhe corpo e reforça-o. Não se devem, contudo, esquecer as forças que se opõem ao imperialismo em geral e ao oportunismo em particular, e que, naturalmente, o social-liberal Hobson não pode ver.

O oportunista alemão Gerhard Hildebrand, em tempos expulso do partido pela sua defesa do

126 Hobson, *ob. cit.*, pp. 103, 205, 144, 335, 386.

imperialismo, e que na actualidade poderia ser chefe do chamado Partido «Social-Democrata» da Alemanha, completa muito bem Hobson ao preconizar os «Estados Unidos da Europa Ocidental» (sem a Rússia) para empreender acções «comuns»... contra os negros africanos e contra o «grande movimento islamita», para manter «um forte exército e uma esquadra poderosa» contra a «coligação sino-japonesa»¹²⁷, etc.

A descrição que Schulze-Gaevernitz faz do «imperialismo britânico» mostra-nos os mesmos traços de parasitismo. O rendimento nacional da Inglaterra duplicou aproximadamente entre 1865 e 1898, enquanto as receitas provenientes «do estrangeiro» durante esse mesmo período aumentaram **nove vezes**. Se o «mérito» do imperialismo consiste em «educar o negro para o trabalho» (é impossível evitar a coerção...), o seu «perigo» consiste em que a «Europa descarregue o trabalho físico - a princípio o agrícola e mineiro, depois o trabalho industrial mais rude - sobre os ombros da população negra e se reserve o papel de *rentier*, preparando talvez desse modo a emancipação económica, e depois política, das raças negra e vermelha».

Em Inglaterra retira-se à agricultura uma parte de terra cada vez maior para a entregar ao desporto, às diversões dos ricos. No que se refere à Escócia - o lugar mais aristocrático para a caça e outros desportos -, diz-se que «vive do seu passado e de *mister Carnegie*» (um multimilionário norte-americano). Só nas corridas de cavalos e na caça às raposas gasta anualmente a Inglaterra 14 milhões de libras esterlinas (uns 130 milhões de rublos). Na Inglaterra o número de *rentiers* aproxima-se do milhão. A percentagem da população produtora diminui:

Anos	População da Inglaterra (em milhões)	Número de operários das principais indústrias (em milhões)	Percentagem em relação à população
1851	17,9	4,1	23%
1901	32,5	4,9	15%

O investigador burguês do «imperialismo britânico dos princípios do século XX», ao falar da classe operária inglesa, vê-se obrigado a estabelecer sistematicamente uma diferença entre as «**camadas superiores**» dos operários e a «**camada inferior, proletária propriamente dita**». A camada superior constitui a massa dos membros das cooperativas e dos sindicatos, das sociedades desportivas e das numerosas seitas religiosas. O direito eleitoral encontra-se adaptado ao nível dessa categoria, «continua a ser na Inglaterra **suficientemente limitado para excluir a camada inferior proletária propriamente dita**»!! Para dar uma ideia favorável da situação da classe operária inglesa, fala-se em geral só dessa camada superior, a qual constitui a **minoría** do proletariado: por exemplo, «o problema do desemprego é algo que afecta principalmente Londres e a camada proletária inferior, **da qual os políticos fazem pouco caso...**»¹²⁸. Dever-se-ia dizer: da qual os politiquês burgueses e os oportunistas «socialistas» fazem pouco caso.

Entre as particularidades do imperialismo relacionadas com os fenómenos que descrevemos figura a redução da emigração dos países imperialistas e o aumento da imigração (afluência de operários e migrações) para estes últimos; a massa humana que a eles chega vem dos países mais atrasados, onde o nível dos salários é mais baixo. A emigração da Inglaterra, como o faz notar Hobson, diminui a partir de 1884: neste ano, o número de emigrantes foi de 242 000, e de 169 000 em 1900. A emigração da Alemanha alcançou o máximo entre 1881 e 1890: 1 453 000, descendo, nos dois decénios seguintes, para 544 000 e 341 000. Em contrapartida, aumentou o número de operários chegados à Alemanha da Áustria, da Itália, da Rússia e de outros países. Segundo o censo de 1907, havia na Alemanha 1 342 294 estrangeiros, dos quais 440 800 eram operários industriais e 257 329

127 Gehrard Hildebrand, *Die Erschütterung der Industrieherrschaft und des Industriesozialismus*, 1910, S. 229 e segs.

128 Schulze-Gaevernitz, *Britischer Imperialismus*, S. 301.

agrícolas¹²⁹. Em França, «uma parte considerável» dos operários mineiros são estrangeiros: polacos, italianos, espanhóis¹³⁰. Nos Estados Unidos, os imigrados da Europa oriental e meridional ocupam os lugares mais mal remunerados, enquanto os operários norte-americanos fornecem a maior percentagem de capatazes e de pessoal que tem um trabalho mais bem remunerado¹³¹. O imperialismo tem tendência para formar categorias privilegiadas também entre os operários, e para as divorciar das grandes massas do proletariado.

É preciso notar que, na Inglaterra, a tendência do imperialismo para dividir os operários e para acentuar o oportunismo entre eles, para provocar uma decomposição temporária do movimento operário, se manifestou muito antes dos fins do século XIX e princípios do século XX. Isto explica-se porque desde meados do século passado existiam em Inglaterra dois importantes traços distintivos do imperialismo: imensas possessões coloniais e situação de monopólio no mercado mundial. Durante dezenas de anos Marx e Engels estudaram sistematicamente essa relação entre o oportunismo no movimento operário e as particularidades imperialistas do capitalismo inglês. Engels escrevia, por exemplo, a Marx, em 7 de Outubro de 1858: «O proletariado inglês aburguesasse de facto cada vez mais; de tal maneira que esta nação, a mais burguesa de todas as nações, parece querer, no fim de contas, possuir uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês **ao lado** da burguesia. Numa nação que explora o mundo todo isto é, sem dúvida, de certo modo justificado.» Quase um quarto de século depois, na sua carta de 11 de Agosto de 1881, fala dos sindicatos «que apenas são comparáveis com os piores dos [sindicatos] ingleses que permitem deixar-se dirigir por gente comprada pela burguesia ou, pelo menos, paga por ela». E em 12 de Setembro de 1882, numa carta a Kautsky, Engels escrevia: «Pergunta-me o que pensam os operários ingleses acerca da política colonial. Ora, exactamente o mesmo que pensam da política em geral. Aqui não há nenhum partido operário, há apenas conservadores e liberais-radicais e os operários, junto com eles, aproveitam-se do monopólio no mercado mundial e do monopólio colonial da Inglaterra.»¹³² (Engels expõe a mesma ideia no prefácio à segunda edição de *A Situação das Classes Trabalhadoras em Inglaterra*, 1892.)

Aqui figuram, claramente indicadas, as causas e as consequências. Causas: 1) exploração do mundo inteiro por este país; 2) a sua situação de monopólio no mercado mundial; 3) o seu monopólio colonial. Consequências: 1) aburguesamento de uma parte do proletariado inglês; 2) uma parte dele permite que a dirijam pessoas compradas pela burguesia ou, pelo menos, pagas por ela. O imperialismo dos princípios do século XX completou a partilha do mundo entre um punhado de Estados, cada um dos quais explora actualmente (no sentido da obtenção de superlucros) uma parte «do mundo inteiro» um pouco menor do que aquela que a Inglaterra explorava em 1858; cada um deles ocupa uma posição de monopólio no mercado mundial graças aos *trusts*, aos cartéis, ao capital financeiro, às relações de credor e devedor; cada um deles dispõe, até certo ponto, de um monopólio colonial (segundo vimos, de 75 milhões de quilómetros quadrados de todas as colónias do mundo, 65 milhões, isto é, 86%, estão concentrados nas mãos de seis potências; 61 milhões, isto é, 81%, estão concentrados nas mãos de três potências).

O traço distintivo da situação actual é a existência de condições económicas e políticas que não podiam deixar de tornar o oportunismo ainda mais incompatível com os interesses gerais e vitais do movimento operário: o imperialismo embrionário transformou-se no sistema dominante; os monopólios capitalistas passaram para o primeiro plano na economia nacional e na política; a partilha do mundo foi levada ao seu termo: mas, por outro lado, em vez do monopólio indiviso da Inglaterra, vemos a luta que um pequeno número de potências imperialistas trava para participar nesse monopólio, luta que caracteriza todo o começo do século XX. O oportunismo não pode ser

129 *Satistik des deutschen Reichs*, Bd. 211.

130 Henger, *Die Kapitalsanlage der Franzosen*, St. 1913.

131 Hourwich, *Immigration and Labour*, N. Y., 1913.

132 *Briefwechsel von Marx und Engels*, Bd. II, S. 290; IV, 433; K. Kautsky, *Sozialismus und Kolonialpolitik*, Berlin 1907, S. 79. Este opúsculo foi escrito nos tempos, já tão remotos, em que Kautsky era marxista.

agora completamente vitorioso no movimento operário de um país durante dezenas de anos, como aconteceu na Inglaterra na segunda metade do século XIX, mas em alguns países atingiu a sua plena maturidade, passou essa fase e decompôs-se, fundindo-se completamente, sob a forma do social-chauvinismo, com a política burguesa¹³³.

IX. Crítica do imperialismo

133 O social-chauvinismo russo dos senhores Potréssov, Tchkhénkeli, Máslov, etc., tanto na sua forma declarada como na sua forma encoberta (os senhores Tchkhéidze, Skóbelev, Axelrod, Mártoy, etc.), também nasceu do oportunismo, na sua variedade russa: o liquidacionismo.

Entendemos a crítica do imperialismo, no sentido amplo da palavra, como a atitude das diferentes classes da sociedade perante a política do imperialismo, de acordo com a ideologia geral das mesmas.

As proporções gigantescas do capital financeiro, concentrado em poucas mãos, que deu origem a uma rede extraordinariamente vasta e densa de relações e vínculos, e que subordinou ao seu poder não só a massa dos capitalistas e pequenos e médios empresários mas também os mais insignificantes, por um lado, e a exacerbação, por outro lado, da luta contra outros grupos nacionais-estatais de financeiros pela partilha do mundo e pelo domínio sobre outros países, tudo isto origina a passagem em bloco de todas as classes possuidoras para o lado do imperialismo. O sinal do nosso tempo é o entusiasmo «geral» pelas perspectivas do imperialismo, a sua defesa furiosa, o seu embelezamento por todos os meios. A ideologia imperialista penetra mesmo no seio da classe operária, que não está separada das outras classes por uma muralha da China. Se os chefes daquilo a que agora chamam Partido «Social-Democrata» da Alemanha foram justamente qualificados de «sociais-imperialistas», isto é, de socialistas de palavra e imperialistas de facto, Hobson assinalava já em 1902 a existência de «imperialistas fabianos» na Inglaterra, pertencentes à oportunista «Sociedade Fabiana».

Os cientistas e os publicistas burgueses defendem geralmente o imperialismo de uma forma um tanto encoberta, ocultando a dominação absoluta do imperialismo e as suas raízes profundas, procurando colocar em primeiro plano as particularidades e os pormenores secundários, esforçando-se por desviar a atenção do essencial por meio de projectos de «reformas» completamente desprovidos de seriedade, tais como o controlo policial dos *trusts* ou dos bancos, etc. São menos frequentes as manifestações dos imperialistas cínicos, declarados, que têm o mérito de reconhecer o absurdo da ideia de reformar as características fundamentais do imperialismo.

Apresentaremos um exemplo. Os imperialistas alemães esforçam-se por seguir de perto, em *Arquivo da Economia Mundial*, os movimentos de libertação nacional das colónias, e particularmente, como é natural, das não alemãs. Assinalam a efervescência e os protestos na Índia, o movimento no Natal (África do Sul), na Índia Holandesa, etc. Um deles, num apontamento a propósito de uma publicação inglesa que informava sobre a conferência de nações e raças submetidas que se realizou de 28 a 30 de Junho de 1910, e na qual participaram representantes de diversos povos da Ásia, África e Europa que se encontram sob dominação estrangeira, exprime-se assim ao comentar os discursos ali proferidos: «Há que lutar contra o imperialismo, dizem-nos; os Estados dominantes devem reconhecer o direito à independência dos povos submetidos; um tribunal internacional deve velar pelo cumprimento dos tratados concluídos entre as grandes potências e os povos fracos. A conferência não vai além destes votos piedosos. Não vemos o menor indício de compreensão da verdade de que o imperialismo está indissolúvelmente ligado ao capitalismo na sua forma actual e que por isso (!) a luta directa contra o imperialismo está condenada ao fracasso, a não ser que se limite a protestos contra alguns excessos particularmente odiosos.»¹³⁴ Como a correcção reformista das bases do imperialismo é um engano, um «voto piedoso», como os elementos burgueses das nações oprimidas não vão «mais além» para diante, os burgueses da nação opressora vão «mais além» **para trás**, para o servilismo em relação ao imperialismo encoberto com pretensões «científicas». Bela «lógica»!

O essencial na crítica do imperialismo consiste em saber se é possível modificar por meio de reformas as bases do imperialismo, se há que seguir para diante, agudizando e aprofundando ainda mais as contradições que o imperialismo gera, ou se há que retroceder, atenuando essas contradições. Como as particularidades políticas do imperialismo são a reacção em toda a linha e a intensificação da opressão nacional - consequência da opressão da oligarquia financeira e da

134 *Weltwirtschaftliches Archiv*, Bd. II, S. 193.

supressão da livre concorrência -, a oposição democrática pequeno-burguesa ao imperialismo aparece em quase todos os países imperialistas em princípios do século XX. E a ruptura com o marxismo, por parte de Kautsky e da vasta corrente internacional do kautskismo, consiste precisamente em que Kautsky, além de não se preocupar, de não saber enfrentar essa oposição pequeno-burguesa, reformista, fundamentalmente reaccionária do ponto de vista económico, se fundiu praticamente com ela.

Nos Estados Unidos, a guerra imperialista de 1898 contra a Espanha provocou a oposição dos «anti-imperialistas», os últimos moicanos da democracia burguesa, que qualificavam essa guerra de «criminosa», consideravam anticonstitucional a anexação de terras alheias, denunciavam como «um engano dos chauvinistas» a atitude para com Aguinaldo, o chefe dos indígenas filipinos (depois de lhe prometerem a liberdade do seu país, desembarcaram tropas americanas e anexaram as Filipinas), e citavam as palavras de Lincoln: «Quando o branco se governa a si mesmo, isto é autogoverno; quando se governa a si mesmo e, ao mesmo tempo, governa outros, isto já não é autogoverno, é despotismo.»¹³⁵ Mas enquanto toda essa crítica tinha medo de reconhecer os vínculos indissolúveis existentes entre o imperialismo e os *trusts*, e por conseguinte entre o imperialismo e os fundamentos do capitalismo, enquanto receava unir-se às forças geradas pelo grande capitalismo e pelo seu desenvolvimento, não era mais do que um «voto piedoso».

Tal é também a posição fundamental de Hobson na sua crítica ao imperialismo. Hobson antecipou-se a Kautsky ao erguer-se contra a «inevitabilidade do imperialismo» e ao invocar a necessidade de «eivar a capacidade de consumo» da população (sob o regime capitalista!). Mantém uma posição pequeno-burguesa na crítica do imperialismo, da onipotência dos bancos, da oligarquia financeira, etc.; Agahd, A. Lansburgh e L. Eschwege, que citámos repetidas vezes, e, entre os escritores franceses, Victor Bérard, autor de uma obra superficial que apareceu em 1900 com o título *A Inglaterra e o Imperialismo*. Todos eles, sem qualquer pretensão de marxismo, opõem ao imperialismo a livre concorrência e a democracia, condenam a aventura do caminho-de-ferro de Bagdade, que conduz a conflitos e à guerra, manifestam o «voto piedoso» de viver em paz, etc.; assim faz mesmo A. Neymarck, cuja especialidade é a estatística das emissões internacionais, que, calculando as centenas de milhar de milhões de francos de valores «internacionais», exclamava em 1912: «Como é possível supor que a paz possa ser posta em perigo... arriscar-se, dada a existência de números tão consideráveis, a provocar a guerra?»¹³⁶

Nos economistas burgueses essa ingenuidade nada tem de surpreendente: tanto mais que lhes **convém** parecer tão ingénuos e falar «a sério» da paz sob o imperialismo. Mas que resta a Kautsky de marxismo quando, em 1914, 1915 e 1916, adopta essa mesma posição burguesa reformista e afirma que «toda a gente está de acordo» (imperialistas, pseudo-socialistas e sociais-pacifistas) no que se refere à paz? Em vez de analisar e pôr a descoberto, em toda a sua profundidade, as contradições do imperialismo, não vemos mais que o «desejo piedoso» reformista de as evitar, de as ignorar.

Eis aqui uma pequena amostra da crítica económica que Kautsky faz do imperialismo. Toma os dados sobre o movimento de exportação e importação entre a Inglaterra e o Egipto em 1872 e 1912: acontece que essa exportação e importação aumentou menos do que a exportação e importação gerais da Inglaterra. E Kautsky infere: «Não temos fundamento algum para supor que, sem a ocupação militar do Egipto, o comércio com ele teria crescido menos, sob a influência do simples peso dos factores económicos.» «A melhor maneira de o capital realizar a sua tendência para a expansão» «não é por meio dos métodos violentos do imperialismo, mas pela democracia pacífica»¹³⁷.

135 J. Patouillet, *L'Impérialisme américain*, Dijon, 1904, p. 272.

136 *Bulletin de l'Institut International de Statistique*, t. XIX, livre II, p. 225.

137 Kautsky, *Nationalstaat, imperialistischer Staat und Staatenbund*, Nurnberg 1915, S. 72, 70.

Este raciocínio de Kautsky, repetido em todos os tons pelo seu escudeiro russo (e encobridor russo dos sociais-chauvinistas), Sr. Spektator, é a base da crítica kautskista do imperialismo, e por isso devemos deter-nos nele mais pormenorizadamente. Começemos por citar Hilferding, cujas conclusões Kautsky declarou muitas vezes, por exemplo em Abril de 1915, serem «aceites unanimemente por todos os teóricos socialistas».

«Não compete ao proletariado», diz Hilferding, «opor à política capitalista mais progressiva a política passada da época do livre-câmbio e da atitude hostil para com o Estado. A resposta do proletariado à política económica do capital financeiro, ao imperialismo, não pode ser o livre-câmbio, mas apenas o socialismo. O objectivo da política proletária não pode ser actualmente a restauração da livre concorrência - que se converteu agora num ideal reaccionário -, mas unicamente a destruição completa da concorrência mediante a supressão do capitalismo.»¹³⁸

Kautsky rompeu com o marxismo ao defender, para a época do capital financeiro, um «ideal reaccionário», a «democracia pacífica», o «simples peso dos factores económicos», pois este ideal arrasta **objectivamente** para trás, do capitalismo monopolista para o capitalismo não monopolista, e é um engano reformista.

O comércio com o Egipto (ou com outra colónia ou semicolónia) «teria crescido» mais **sem** a ocupação militar, sem o imperialismo, sem o capital financeiro. Que significa isto? Que o capitalismo se desenvolveria mais rapidamente se a livre concorrência não conhecesse a limitação que lhe impõem os monopólios em geral, as «relações» ou o jugo (isto também é monopólio) do capital financeiro e a posse monopolista das colónias por parte de alguns países?

Os raciocínios de Kautsky não podem ter outro sentido, e **este** «sentido» é um sem-sentido. Admitamos que **sim**, que a livre concorrência, sem monopólios de nenhuma espécie, **poderia** desenvolver o capitalismo e o comércio mais rapidamente. Mas quanto mais rápido é o desenvolvimento do comércio do capitalismo, mais intensa é a concentração da produção e do capital que **gera** o monopólio. E os monopólios nasceram **já**, precisamente **da** livre concorrência! Mesmo se os monopólios refrearam actualmente o seu desenvolvimento, isto não é, apesar de tudo, um argumento a favor da livre concorrência, que se tornou impossível depois de ter gerado os monopólios.

Por mais voltas que se dê aos raciocínios de Kautsky, não se encontrará neles mais do que reaccionarismo e reformismo burguês.

Se corrigirmos esse raciocínio, e dissermos, como faz Spektator, que o comércio das colónias inglesas com a metrópole progride, na actualidade, mais lentamente do que com outros países, nem isto salva Kautsky, pois a Inglaterra é batida **também** pelo monopólio, **também** pelo imperialismo, mas de outros países (os Estados Unidos, a Alemanha). Sabe-se que os cartéis conduziram ao estabelecimento de direitos aduaneiros proteccionistas de um tipo novo, original: protegem-se (como o fez notar já Engels no tomo III de *O Capital*) precisamente os produtos susceptíveis de ser exportados. É também conhecido o sistema, próprio dos cartéis e do capital financeiro, de «exportação a preço ínfimo», o *dumping*, como dizem os ingleses: no interior do país, o cartel vende os seus produtos a um preço monopolista elevado, e no estrangeiro coloca-os a um preço baixíssimo, com o objectivo de arruinar o concorrente, ampliar ao máximo a sua própria produção, etc. Se a Alemanha desenvolve o seu comércio com as colónias inglesas mais rapidamente do que a Inglaterra, isso demonstra apenas que o imperialismo alemão é mais fresco, mais forte, mais bem organizado do que o inglês, superior a este, mas não demonstra, longe disso, a «superioridade» do livre-câmbio, porque não é o livre-câmbio que luta contra o protecционismo e contra a dependência colonial, mas um imperialismo que luta contra outro, um monopólio contra outro, um capital

financeiro contra outro. A superioridade do imperialismo alemão sobre o inglês é mais forte do que a muralha das fronteiras coloniais ou dos direitos alfandegários proteccionistas: tirar daí um «argumento» **a favor** do livre-câmbio e da «democracia pacífica» equivale a dizer banalidades, a esquecer os traços e as propriedades fundamentais do imperialismo, a substituir o marxismo pelo reformismo filisteu.

É interessante notar que mesmo o economista burguês A. Lansburgh, que critica o imperialismo de uma maneira tão filistina como Kautsky, abordou mais cientificamente do que ele a ordenação dos dados da estatística comercial. Lansburgh não comparou um país tomado ao acaso, e precisamente uma colónia, com os restantes países, mas as exportações de um país imperialista: 1) para os países que dependem financeiramente dele, que receberam empréstimos, e 2) para os países financeiramente independentes. O resultado obtido é o que a seguir apresentamos:

Exportações da Alemanha (em milhões de marcos)

Para os países financeiramente dependentes da Alemanha

Países	1889	1908	Aumento em percentagem
Roméia	48,2	70,8	47%
Portugal	19	32,8	73%
Argentina	60,7	147	143%
Brasil	48,7	84,5	73%
Chile	28,3	52,4	85%
Turquia	29,9	64	114%
Total	234,8	451,5	92%

Para os países financeiramente independentes da Alemanha

Países	1889	1908	Aumento em percentagem
Grã-Bretanha	651,8	997,4	53%
França	210,2	437,9	108%
Bélgica	137,2	322,8	135%
Suíça	177,4	401,1	127%
Austrália	21,2	64,5	205%
Índias Holandesas	8,8	40,7	363%
Total	1206,6	2264,4	87%

Lansburgh não fez **a soma**, e por isso, coisa estranha, não se deu conta de que **se** estes números provam alguma coisa é só **contra** ele, pois a exportação para os países financeiramente dependentes cresceu, **apesar de tudo, mais rapidamente**, embora não de maneira muito considerável, do que a exportação para os países financeiramente independentes (sublinhamos o «se» porque a estatística de Lansburgh está muito longe de ser completa).

Referindo-se à relação entre a exportação e os empréstimos, Lansburgh diz:

«Em 1890-1891, foi acordado o empréstimo romeno por intermédio dos bancos alemães, que nos anos anteriores adiantaram já dinheiro por conta do mesmo. O empréstimo serviu principalmente para aquisição de material ferroviário que se recebia da Alemanha. Em 1891, a exportação alemã para a Roménia foi de 55 milhões de marcos. No ano seguinte desceu para 39,4 e, com intervalos, até 25,4 milhões em 1900. Só nestes últimos anos, graças a outros dois novos empréstimos, foi restabelecido o nível de 1891.

«A exportação alemã para Portugal aumentou, em consequência dos empréstimos de 1888 e 1889, para 21,1 milhões de marcos (1890); depois, nos dois anos seguintes, desceu para 16,2 e 7,4 milhões, e só alcançou o seu antigo nível em 1903.

«São ainda mais expressivos os dados do comércio germano-argentino. Em consequência dos empréstimos de 1888 e 1890, a exportação alemã para a Argentina atingiu em 1889 o montante de 60,7 milhões de marcos. Dois anos mais tarde era de apenas 18,6 milhões, isto é, menos de um terço. Só em 1901 é atingido e ultrapassado o nível de 1889, o que se deve aos novos empréstimos do Estado e municipais, à entrega de dinheiro para a construção de fábricas de electricidade e a outras operações de crédito.

«A exportação para o Chile aumentou, em consequência do empréstimo de 1889, para 45,2 milhões de marcos (1892), descendo um ano depois para 22,5 milhões. Após novo empréstimo, concedido por intermédio dos bancos alemães em 1906, a exportação subiu para 84,7 milhões de marcos (1907), descendo de novo para 52,4 milhões em 1908.»¹³⁹

Lansburgh deduz destes factos uma divertida moral filistina: como é inconsistente e desigual a exportação ligada aos empréstimos, como é mau exportar capitais para o estrangeiro em vez de fomentar a indústria nacional de forma «natural» e «harmónica», como ficam «caras», para Krupp, as gratificações de milhões e milhões que acompanham a concessão dos empréstimos estrangeiros, etc. Mas os factos falam com clareza: o aumento da exportação esta relacionado **precisamente** com as fraudulentas maquinações do capital financeiro, que não se preocupa com a moral burguesa e esfola o boi duas vezes: primeiro o lucro do empréstimo, e depois o lucro **desse mesmo** empréstimo investido na aquisição de artigos da Krupp ou material ferroviário do sindicato do aço, etc.

Repetimos que estamos longe de considerar perfeita a estatística de Lansburgh, mas era indispensável reproduzi-la, porque é mais científica do que a de Kautsky e de Spektator, já que Lansburgh indica uma maneira acertada de abordar o problema. Para raciocinar sobre a significação do capital financeiro no que se refere à exportação, etc., é indispensável saber destacá-la de maneira especial e unicamente na sua relação com as maquinações dos financeiros, de maneira especial e unicamente na sua relação com a venda dos produtos dos cartéis, etc. Limitar-se a comparar simplesmente as colónias em geral com as não colónias, um imperialismo com outro, uma semicolónia ou colónia (Egipto) com todos os restantes países, significa deixar de lado e escamotear precisamente a **essência** da questão.

A crítica teórica do imperialismo que Kautsky faz não tem nada de comum com o marxismo; apenas serve como ponto de partida para preconizar a paz e a unidade com os oportunistas e os sociais-chauvinistas, porque deixa de lado e oculta precisamente as contradições mais profundas e fundamentais do imperialismo: as contradições entre os monopólios e a livre concorrência que existe paralelamente a eles, entre as «operações» gigantescas (e os lucros gigantescos) do capital financeiro e o comércio «honesto» no mercado livre, entre os cartéis e *trusts*, por um lado, e a indústria não cartelizada, por outro, etc.

139 *Die Bank*, 1909, 2, S. 819 e segs.

Tem absolutamente o mesmo carácter reaccionário a famosa teoria do «ultra-imperialismo» inventada por Kautsky. Comparemos os seus raciocínios sobre este tema em 1915 com os de Hobson em 1902:

Kautsky: «... Não poderá a política imperialista actual ser suplantada por outra nova, ultra-imperialista, que em vez da luta dos capitais financeiros entre si estabelecesse a exploração comum de todo o mundo pelo capital financeiro unido internacionalmente? Tal nova fase do capitalismo, em todo o caso, é concebível. A inexistência de premissas suficientes não permite resolver se é realizável ou não.»¹⁴⁰

Hobson: «O cristianismo consolidado num número limitado de grandes impérios federais, cada um deles com colónias não civilizadas e países dependentes, parece a muitos a evolução mais legítima das tendências actuais, uma evolução que, além disso, permitiria alimentar as maiores esperanças numa paz permanente sobre a base sólida do interimperialismo.»

Kautsky qualifica de ultra-imperialismo ou superimperialismo aquilo que Hobson qualificava, treze anos antes, de interimperialismo. Se exceptuarmos a formação de uma nova e sapientíssima palavra mediante a substituição de um prefixo latino por outro, o progresso do pensamento «científico» em Kautsky reduz-se à pretensão de fazer passar por marxismo aquilo que Hobson descreve, em essência, como manifestação hipócrita dos padres ingleses. Depois da guerra anglo-bóer era natural que esta respeitável casta dedicasse os seus maiores esforços a **consolar** os filisteus e operários ingleses, que tinham sofrido um bom número de mortos nas batalhas sul-africanas e tiveram de pagar impostos elevados para garantirem maiores lucros aos financeiros ingleses. E que melhor poderia consolá-los do que a ideia de que o imperialismo não era assim tão mau, que se encontrava muito próximo do inter ou ultra-imperialismo, capaz de assegurar a paz permanente? Quaisquer que fossem as boas intenções dos padres ingleses ou do melífluo Kautsky, o sentido objectivo, isto é, o verdadeiro sentido social da sua «teoria», é um e só um: a consolação arqui-reaccionária das massas com a esperança na possibilidade de uma paz permanente sob o capitalismo, desviando a atenção das agudas contradições e dos agudos problemas da actualidade, para a dirigir para as falsas perspectivas de um pretensio novo «ultra-imperialismo» futuro. Para além do engano das massas, a teoria «marxista» de Kautsky nada mais contém.

Com efeito, basta comparar com clareza os factos notórios, indiscutíveis, para nos convenceremos até que ponto são falsas as perspectivas que Kautsky se esforça por inculcar nos operários alemães (e nos de todos os países). Tomemos o exemplo da Índia, da Indochina e da China. É sabido que essas três colónias e semicolónias, com uma população de 600 a 700 milhões de habitantes, se encontram submetidas à exploração do capital financeiro de várias potências imperialistas: a Inglaterra, a França, o Japão, os Estados Unidos, etc. Suponhamos que esses países imperialistas formam alianças, uma contra outra, com o objectivo de defender ou alargar as suas possessões, os seus interesses e as suas «esferas de influência» nos referidos países asiáticos. Essas alianças serão alianças «interimperialistas» ou «ultra-imperialistas». Suponhamos que **todas** as potências imperialistas constituem uma aliança para a partilha «pacífica» desses países asiáticos: essa será uma aliança do «capital financeiro unido internacionalmente». Na história do século XX encontramos casos concretos de alianças desse tipo: tais são, por exemplo, as relações entre as potências no que se refere à China¹⁴¹. E será «concebível», perguntamos, pressupondo a manutenção do capitalismo (e é precisamente esta condição que Kautsky apresenta), que as referidas alianças não sejam efémeras, que excluam as fricções, os conflitos e a luta em todas as formas imagináveis?

140 *Neue Zeit*, 30 de Abril de 1915, S. 144.

141 Lénine refere-se ao chamado «Protocolo Final» assinado em 7 de Setembro de 1901 entre as potências imperialistas (Inglaterra, Áustria-Hungria, Bélgica, Alemanha, Itália, Espanha, Holanda, Rússia, EUA, França e Japão) e a China na sequência do esmagamento da insurreição dos boxers de 1899-1901. O capital estrangeiro obteve novas possibilidades de explorar e pilhar a China.

Basta formular claramente a pergunta para que seja impossível dar-lhe uma resposta que não seja negativa, pois sob o capitalismo **não** se concebe outro fundamento para a partilha das esferas de influência, dos interesses, das colónias, etc., além da **força** de quem participa na divisão, a força económica geral, financeira, militar, etc. E a força dos que participam na divisão não se modifica de forma idêntica, visto que sob o capitalismo é impossível o desenvolvimento **igual** das diferentes empresas, *trusts*, ramos industriais e países. Há meio século, a Alemanha era uma absoluta insignificância comparando a sua força capitalista com a da Inglaterra de então; o mesmo se pode dizer do Japão se o compararmos com a Rússia. Será «concebível» que dentro de dez ou vinte anos permaneça **invariável** a correlação de forças entre as potências imperialistas? E absolutamente inconcebível.

Por isso, as alianças «interimperialistas» ou «ultra-imperialistas» no mundo real capitalista, e não na vulgar fantasia filistina dos padres ingleses ou do «marxista» alemão Kautsky - seja qual for a sua forma: uma coligação imperialista contra outra coligação imperialista, ou uma aliança geral de **todas** as potências imperialistas -, só podem ser, **inevitavelmente**, «tréguas» entre guerras. As alianças pacíficas preparam as guerras e por sua vez surgem das guerras, conciliando-se mutuamente, gerando uma sucessão de formas de luta pacífica e não pacífica sobre **uma mesma** base de vínculos imperialistas e de relações recíprocas entre a economia e a política mundiais. E o sapientíssimo Kautsky, para tranquilizar os operários e os reconciliar com os sociais-chauvinistas que se passaram para a burguesia, **separa** os elos de uma única e mesma cadeia, separa a actual aliança pacífica (que é ultra-imperialista e mesmo ultra-ultra-imperialista) de **todas** as potências, criada para a «pacificação» da China (recordai o esmagamento da insurreição dos boxers¹⁴², do conflito não pacífico de amanhã, que preparará para depois de amanhã outra aliança «pacífica» geral para a partilha, suponhamos, da Turquia, **etc., etc.** Em vez da ligação viva entre os períodos de paz imperialista e de guerras imperialistas, Kautsky oferece aos operários uma abstracção morta, a fim de os reconciliar com os seus chefes mortos.

O americano Hill indica no prefácio à sua *História da Diplomacia no Desenvolvimento Internacional da Europa* os seguintes períodos da história contemporânea da diplomacia; 1) era da revolução; 2) movimento constitucional; 3) era do «imperialismo comercial»¹⁴³ dos nossos dias. Outro escritor divide a história da «política mundial» da Grã-Bretanha a partir de 1870 em quatro períodos: 1) primeiro período asiático (luta contra o movimento da Rússia na Ásia Central em direcção à Índia); 2) período africano (de 1885 a 1902 aproximadamente): luta contra a França pela partilha da África (incidente de Fachoda em 1898, a ponto de dar origem à guerra com a França); 3) segundo período asiático (tratado com o Japão contra a Rússia); 4) período «europeu», dirigido principalmente contra a Alemanha¹⁴⁴. «As escaramuças políticas dos destacamentos de vanguarda travam-se no terreno financeiro», escrevia em 1905 Riesser, «personalidade» do mundo bancário, indicando como o capital financeiro francês preparou, com as suas operações na Itália, a aliança política desses países, como se desenvolvia a luta entre a Alemanha e a Inglaterra pela Pérsia, a luta entre todos os capitais europeus para ficarem com empréstimos chineses, etc. Tal é a realidade viva das alianças «ultra-imperialistas» pacíficas, ligadas indissolivelmente aos conflitos simplesmente imperialistas.

142 **Insurreição dos boxers** (mais exactamente: insurreição de Yi-Ho-Tuan): insurreição popular anti-imperialista no Norte da China em 1899-1901. A insurreição foi iniciada pela sociedade secreta Yi-Ho-Tsiuan (Punho da Justiça e da Concórdia), que mais tarde se passou a chamar Yi-Ho-Tuan (Destacamento da Justiça e da Concórdia). Em Junho de 1900 os insurrectos atingiram Pequim. A insurreição, chamada pelos estrangeiros insurreição dos boxers, foi cruelmente esmagada pelo corpo punitivo unificado das potências imperialistas, encabeçado pelo general alemão Waldersee. No esmagamento da insurreição participaram os imperialistas alemães, japoneses, ingleses, americanos e russos. Foi imposto à China o leonino «Protocolo Final», de acordo com o qual a China se tornava uma semicolónia do imperialismo estrangeiro.

143 David Jayne Hill, *A History of the Diplomacy in the International Development of Europe*, vol. I, p. X.

144 Schilder, *ob. cit.*, p. 178.

A atenuação que Kautsky faz das contradições mais profundas do imperialismo, e que se transforma inevitavelmente num embelezamento do imperialismo, deixa também marcas na crítica que este escritor faz às propriedades políticas do imperialismo. O imperialismo é a época do capital financeiro e dos monopólios, que trazem consigo, em toda a parte, a tendência para a dominação, e não para a liberdade. A reacção em toda a linha, seja qual for o regime político; a exacerbação extrema das contradições também nesta esfera: tal é o resultado desta tendência. Intensifica-se também particularmente a opressão nacional e a tendência para as anexações, isto é, para a violação da independência nacional (pois a anexação não é senão a violação do direito das nações à autodeterminação). Hilferding faz notar acertadamente a relação entre o imperialismo e a intensificação da opressão nacional: «No que se refere aos países recentemente descobertos», diz, «o capital importado intensifica as contradições e provoca contra os intrusos uma crescente resistência dos povos, cuja consciência nacional desperta; esta resistência pode transformar-se facilmente em medidas perigosas contra o capital estrangeiro. Revolucionam-se completamente as velhas relações sociais, destrói-se o isolamento agrário milenário das "nações à margem da história", que se vêem arrastadas para o torvelinho capitalista. O próprio capitalismo proporciona pouco a pouco, aos submetidos, meios e processos adequados de emancipação. E as referidas nações formulam o objectivo que noutros tempos foi o mais elevado entre as nações europeias: a criação de um Estado nacional único como instrumento de liberdade económica e cultural. Este movimento pela independência ameaça o capital europeu nas suas zonas de exploração mais preciosas, que prometem as perspectivas mais brilhantes, e o capital europeu só pode manter a dominação aumentando continuamente as suas forças militares.»¹⁴⁵

A isto há que acrescentar que, não só nos países recentemente descobertos mas também nos velhos, o imperialismo conduz às anexações, à intensificação da opressão nacional, e, por conseguinte, intensifica também a resistência. Ao negar que o imperialismo intensifica a reacção política, Kautsky deixa na sombra o que se refere à impossibilidade da unidade com os oportunistas na época do imperialismo, questão que adquiriu particular importância vital. Ao opor-se às anexações, dá aos seus argumentos a forma mais inofensiva e mais aceitável para os oportunistas. Kautsky dirige-se directamente ao leitor alemão, e, contudo, oculta precisamente o mais essencial e mais actual, por exemplo que a Alsácia-Lorena é uma anexação da Alemanha. Para apreciar esta «aberração mental» de Kautsky, tomemos um exemplo. Suponhamos que um japonês condena a anexação das Filipinas pelos Americanos. Pode perguntar-se: serão muitos os que atribuem isto à oposição feita às anexações em geral, e não ao desejo do Japão de anexar ele próprio as Filipinas? E não será de admitir que a «luta» do japonês contra as anexações só pode ser sincera, e politicamente honesta, no caso de se erguer também contra a anexação da Coreia pelo Japão, de reivindicar a liberdade da Coreia de se separar do Japão?

Tanto a análise teórica como a crítica económica e política que Kautsky faz do imperialismo encontram-se totalmente impregnadas de um espírito absolutamente incompatível com o marxismo, de um espírito que oculta e lima as contradições mais essenciais, impregnadas da tendência para manter a todo o custo a unidade em desintegração com o oportunismo no movimento operário europeu.

X. O lugar do imperialismo na história

145 *O Capital Financeiro*, p. 487.

Como vimos, o imperialismo é, pela sua essência económica, o capitalismo monopolista. Isto determina já o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é a transição do capitalismo para uma estrutura económica e social mais elevada. Há que assinalar particularmente quatro variedades essenciais do monopólio, ou manifestações principais do capitalismo monopolista, características do período que nos ocupa.

Primeiro: o monopólio é um produto da concentração da produção num grau muito elevado do seu desenvolvimento. Formam-no as associações monopolistas dos capitalistas, os cartéis, os sindicatos e os *trusts*. Vimos o seu enorme papel na vida económica contemporânea. Nos princípios do século XX atingiram completo domínio nos países avançados, e se os primeiros passos no sentido da cartelização foram dados anteriormente pelos países de tarifas alfandegárias proteccionistas elevadas (a Alemanha, os Estados Unidos), a Inglaterra, com o seu sistema de livre-câmbio, mostrou, embora um pouco mais tarde, esse mesmo facto fundamental: o nascimento do monopólio como consequência da concentração da produção.

Segundo: os monopólios vieram agudizar a luta pela conquista das mais importantes fontes de matérias-primas, particularmente para a indústria fundamental e mais cartelizada da sociedade capitalista: a hulheira e a siderúrgica. A posse monopolista das fontes mais importantes de matérias-primas aumentou enormemente o poderio do grande capital e agudizou as contradições entre a indústria cartelizada e a não cartelizada.

Terceiro: o monopólio surgiu dos bancos, os quais, de modestas empresas intermediárias que eram antes, se transformaram em monopolistas do capital financeiro. Três ou cinco grandes bancos de cada uma das nações capitalistas mais avançadas realizaram a «união pessoal» do capital industrial e bancário, e concentraram nas suas mãos somas de milhares e milhares de milhões, que constituem a maior parte dos capitais e dos rendimentos em dinheiro de todo o país. A oligarquia financeira, que tece uma densa rede de relações de dependência entre todas as instituições económicas e políticas da sociedade burguesa contemporânea sem excepção: tal é a manifestação mais evidente deste monopólio.

Quarto: o monopólio nasceu da política colonial. Aos numerosos «velhos» motivos da política colonial, o capital financeiro acrescentou a luta pela fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas «esferas de influência», isto é, as esferas de transacções lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas, etc., e, finalmente, pelo território económico em geral. Quando as colónias das potências europeias em África, por exemplo, representavam a décima parte desse continente, como acontecia ainda em 1876, a política colonial podia desenvolver-se de uma forma não monopolista, pela «livre conquista», poder-se-ia dizer, de territórios. Mas quando 1/9 da África estavam já ocupados (por volta de 1900), quando todo o mundo estava já repartido, começou inevitavelmente a era da posse monopolista das colónias e, por conseguinte, de luta particularmente aguda pela divisão e pela nova partilha do mundo.

É geralmente conhecido até que ponto o capitalismo monopolista agudizou todas as contradições do capitalismo. Basta indicar a carestia da vida e a opressão dos cartéis. Esta agudização das contradições é a força motriz mais poderosa do período histórico de transição iniciado com a vitória definitiva do capital financeiro mundial.

Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificá-lo de capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição. Cada vez se manifesta com maior relevo, como uma das tendências do imperialismo, a formação de «Estados-*rentiers*», de

Estados usurários, cuja burguesia vive cada vez mais à custa da exportação de capitais e do «corte de cupões». Seria um erro pensar que esta tendência para a decomposição exclui o rápido crescimento do capitalismo. Não; certos ramos industriais, certos sectores da burguesia, certos países, manifestam, na época do imperialismo, com maior ou menor intensidade, quer uma quer outra dessas tendências. No seu conjunto, o capitalismo cresce com uma rapidez incomparavelmente maior do que antes, mas este crescimento não só é cada vez mais desigual como a desigualdade se manifesta também, de modo particular, na decomposição dos países mais ricos em capital (Inglaterra).

No que se refere à rapidez do desenvolvimento económico da Alemanha, Riesser, autor de uma investigação sobre os grandes bancos alemães, diz: «O progresso, não demasiado lento, da época precedente (1848 a 1870) está, relativamente ao rápido desenvolvimento de toda a economia na Alemanha, e particularmente dos seus bancos na época actual (1870 a 1905), na mesma proporção aproximadamente que as diligências dos bons velhos tempos relativamente ao automóvel moderno, o qual se desloca a tal velocidade que representa um perigo para o transeunte despreocupado e para as próprias pessoas que vão no automóvel.» Por sua vez, esse capital financeiro que cresceu com uma rapidez tão extraordinária, precisamente porque cresceu desse modo, não tem qualquer inconveniente em passar a uma posse mais «tranquila» das colónias, as quais devem ser conquistadas, não só por meios pacíficos, às nações mais ricas. E nos Estados Unidos, o desenvolvimento económico tem sido, nestes últimos decénios ainda mais rápido do que na Alemanha, e é precisamente graças a esta circunstância que os traços parasitários do capitalismo americano contemporâneo ressaltam com particular relevo. Por outro lado, a comparação, por exemplo, entre a burguesia republicana americana e a burguesia monárquica japonesa ou alemã, mostra que as maiores diferenças políticas se atenuam ao máximo na época do imperialismo; e não porque essa diferença não seja importante em geral, mas porque em todos esses casos se trata de uma burguesia com traços definidos de parasitismo.

A obtenção de elevados lucros monopolistas pelos capitalistas de um entre muitos ramos da indústria, de um entre muitos países, etc., oferece-lhes a possibilidade económica de subornarem certos sectores operários e, temporariamente, uma minoria bastante considerável destes últimos, atraindo-os para o lado da burguesia desse ramo ou dessa nação, contra todos os outros. O acentuado antagonismo das nações imperialistas pela partilha do mundo aprofunda essa tendência. Assim se cria a ligação entre o imperialismo e o oportunismo, ligação que se manifestou, antes que em qualquer outro lado e de uma forma mais clara, na Inglaterra, devido ao facto de vários dos traços imperialistas de desenvolvimento aparecerem nesse país muito antes de aparecerem noutros. Alguns escritores, por exemplo L. Márto, comprazem-se em negar a ligação entre o imperialismo e o oportunismo no movimento operário - facto que salta agora aos olhos com particular evidência - por meio de argumentos impregnados de «optimismo oficial» (à Kautsky e Huysmans) do género do seguinte: a causa dos adversários do capitalismo seria uma causa perdida se o capitalismo avançado conduzisse ao reforço do oportunismo, ou se os operários mais bem remunerados mostrassem inclinação para o oportunismo, etc. Não nos deixemos enganar quanto à significação desse «optimismo»; é um optimismo em relação ao oportunismo, é um optimismo que serve de capa ao oportunismo. Na realidade, a particular rapidez e o carácter singularmente repulsivo do desenvolvimento do oportunismo não lhe garantem de modo nenhum uma vitória sólida, do mesmo modo que a rapidez de desenvolvimento de um tumor maligno num corpo são só pode contribuir para que o referido tumor rebente mais cedo, livrando assim dele o organismo. O maior perigo, neste sentido, são as pessoas que não querem compreender que a luta contra o imperialismo é uma frase oca e falsa se não for indissolúvelmente ligada à luta contra o oportunismo.

De tudo o que dissemos sobre a essência económica do imperialismo deduz-se que se deve

qualificá-lo de capitalismo de transição ou, mais propriamente, de capitalismo agonizante. Neste sentido é extremamente instrutiva a circunstância de os termos mais usuais que os economistas burgueses empregam ao descrever o capitalismo moderno serem «entrelaçamento», «ausência de isolamento», etc., os bancos são «empresas que, pelos seus fins e pelo seu desenvolvimento, não têm um carácter de economia privada pura, mas cada vez mais vão saindo da esfera da regulação da economia puramente privada». E esse mesmo Riesser, a quem pertencem estas últimas palavras, declara, com a maior seriedade do mundo, que as «profecias» dos marxistas a respeito da «socialização» «não se cumpriram»!

Que significa então a palavra «entrelaçamento»? Exprime unicamente o traço que mais salta aos olhos do processo que se está desenvolvendo diante de nós; mostra que o observador conta as árvores e não vê o bosque, que copia servilmente o exterior, o acidental, o caótico; indica que o observador é um homem esmagado pelos materiais em bruto e que não compreende nada do seu sentido e significação. «Entrelaçam-se acidentalmente» a posse de acções, as relações entre os proprietários particulares. Mas o que constitui o fundo desse entrelaçamento, o que se encontra por detrás dele, são as relações sociais de produção que mudam continuamente. Quando uma grande empresa se transforma em empresa gigante e organiza sistematicamente, apoiando-se num cálculo exacto duma grande massa de dados, o abastecimento de 2/3 ou 3/4 das matérias-primas necessárias a uma população de várias dezenas de milhões; quando se organiza sistematicamente o transporte dessas matérias-primas para os pontos de produção mais cómodos, que se encontram por vezes separados por centenas e milhares de quilómetros; quando, a partir de um centro, se dirige a transformação sucessiva do material, em todas as suas diversas fases, até obter as numerosas espécies de produtos manufacturados; quando a distribuição desses produtos se efectua segundo um plano único a dezenas e centenas de milhões de consumidores (venda de petróleo na América e na Alemanha pelo *trust* do petróleo americano), então percebe-se com evidência que nos encontramos perante uma socialização de produção, e não perante um simples «entrelaçamento», percebe-se que as relações de economia e de propriedade privadas constituem um invólucro que não corresponde já ao conteúdo, que esse invólucro deve inevitavelmente decompor-se se a sua supressão for adiada artificialmente, que pode permanecer em estado de decomposição durante um período relativamente longo (no pior dos casos, se a cura do tumor oportunista se prolongar demasiado), mas que, de qualquer modo, será inelutavelmente suprimida.

Schulze-Gaevernitz, admirador entusiasta do imperialismo alemão, exclama:

«Se, no fim de contas, a direcção dos bancos alemães se encontra nas mãos de uma dúzia de pessoas, a sua actividade é já, actualmente, mais importante para o bem público do que a actividade da maioria dos ministros» (neste caso é mais vantajoso esquecer o «entrelaçamento» existente entre banqueiros, ministros, industriais, *rentiers*, etc.). «... Se reflectirmos até ao fim sobre o desenvolvimento das tendências que apontámos, chegamos à seguinte conclusão: o capital-dinheiro da nação está unido nos bancos; os bancos estão unidos entre si no cartel; o capital da nação, que procura a maneira de ser aplicado, tomou a forma de títulos de valor. Então cumprem-se as palavras geniais de Saint-Simon: "A anarquia actual da produção, consequência do facto de as relações económicas se desenvolverem sem uma regulação uniforme, deve dar lugar à organização da produção. A produção não será dirigida por empresários isolados, independentes uns dos outros, que ignoram as necessidades económicas dos homens; a produção encontrar-se-á nas mãos de uma instituição social determinada. O comité central de administração, que terá a possibilidade de observar a vasta esfera da economia social de um ponto de vista mais elevado, regulá-la-á da maneira mais útil para toda a sociedade, entregará os meios de produção nas mãos apropriadas para isso, e preocupar-se-á, sobretudo, com a existência de uma harmonia constante entre a produção e o consumo. Existem instituições que incluíram entre os seus fins uma determinada organização da actividade económica: os bancos." Estamos ainda longe do cumprimento destas palavras de Saint-Simon, mas encontramos-nos já em vias de o conseguir: será um marxismo diferente do que Marx

imaginava, mas diferente apenas na forma.»¹⁴⁶

Não há dúvida: excelente «refutação» de Marx, que dá um passo atrás, que retrocede da análise científica exacta de Marx para a conjectura - genial, mas mesmo assim conjectura - de Saint-Simon.